

## Colonização

### TAREFA PARA COOPERATIVAS ?

— Página 4 —

## Projeto

### O RECEITUÁRIO PODE VIRAR LEI

— Página 3 —

## Representantes

### UMA FUNÇÃO POR CUMPRIR

— Última página —

## Leite

### OS PREJUÍZOS DA ACIDEZ

— Página 10 —

# POR QUE ESTA DIFERENÇA ?

— Páginas centrais —

COOPERATIVA REGIONAL  
 TRITÍCOLA SERRANA LTDA.



Rua das Chácaras, esquina  
 Porto Alegre - Caixa Postal 111  
 IJUÍ - RS  
 GERAL - PABX 332-1549

CGC ICM 065/0007700  
 Inscr. INCRA Nº 248/73  
 CGC MF 90.726.506/0001-75

**ADMINISTRAÇÃO**

Diretoria Executiva  
 Presidente:

- Ruben Ilgenfritz da Silva
- Vice-Presidente:
- Arnaldo Oscar Drews
- Superintendente:
- Clóvis Adriano Farina
- Diretores Contratados:

Euclides Casagrande, Nedy Rodrigues  
 Borges, Nelcy Rospide Nunes, Oswal-  
 do Olmiro Meotti, Werner Ervin Wag-  
 ner, Eduardo Augusto de Menezes,  
 Valdir Zardin, Rui Polidoro Pinto,  
 Luis Régis do Amaral, Bruno Eisele e  
 Walter Soliman Duarte.

**Conselheiros (Efetivos):**

Bruno Eisele, Alberto Sabo, Erni  
 Schünemann, Egon Eickhoff, Telmo  
 Roverno Roos, Joaquim Stefanello.

**Conselheiros (Suplentes):**

Alfredo Driemeyer, Reinhold Luiz  
 Kommers, Ido Marx Weiller, João  
 Telló, Arnaldo Hermann, José Carlos  
 Vione.

**Conselho Fiscal (Efetivos):**

Dari Bandeira, Antoninho Boiarski  
 Lopes, Alevino Righi.

**Conselho Fiscal (Suplentes):**

Leonides Dallabrida, Alvaro Darci  
 Bernardi Contri, Eloy Milton Frantz.

**Capacidade em Armazenagem:**

IJUÍ (Sede)	164.000 t
Ajuricaba	33.000 t
Augusto Pestana	33.000 t
Chiapetta	60.000 t
Cel. Bicaco	40.000 t
Sto. Augusto	77.000 t
Tenente Portela	60.800 t
Vila Jóia	67.000 t
Esq. Umbú (Sto. Aug.)	50.000 t
Rio Grande	220.000 t
Dom Pedrito	48.000 t
Maracajú	84.000 t
Sidrolândia	12.000 t
Rio Brilhante	12.000 t
Dourados	60.000 t



**COTRIJORNAL**

Órgão de circulação dirigida ao qua-  
 dro social, autoridades, universidades  
 e técnicos do setor, no país e exterior.  
 Nossa tiragem, 17.500 exemplares.

Associado  
 da ABERJE



Associado da



Registrado no Cartório de Títulos e  
 Documentos do município de Ijuí,  
 sob n. 9. Certificado de marca de  
 propriedade industrial M/C11 n.  
 022.775 de 13.11.1973 e figurativa  
 M/C11 n. 022.776, de 13.11.1973.

**REDAÇÃO**

Christina Brentano de Moraes  
 Marlene François Motta

Composto no Jornal da Manhã, Ijuí, e  
 impresso no Jornal do Comércio,  
 Porto Alegre.

A cada ano 120 mil agricultores saem do Rio Grande do Sul, deixam a pouca terra que tem, quando tem, e vão procurar terra em outro lugar. Os dados são do INCRA e justificam, no seu entender, a condução deste processo de migração espontânea dos agricultores através de programas de colonização. Pois juntando este interesse do INCRA, (que não conta se este pessoal conseguiu ou não terra em outro lugar ou se foi parar nas cidades), com um outro, o de ocupar a Amazônia, é que o INCRA fez um seminário propondo às cooperativas gaúchas a criação de uma central de colonização. Uma central para coordenar a colonização que o INCRA pretende fazer na Amazônia. E as cooperativas, afinal, o que pretendem? Ou melhor: o que querem os agricultores associados?

Será que alguém, em sua sã consciência, vai trocar o certo pelo incerto? Será que algum agricultor, sabendo que no Estado há muita terra mal usada e que pode ser aproveitada, iria se arriscar a uma coisa tão nova e estranha como a Amazônia? Pois as terras do Rio Grande são mal usadas: aqui existem 3 milhões de hectares ocupados por latifúndios com mais de 1.000 hectares cada um. E latifúndio não é apenas a grande propriedade em extensão de terra. É a grande propriedade mal explorada. Mas há um pequeno detalhe: estas terras apenas serão incorporadas como áreas produtivas se acontecer uma mexida profunda na estrutura fundiária.

Só falar nisto já dá um tremor em muita gente. Para o INCRA, apenas se fala em Reforma Agrária (que o ministro Delfim Netto diz que é coisa para economista desocupado), depois de colonizar a Amazônia. Para isto existe até mesmo crédito, um crédito que não existe para que o agricultor compre terra aqui mesmo. Enquanto se coloniza não se fala em Reforma Agrária. A luta do agricultor fica esvaziada.

E será que conduzir um processo destes é tarefa para as Cooperativas de produção? Por não existir outra brecha, a Cotrijuí pensou num momento que era. Mas jamais com a principal intenção de ocupar a Amazônia, antes que outros a ocupassem. Para isto deveria haver mecanismos legais capazes de impedir que estranhos a nós tomassem posse daquilo que não é deles. O que inspirou o projeto de colonização no Norte foi a necessidade sentida de mudar a estrutura fundiária da região onde ela atua no Sul. E colonização não é coisa tão simples assim como embarcar colonos num ônibus e levá-los para outro lugar. Só de olhar o tempo que a Cotrijuí está com seu projeto de colonização esperando

o momento e condições de pô-lo em prática já é um alerta suficiente para isto. A falta de coordenação do próprio Governo ajudou para que isto acontecesse. Foi ruim? Talvez não, pois deu mais tempo para pensar. De 74, quando ele foi criado, até agora, muita coisa já mudou. Mas, se o único caminho que se aponta para melhorar uma estrutura fundiária que não atende aos interesses de quem trabalha na terra, for através de programas de colonização, que pelo menos eles sejam conscientes, bem orientados, e existam condições reais de implantá-los. Só assim as cooperativas podem assumir o papel e o risco de conduzir um processo desta natureza. Veja na página 4.

§ § § § § §

Se todos homens são iguais perante a lei, pouco importando seu sexo, raça, TRABALHO, credo religioso e convicções políticas, (e isto a própria lei brasileira diz), se chega a conclusão que o sistema previdenciário brasileiro está cometendo um crime. O crime de não cumprir a lei ao discriminar o homem que trabalha no campo daquele que trabalha na cidade. Pois é só comparar os benefícios do Funrural aos do INPS, dois organismos vinculados ao Ministério da Previdência e Assistência Social, responsáveis pelo amparo nestas áreas aos agricultores e aos trabalhadores da cidade, respectivamente.

A Previdência justifica que não pode ampliar os benefícios do Funrural porque a arrecadação é insuficiente. Se a agricultura contribui com pequenos recursos (como contam) ao sistema previdenciário, este mesmo sistema devolve aos contribuintes um serviço deficiente. Simples. Mas vejamos como não é válido: a indústria metalúrgica (fabricação de automóveis, peças, fogões, geladeiras, etc, a mais importante do setor no Brasil) é a responsável por um dos maiores arrecadamentos previdenciários. Já outra indústria qualquer, digamos de fabricação de palitos, contribui obviamente com menos. Neste caso, então, o empregado de uma indústria de palitos deveria receber menos benefícios do que aquele que trabalha numa indústria metalúrgica. Mas isto não acontece, pois os benefícios são iguais, indistintamente, para todo trabalhador urbano. E por que não para o trabalhador rural? Mesmo que a prestação de serviços ao homem da cidade seja uma vergonha, pelo menos já representam muito mais do que para quem trabalha na agricultura ou na pecuária. Esta é a justiça da lei? Na página 12.

**Do leitor**

**LEMBRANÇAS**

Vivo aqui na Bahia, a 100 quilômetros além do Rio São Francisco, lugar inacessível em época de chuva e difícil em época de seca. Mas tive hoje uma grande surpresa que me fez lembrar da Cotrijuí. Alguém nos ofertou (nós vivemos das esmolas do povo aqui) uma lata de óleo Mucama, aqui neste fim de mundo.

Será que a Cotrijuí está tomando conta do mercado nacional? Tomara que seja. Não fico totalmente por fora das notícias da Cotrijuí. Quando vou à sede do município (Barra, que é a 100 quilômetros daqui) leio o Cotrijornal, que vocês mandam para a Fundifran, da qual também faço parte nas assembleias pelo menos, como votante. Se possível, gostaria muito também de receber este jornal, pois tenho um plano e já estou conscientizando o povo para dentro de no máximo dois anos fundar uma cooperativa de consumo e, numa segunda etapa, de produção. Saúdo os velhos companheiros.

Frei Hermes Miolla  
 Buritirama - Barra - Ba.

**VIDA PROFISSIONAL**

Na qualidade de representante do Alojamento Universitário da Escola Superior da Agricultura de Lavras, e com o objetivo de colaborar com os nossos colegas nele residentes, venho até V.S.<sup>a</sup> saber da possibilidade de recebermos regularmente a publicação Cotrijornal, o qual será de grande importância para nossa futura vida profissional

Florêncio Filho  
 Lavras - MG

**CONHECIMENTOS**

Recentemente tive a oportunidade de ler algumas reportagens do Cotrijornal desta Cooperativa, porém estou interessado em receber as suas publicações. Assim, gostaria de integrar a lista dos destinatários do mesmo. Entretanto, este jornal será um veículo técnico, com bons conhecimentos sobre a cultura.

Nilton Alves de Oliveira  
 Viçosa - MG

**JUSTIÇA SOCIAL**

Tenho recebido mensalmente este glorioso jornal, cujo objetivo é fomentar novos homens para continuar esta luta, diante da justiça social.

Para alimentar nossa fé realizadora gostaria que me enviassem o Cotrijornal, para o meu novo endereço.

Minhas obsequiosas saudações  
 cooperativistas  
 Valdir José da Silva  
 Tecnólogo em Cooperativismo  
 Porto Velho - RO

Cotrijornal errou: uma informação publicada na última edição não estava certa. Era na página central, sobre soja, onde se dizia que o inoculante já estava incluído no preço de semente. Esta prática era adotada até o ano passado mas foi alterada para esta safra. A razão: muito agricultor não estava fazendo a inoculação da semente, desperdiçando assim o produto que não pode ser usado de um ano para o outro.

# DEFENSIVO? SÓ COM RECEITA

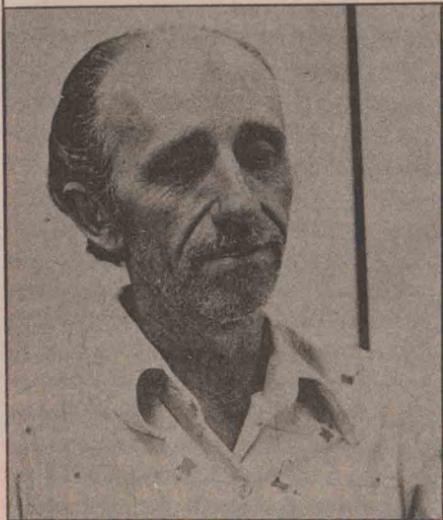
*A experiência gaúcha com o receituário agrônomo, pode se tornar lei em todo País.*

O uso obrigatório do receituário agrônomo e veterinário está quase se tornando lei em todo Brasil. Um projeto do secretário do Trabalho e Ação Social do Rio Grande do Sul, Augusto Trein, que também é deputado federal, já foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal. Agora, só falta a concordância do Congresso Nacional (onde votam os deputados federais, que já aprovaram o projeto, e também os senadores), para que o receituário seja de uso obrigatório no país inteiro.

No Rio Grande do Sul o receituário agrônomo, que condiciona a compra de qualquer defensivo através de financiamentos, à apresentação de uma receita de agrônomos, já é uma norma adotada desde o início do ano passado.

Pois o projeto do seu Augusto Trein é bem mais amplo: fala que os defensivos só poderão ser entregues ao consumo mediante a apresentação de receituário assinado por agrônomo ou veterinário, de acordo com a destinação do produto. Isso quer dizer que mesmo nas compras à vista deverá ser obrigatória a apresentação do receituário. E tem mais: inclui os produtos veterinários, que atualmente são vendidos sem qualquer receita (exceto nos casos de anestésicos e alguns hormônios).

Este fato é um absurdo, como conta o Volney Nemitz, que é veterinário na Cooperativa:



Ambrósio: com a receita é melhor



— Os carrapaticidas, por exemplo, são clorados. E todo clorado tem um alto poder residual. Depois que eles se depositam na gordura do animal levam anos e anos para desaparecer. É por isto que os americanos não compram a carne brasileira. Se compram, primeiro fazem uma análise dos resíduos que existem na gordura do animal. Se constatarem sua presença simplesmente condenam tudo. E nós aqui comemos esta carne, tomamos o leite das vacas e assim por diante.

## O PRIMEIRO PASSO

O Alberto Parenti Filho, que é agrônomo da Cooperativa na Unidade de Ijuí, diz que se o projeto virar mesmo lei, será dado mais um passo para evitar os abusos do uso indiscriminado dos defensivos. O primeiro já foi dado, aqui no Rio Grande do Sul, quando o receituário foi introduzido experimentalmente no ano passado. Esta idéia, nasceu lá pela região Noroeste do Estado, em Santa Rosa, em 1975, quando os agrônomos da região começaram a recomendar quais os produtos que poderiam ser aplicados pelos agricultores em suas lavouras e que tinham menores índices de toxicidade. A Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul encampou a idéia e foi a maior responsável por sua divulgação em todo meio agrônomo do Estado. Conta o Parenti:

— Com o receituário, nós conseguimos eliminar uma série de produtos alta-

mente tóxicos que tinham uso corrente nas lavouras. É o caso do DDT, do Aldrin, do Endrin, BHC e outros. No lugar destes, recomendamos outros, que não perdem em eficiência mas ganham em segurança. E tem mais: o agrônomo ao recomendar um defensivo, deve observar uma série de aspectos. Além da questão econômica, ao indicar o uso de um produto mais barato e com a mesma eficiência, ainda se deve olhar este aspecto de saúde.

## O CONTATO PESSOAL

O seu Ambrósio Floriano Konageski, que mora na Colônia Santo Antônio, em Ijuí, conta que com o uso do receituário agrônomo, as coisas melhoraram bastante:

— Agora já não é mais como primeiro, quando tudo era meio à toa, a gente ia meio à rumo e comprava os venenos como tinha na idéia. Os agrônomos dão instrução prá gente de como usar estes produtos, ensinam o que é melhor, o que é bom.

É exatamente neste aspecto lembrado por seu Ambrósio, que um outro agrônomo da Cotrijuí, o Luiz Volney de Matos Viau, enxerga a maior vantagem do uso do receituário:

— Em função dos grandes problemas, tanto na parte de intoxicação do homem como na parte de poluição do meio ambiente, o receituário traz um grande benefício, pois ele promove uma maior

aproximação entre o agrônomo e o produtor. Neste contato, há condições de que o agrônomo informe mais sobre os perigos do uso dos defensivos agrícolas. Se o agricultor não sabe, por exemplo, que os produtos clorados se fixam na gordura do corpo e dali não saem mais, ele não dá importância para a necessidade de usar luvas, máscaras e outros equipamentos na hora de aplicar os defensivos.

O Volney acha que a nível de conquista da classe agrônoma, o receituário agrônomo, na medida em que for lei para todo Brasil, será uma coisa muito boa:

— Dá para ver o exemplo aqui no Rio Grande do Sul. Antes todo mundo vendia, receitava e comprava defensivos sem qualquer controle. Aí se via as aberrações de usar um defensivo ineficiente para determinada praga, aplicações de forma completamente errada, sem haver necessidade, envenenando tudo que existia em volta.

Mesmo com a adoção do receituário, porém, os casos de intoxicação provocados pelo uso de defensivos na lavoura não diminuiu. Até aumentou, como explica Marco Antônio Borba, funcionário Unidade do Meio Ambiente da Secretaria da Saúde. Em 1977 foram registrados 318 casos. Em 78 eles já passaram para 374 e só até agosto deste ano já aconteceram 216:

— Enquanto o receituário não for lei não haverá um controle eficiente sobre a comercialização dos produtos. Muita gente não respeita as normas adotadas no Rio Grande do Sul e vende mesmo a prazo estes defensivos com um financiamento direto.

Agora, bem como reconhece o Volney, este aspecto educativo do receituário é um processo muito lento:

— Nós não aprendemos a ler e a escrever corretamente já no primeiro ano em que se vai à escola. Levamos anos para aprender. Todo trabalho de conscientização é demorado e, por isso, o agricultor pode levar anos para entender todas as implicações dos defensivos sobre o homem e a natureza.

## O Projeto

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** — A comercialização dos defensivos destinados à agricultura ou pecuária fica sujeita às normas instituídas nesta lei.

**Art. 2º** — Para efeitos desta lei considera-se defensivo todo material químico ou orgânico a ser aplicado às plantas ou animais com a finalidade de combate, prevenção ou controle de insetos, vermes, pragas, doenças ou ervas daninhas prejudiciais ao seu desenvolvimento normal.

**Art. 3º** — Os defensivos considerados nocivos ou perigosos à saúde ou ao meio ambiente, conforme classificação a ser estabelecida pelo Ministério da Agricultura, somente poderão ser entregues ao consumo mediante apresentação de receituário firmado por Engenheiro-Agrônomo ou Veterinário, de acordo com a destinação do produto.

§ 1º: No verso do receituário, entre outros ítems que poderão ser estabelecidos em regulamento, deverão obrigatoriamente ser indicados:

- I — momentos e condições de aplicação;
- II — equipamento a ser utilizado;
- III — a carência;

IV — a fitotoxicidade;

V — a toxicidade;

VI — a proteção operacional

§ 2º: O Poder Executivo disporá, em regulamento, sobre a rotulagem, as bulas, os impressos, as etiquetas e os prospectos referentes aos produtos de que trata este artigo.

**Art. 4º** — Compete ao Ministério da Agricultura fiscalizar o cumprimento das medidas estabelecidas no art. 3º desta lei.

Parágrafo único — O Ministério da Agricultura, mediante convênio, poderá delegar aos Estados, aos Territórios e ao Distrito Federal a competência de que trata este artigo.

**Art. 5º** — Sem prejuízo da responsabilidade penal cabível, a infração das normas desta lei acarretará as seguintes sanções:

I — advertência;

II — multa, aos estabelecimentos comerciais infratores, de até 5 (cinco) vezes o maior salário de referência determinado pela Lei nº 6.205 de 29 de abril de 1975;

III — embargo do produto.

**Art. 6º** — O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias, dispondo, inclusive, sobre a forma de sua execução nos Municípios onde inexistir profissional habilitado.

**Art. 7º** — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 8º** — Revogam-se as disposições em contrário.

# TERRA PARA QUEM TRABALHA NA TERRA

"Os senhores não brincem com um assunto tão sério como a colonização. Para o homem sofrido, chega de promessas. É preciso que existam garantias para executar estes projetos".

Este foi um alerta que o seu Sebastião Severo de Farias, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Ibirubá, fez durante o Seminário sobre Crédito Fundiário, Colonização e Cooperativismo, realizado em conjunto pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul) e OCERGS (Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul), no dia 9 de novembro lá em Porto Alegre. Junto com outros dirigen-

tes sindicais, o seu Sebastião foi contar aos técnicos do Governo e dirigentes cooperativistas, a situação de miséria e incertezas que vive o pequeno produtor gaúcho, especialmente o sem terra, e nas áreas onde ocorrem disputas fundiárias.

Pois a intenção principal do Seminário era estudar e analisar alternativas para a constituição de uma Cooperativa Central de Colonização. Esta proposta, que partiu do próprio INCRA, na verdade foi o assunto menos analisado no Seminário. Primeiro porque a própria discussão sobre os problemas fundiários do Estado, tomou boa parte do tempo. E nem poderia ser diferente, já que este assunto ficou por muitos anos longe dos debates públicos. Segundo porque os pró-

prios dirigentes cooperativistas que participavam do encontro não tiveram a oportunidade de analisar esta proposta, anteriormente, em maior profundidade. E nem ao menos se chegou a discutir com os associados se existe o interesse ou não de criar uma cooperativa central para orientar os projetos de colonização das cooperativas singulares.

## PREOCUPAÇÃO É A AMAZÔNIA

No entender do INCRA, como salientou o Alcione Irineu Burin, que é o coordenador regional no Rio Grande do Sul do Instituto, a tarefa de colonização "encontra no cooperativismo, sistema que já comprovou sua eficiência em outros setores, o melhor caminho

O Governo tenta incentivar a colonização por parte das Cooperativas. Seu objetivo: a região amazônica. O das Cooperativas é conseguir terra para quem trabalha na terra e crédito fundiário para isto. Mas não necessariamente na Amazônia.



Os sindicatos pediram garantias

para resolver, em grande parte, a situação aflitiva dos produtores rurais sem terra". O caso é que todo esforço governamental está sendo dirigido para projetos de colonização na chamada Amazônia Legal. O próprio presidente do INCRA, Paulo Yokota, definiu esta prioridade:

— "A nossa preocupação toda está no sentido de melhoria da estrutura fundiária brasileira, especificamente na região amazônica..."

Nas palavras de abertura do Seminário, o Burin, lembrou que a colonização oficial até 1976 conseguiu assentar 42 mil famílias naquela região, enquanto a colonização particular beneficiou 129.020 pessoas.

A proposta do INCRA, apresentada pelo diretor do Departamento de Projetos e Operações, o Nelson Jairo Farias, é toda dentro da intenção do Governo em promover a "ocupação adequada de áreas selecionadas da Amazônia, com a exploração racional dos recursos naturais". O que surpreendeu em sua exposição é que o INCRA promete se responsabilizar por toda execução da infra-estrutura dos projetos de colonização (estradas, escolas, água, energia elétrica), ficando para as cooperativas a responsabilidade de prestar assistência aos colonos.

É claro que isto esbarra na inexistência de recursos, como bem frisou Edgar Irio Simm, coordenador do projeto de colonização da Cotrijuí (veja na matéria das páginas seguintes):

— Sem recursos financeiros e apoio total do Governo Federal, todo e qualquer projeto que tenha a intenção de assentar colonos gaúchos em terras da região Amazônica não encontrará resposta satisfatória.

### AS DISPUTAS PELA TERRA

Os agricultores, como lembraram todos os presiden-

tes de Sindicatos que participavam do Seminário, não irão de olhos fechados para qualquer lugar fora do Rio Grande. O problema é falta de terra, mas devem existir garantias para que eles participem de qualquer projeto.

O seu Sebastião Severo de Farias, de Ibirubá, contou para o pessoal que estava reunido no auditório do INCRA, toda a situação daqueles colonos que foram retirados há mais de 10 anos da área onde foi construída a usina de Passo Real:

— Os colonos tinham a sua terra e trabalhavam. Hoje estão marginalizados, vivendo na miséria porque até hoje a questão de sua terra não foi resolvida. As promessas é que eles seriam transferidos para a Fazenda Anoni, mas até hoje não aconteceu nada. Resolver esta situação não é um favor do Governo. É um compromisso porque estes agricultores tinham a sua terra.

Outro representante de Sindicato era o seu João de Mello Machado, de Nonoai. Ele lembrou a expulsão dos colonos das reservas indígenas no início do ano passado e contou mais coisas ainda:

— Na década de 50 o Serviço Nacional de Proteção ao Índio colocou, através de arrendamento, milhares de famílias lá dentro da reserva. O SNPI fez contrato de parceria com aqueles colonos sem terra, cobrando 20 a 30 por cento de arrendamento. Até botou uma serraria lá dentro para serrar os pinheiros.

### INVASÃO EM NONOAI

Em 1962, como lembrou o Machado, aconteceu a primeira invasão de terras, que foi financiada por algumas autoridades da época:

— Vocês bem devem conhecer esta autoridade. Era o cidadão João Calixtro, que era

## As lagartas vão entrar numa fria: a Elanco está lançando Piredan.

Finalmente você vai poder usar um inseticida Elanco. Isto significa muito porque você sabe que a Elanco nunca deixa por menos: oferece sempre o melhor para a agricultura. Agora é a vez de PIRE DAN, um



lagarticida feito à base de permetrina. Mortal para as lagartas, mesmo as resistentes, mas de baixa toxicidade para o homem e para os animais. Isto significa que você pode acabar com as lagartas do algodão e da soja com eficiência e com muita segurança. PIRE DAN é apresentado na forma de concentrado emulsionável, contendo 384 gramas de permetrina por litro. PIRE DAN tem efeito comprovado no controle das lagartas da soja e do algodão.

Procure o seu Distribuidor Elanco e descubra todas as vantagens de usar PIRE DAN na sua lavoura. Uma delas você pode ver aqui mesmo no anúncio: a Assistência Técnica Elanco.

### Campanha do uso correto dos defensivos agrícolas

Use os defensivos corretamente. Retire o folheto de instruções básicas de segurança nos Distribuidores Elanco. PIRE DAN é marca registrada da FMC CORP.

ELANCO

Piredan®

prefeito de lá. Que tal se estas autoridades tivessem colocado os agricultores em terra do Governo e não em terras alheias?

Com a expulsão de 1.200 famílias de Nonoai a situação social do município ficou desesperadora:

— Milhares de mulheres e crianças jogadas na beira das estradas, sem nada, às vezes só com a roupa do corpo, porque os índios queimaram tudo. E o que dizer? A terra era deles.

Passou mais de um ano e ainda umas 150 famílias estão esperando uma solução. Alguns colonos foram para Bagé, outros para o Mato Grosso. Os que ficaram não querem se arriscar a sair daqui para uma situação estranha. Eles já ganharam até título de propriedade:

— E adianta título, se a propriedade está a 3.000 quilômetros e não se tem nem dinheiro para ir até lá? Como o agricultor vai até lá e produzir? Até quando nós agricultores seremos tratados do jeito que somos? Agricultor não faz greve, mas um homem doente e com fome faz qualquer negócio.

**O CASO SARANDI**

O seu Divino Girardi, que é presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Ronda Alta, também foi relatar uma situação: a dos colonos que estão acampados próximo a Fazenda Sarandi. Esta Fazenda, que fazia parte de um projeto de Reforma Agrária do tempo em que o Leonel Brizola era governador do Estado, e que deveria ser dividida entre agricultores sem terra, foi arrendada mais tarde pelo Governo a dois grandes produtores. Mesmo que a justiça já tenha decretado a irregularidade destes contratos, os agricultores sem terra não conseguiram se aposar da terra. Até que o próprio governador do Estado, seu Amaral de Souza disse há pouco tempo que, no caso de invasão da Fazenda Sarandi, ele invadiria junto. Pois o pessoal invadiu mas o governador não os acompanhou.

Bom, o pessoal não conseguiu ficar lá dentro. Mais de 500 pessoas estão esperando na beira da estrada uma solução. O Sindicato foi procurado para dar assistência médica a este pessoal, só que os recursos financeiros existentes através de um convênio com Funrural são insuficientes para atender também estas pessoas. O seu Divino, então foi a Porto Alegre falar com o pessoal do Funrural e saiu de lá desiludido:

— Deram uma suplementação mínima para o valor do convênio ambulatorial. Hoje nós temos Cr\$ 13.500,00 para atender 15 mil pessoas e eles ofereceram Cr\$ 15 mil para que se atenda mais estas 560



Burin: tarefa para as cooperativas.

pessoas. E isto só para pagar depois de janeiro. Será que o agricultor só vai ficar doente de janeiro em diante? Sai de lá sem aceitar.

**O PROBLEMA É TERRA**

O que os representantes sindicais pediram, depois de contar estes problemas fundiários que sentem em sua área, foi uma solução para o problema terra. Bem disse o seu Sebastião:

— O Governo sempre está dizendo que quer mais produção. Mas como vai querer conseguir isto se não procura resolver o problema terra?

O próprio Governo é o maior latifundiário do Brasil, tendo sob sua jurisdição 370 milhões de hectares de terra (a área produtiva no Brasil mal alcança os 39 milhões de hectares cultivados). Empurrados para fora do Rio Grande, onde a terra está concentrada na mão de uma minoria, saem anualmente daqui 120 mil agricultores em busca de terra em outros Estados. Estas migrações espontâneas são desordenadas e nem sempre com resultados positivos. E colonização não é isso, como lembrou o Burin:

— Definimos colonização como um processo de ocupação de forma metódica e racional, dos espaços vazios, pouco populosos e ainda não cultivados.

O caso é que os órgãos oficiais insistem que a colonização é um fenômeno não muito vinculado a um processo de reforma agrária. O INCRA inclusive entende reforma agrária, baseando-se no Estatuto da Terra, não como limitado à uma divisão de latifúndios ou a uma aglutinação de minifúndios:

— O conceito de reforma agrária, a partir do Estatuto da Terra, se relaciona com o aumento da produção e com a melhoria da produtividade.

**CENTRAL: SIM OU NÃO?**

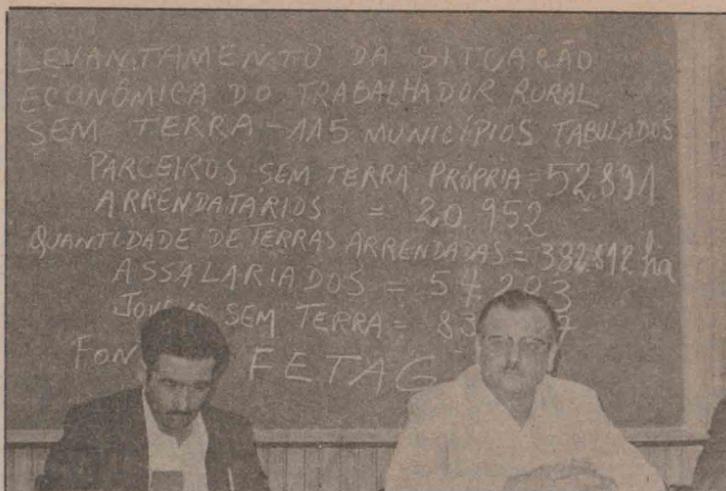
E a Central de Colonização, seria uma entidade benéfica aos interesses dos agricultores? O assunto ficou para ser discutido mais tarde. Os coo-



Jairo: o INCRA faz a infra-estrutura

perativistas participantes do Seminário acharam ainda muito cedo para chegar a uma conclusão sobre o assunto. Roque Ferreira dos Passos, da Cotrisa, lembrou a necessidade de formar uma comissão responsável pelo estudo da estrutura operacional desta Central. Ele ainda colocou que toda colonização dirigida tem seus aspectos negativos:

— Nós estamos acostumando muito mal o colono, pois ele se habitua a receber tudo pronto, o que é um completo paternalismo. Além disso,



No quadro, a triste situação do trabalhador rural.

quando são visados mais os interesses oficiais do que os dos próprios produtores, vamos chegar absolutamente ao nada. O interesse oficial é colonizar zonas estratégicas para a Nação, como a Amazônia, e não zonas de interesse do próprio homem que será o colonizador.

O Zulmiro Ferri, que é presidente da Fetag, diz que não é contra a Central de Colonização, desde que com isto se consiga uma solução rápida para o problema do pequeno agricultor que não tem terra e mesmo daquele que tem tão pouca

terra que mal consegue sobreviver. O que não deve faltar é um apoio integral para quem for tentar uma nova vida em terras tão distantes:

— O pessoal teria que receber todo apoio: terra, casas, financiamentos, crédito.

Seno Dreyer, presidente da OCERGS, só faz uma observação: a central somente será viável a partir do momento em que o cooperativismo for o suporte e o Governo proporcione todas as condições necessárias para a realização dos projetos, o que hoje não está ocorrendo.

**A Shell Química lança produto extremamente eficaz contra as pragas da soja e do trigo.**



**Novo solvente facilita misturas**

Alacran 40 é formulado especialmente para as culturas da soja e do trigo, com ingredientes cuidadosamente desenvolvidos para produzir a mais versátil das formulações em termos de compatibilidade

có com outros defensivos. Alacran 40 extermina lagartas e percevejos da soja e pulgões do trigo, eliminando as pragas por contato, ingestão e também por ação sistêmica.

**Tabela de aplicação**

Culturas	Pragas	Dosagens ml por hectare	Observações
Soja	Lagarta da soja ( <i>Anticarsia gemmatilis</i> ), Lagarta do linho, ( <i>Plusia spp.</i> ), Percevejo da soja ( <i>Nezara viridula</i> ), Percevejo verde pequeno ( <i>Piezodorus guildinii</i> )	300 — 375	Aplicar de modo a proporcionar uma cobertura uniforme.
	Mosca branca ( <i>Bemisia tabaci</i> ).	750	Repetir se necessário.
	Trigo	Pulgão da espiga ( <i>Macrosiphum avenae</i> ), Pulgões da folha ( <i>Acyrtosiphum dirhodum</i> ), <i>Rhopalosiphum padi</i> , <i>Schizaphis graminis</i> ).	375



Para maiores informações consulte seu agrônomo, o de sua cooperativa ou diretamente a Shell Química.

Em frasco de 1 litro e em balde de 20 litros



**Shell Química**

Técnica e pesquisa a serviço de um mundo melhor

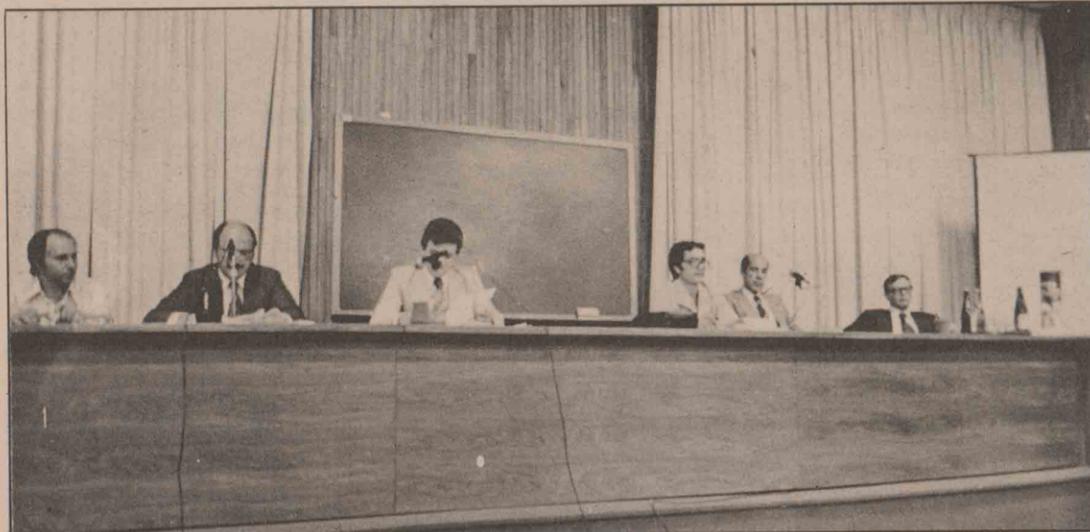
# OS PROJETOS DAS COOPERATIVAS

Sete cooperativas de agricultores gaúchos expuseram durante o Seminário seus projetos de colonização. Alguns frustrados, outros já implantados e outros esperando maiores definições.

O primeiro, e mais antigo projeto implantado, foi apresentado pela Camal — Cooperativa Mista Aceguá Limitada, — de Bagé. A própria cooperativa surgiu de um plano de colonização particular, isto lá pelo ano de 1959. Um grupo de famílias catarinenses e paranaenses foi olhar as terras em Bagé e decidiu ali começar uma vida nova. Compraram uma fazenda de 2.000 hectares, na localidade que batizaram de Colônia Nova, e a dividiram em lotes de 15, 20 e 30 hectares, de acordo com o tamanho da família e a qualidade das terras.

Nos primeiros tempos os colonos plantaram trigo. Afinal, fora para isto mesmo que eles procuraram as terras de Bagé. As safras foram boas, porém, apenas por um determinado tempo. Depois, só frustração. Do trigo, os colonos entraram na pecuária leiteira, isto na década de 50. E nunca mais deixaram a produção de leite de lado. O Ervin Konrado, que participa da diretoria da Cooperativa, é quem conta:

— Com o leite a região progrediu muito. Hoje existem propriedades de apenas 5 ou 6 hectares que estão muito bem.



O maior problema para as cooperativas é obter recursos para o reassentamento de colonos.

As pessoas possuem automóvel, trator, os filhos estão na universidade . . .

Esta foi apenas a primeira experiência de colonização da Camal. Uma segunda, que provocou o surgimento da Colônia Médici, foi o resultado de um projeto que contou com a participação do antigo IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária). Esta experiência já não correu tão bem como a primeira. Problemas de infraestrutura, principalmente provocados pela péssima situação das estradas, impediu o desenvolvi-

mento normal do projeto. Conta o Konrado:

— Houve também aquisição de terras inclusive por pessoas que não tinham tradição de agricultura e às vezes nem vontade de trabalhar. E por causa do problema da estrada, muita gente não quis ir morar nos lotes. Como os números de habitantes era pouco a prefeitura não queria formar a infraestrutura. E como não tinha infraestrutura as pessoas não queriam ir morar na Colônia Médici.

Esta foi uma das razões das falhas no projeto, segundo o Konrado, que lembra ter inclusive ocorrido o aspecto de aglutinação das propriedades. A divisão inicial de 40 lotes, com área média de 35 a 40 hectares, foi prejudicada e hoje existem apenas 23 propriedades, mas de área maior.

A terceira experiência da Camal é bastante conhecida: o reassentamento dos colonos expulsos das reservas indígenas de Nonoai. Este projeto, lembra o Konrado, fugia de tudo aquilo que se tinha experiência no passado. Se teve que resolver até problema particular dos colonos, legalizar a situação de uns 20 casais que não eram casados, construir estradas, etc.

E como a Camal entrou neste projeto? Ele conta:

— A cooperativa estava em negociação de uma fazenda, onde pretendia realizar um loteamento rural para os filhos dos associados. Quando o Governo ficou sabendo, chegou para que a Cooperativa assumisse o ônus do reassentamen-

to dos colonos, criando a colônia Nova Esperança.

Os problemas não foram poucos. Inclusive o Governo não cumpriu algumas das promessas feitas. A lavoura comum de soja que foi semeada, assim como o sorgo, o milho, o feijão, foram perdidos com a seca. Os colonos, mesmo tendo concordado com o projeto, relutavam em seguir a pecuária leiteira, que é a principal atividade da Camal:

— Mas pelo custo de toda estrutura, que ficou em Cr\$ . . . 600 mil para cada colono (incluindo a terra, casa, etc), pensamos que só com o leite para poder amortizar. Para evitar um esvaziamento do projeto, os colonos reassentados só podem vender a propriedade depois de 12 anos.

## ENCANTADO

A Cosuel, que é a Cooperativa dos Suinocultores de Encantado, já tentou por três vezes iniciar um projeto de colonização. Até hoje não deu certo. O primeiro, como conta o seu João Batista Marchese, que foi presidente da Cosuel, aconteceu em 1952, como uma idéia do próprio Marchese de coordenar as migrações de colonos gaúchos para o Paraná e Santa Catarina. Foi obtida até mesmo uma área no Paraná, de 5.000 lotes de 10 alqueires cada (aproximadamente 25 hectares), mas o Conselho da Cooperativa não chegou a um consenso quanto a validade da experiência. Mais tarde foi conseguida outra área, desta vez no próprio Rio Grande do Sul —

no município de Júlio de Castilhos — mas mais uma vez os associados rejeitaram a proposta. A terceira tentativa ocorreu há poucos anos, a partir de um oferecimento de áreas no Distrito Federal. Conta o seu Marchese:

— O Conselho achou um grande negócio, mas o pessoal não quis ir para lá, porque diziam que a terra só produzia depois do terceiro ano. Mas quem ficou já produziu no segundo ano.

## CAMPOS BORGES

O outro projeto frustrado foi o da Cooperativa de Campos Borges, que não chegou a executar nenhum dos dois programas estudados. Primeiro foi um ante-projeto para uma área pública no Mato Grosso, o do Norte, que seria destinada aos colonos desalojados em Passo Real.

Uma solução para o problema desta gente está sendo esperada há anos. Eles resistiram muito até abandonar suas terras que foram alagadas pela construção da Usina de Passo Real. O Governo pagou uma verdadeira insignificância, na época, para os agricultores que acabaram aceitando a desapropriação. Aqueles que não concordaram em receber dinheiro em troca, estão aguardando até hoje um pedaço de terra prometido pelo Governo na Fazenda Anoni, uma terra que não veio. Aí surgiu a idéia de assentá-los fora dos Estado.

A Cooperativa de Campos Borges começou a encaminhar o projeto, motivar os agricultores, mas desistiu na hora de colocar em prática a colonização, por se achar sem condições de levar adiante o projeto.

A Cooperativa também havia comprado uma área de terra na Bahia, onde seriam alojadas 250 famílias. Problemas financeiros foram retardando o projeto, até que foi decidida a venda da área para uma empresa particular.

## EREXIM

Pois a mesma área destinada à Cooperativa de Campos Borges no Mato Grosso foi oferecida à Cotrel, de Erexim, que está disposta a levar adiante um projeto de colonização. Uma

## O maior inimigo destas pragas está nos melhores inseticidas.



**Contém Toxaphene®**

O inseticida eficaz, econômico e biodegradável.

O maior inimigo destas pragas é Toxaphene, um produto de origem vegetal que faz parte dos melhores inseticidas fabricados neste País.

Toxaphene possui moderada toxicidade, é biodegradável, sendo rapidamente metabolizado e excretado pelos organismos vivos, e degradado no solo, ar e água.

Em outras palavras: Toxaphene é mortal para as pragas e inofensivo para sua lavoura. Usado de acordo

com as recomendações (1 a 4 kg por hectare), Toxaphene é bem econômico: aumenta o intervalo entre as aplicações e reduz o custo de produção.

Toxaphene é versátil pois permite a sua aplicação em UBV, CE e pós, quer só, quer em misturas formuladas ou de tanque com outros pesticidas.

Toxaphene é o inimigo certo das principais pragas que atacam as lavouras de algodão, soja, feijão, trigo, arroz, amendoim, milho, etc.

Use Toxaphene e comprove.

Produzido pela **AGROQUISA S.A.** Uma empresa Matarazzo.

Distribuído pela **HERCULES**

Lembre-se sempre: os defensivos agrícolas são tóxicos. Eles podem matar não só as pragas como também o próprio agricultor. Consulte sempre um técnico antes de fazer qualquer aplicação.

assembléia realizada em setembro já aprovou a idéia e um questionário realizado entre os associados no mês de maio, demonstrou que 35 por cento dos agricultores que o responderam, se mostravam dispostos a se transferir para outras regiões fora do Estado.

Uma das dificuldades que a Cotrel está enfrentando é da burocracia de tramitação do projeto. A sua área de ação no Estado engloba 17 municípios do Alto Uruguai, onde existem 22 mil propriedades. Dos 13.137 associados da Cotrel, mais de 80 por cento são minifundiários, que ocupam áreas dificilmente mecanizáveis. Mesmo assim ela pretende levar adiante o projeto, tentando superar os problemas provocados pela falta de recursos, para iniciar a transferência dos colonos de Passo Real, e mais tarde dos seus associados.

## SANTO ÂNGELO

A Cotrisa, de Santo Ângelo, que além de vizinha da Cotrijuí no Rio Grande do Sul, ainda atua numa área próxima no Mato Grosso, também tem a intenção de ativar um projeto de colonização naquele Estado. Só não o fez ainda, como contou o presidente Jandir Schau de Araújo, por ser este um assunto que exige o máximo de prudência na sua execução:

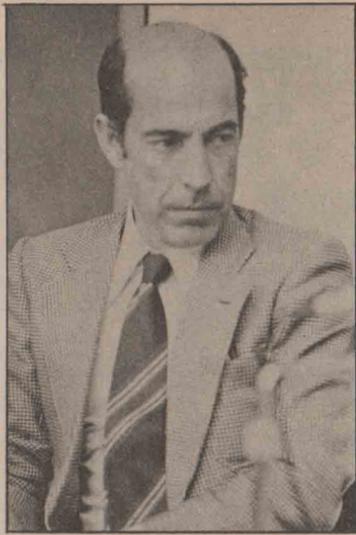
— Nós também não temos infra-estrutura para aguentar um projeto na situação atual.

Há muita coisa para fazer ainda antes de levar adiante a idéia. Primeiro será preciso localizar áreas que permitam a implantação do Projeto, obter recursos e definir como operacionalizar a colonização.

## CANARANA

A Canarana é a única Cooperativa de agricultores gaúchos que já implantou projetos de colonização em outros Estados. Na verdade, ela nem nasceu no Rio Grande do Sul e sim já no município de Barra dos Garças, no Mato Grosso, formada por agricultores de Tenente Portela, principalmente, que foram entusiasmados a se transferirem para lá por um tal de Norberto Schwantes. Primeiro o nome da Cooperativa era 31 de março. Depois Schwantes criou uma empresa especificamente para coordenar os projetos de colonização, o que ainda existe, agindo paralelamente à Cooperativa, que mudou de nome para Copercana.

Ano passado, como explicou o procurador da Cooperativa no Rio Grande do Sul, o Rui Santos, a Canarana elaborou um projeto de reassentamento dos colonos expulsos de Nonoai. Alguns aceitaram a transferência para o Mato Grosso, enquanto outros, que não



Rui: poucas explicações

queriam abandonar o Estado, ligaram-se ao projeto da Camal, em Bagé. Rui não deu muitas informações sobre os aspectos desta última colonização, mesmo que se saiba que os colonos enfrentam dificuldades de todo o tipo para se adaptarem à nova situação. Algumas críticas ao projeto da Canarana, se sustentam no fato da Cooperativa não estar apoiando integralmente os agricultores que para lá foram transferidos.

## COTRIJUI

A última cooperativa a expor seu projeto de colonização foi a Cotrijuí, que adquiriu 400 mil hectares na Amazônia, isto no Estado do Pará, onde se pretende reassentar 2.000 famílias de pequenos produtores de sua área de atuação no Rio Grande do Sul. Edgar Irio Simm, que é o coordenador do projeto de colonização, foi quem colocou toda situação:

— Quando se começou a desenvolver o projeto, isto em 1974, não havia nenhum instrumento legal que proporcionasse a execução de um trabalho desta natureza. Ele precisou ser criado, através da instrução normativa número 3, para que pudessemos começar a desenvolvê-lo.

Muita coisa tem atrapalhado sua execução. Uma delas é a interdição da área pela Funai (Fundação Nacional de Apoio ao Índio), que argumenta existirem indígenas naquela área. Com este fato, não foi possível nem ao menos que a Cooperativa fizesse a marcação de toda área e o levantamento de características do solo, das árvores ali existentes, etc. Outro problema está intimamente ligado a falta de recursos financeiros — a inexistência de um crédito fundiário — para que com a transferência de pequenos agricultores do Sul, outros proprietários de pequenas áreas possam adquirir a propriedade daqueles que decidiram colonizar a Amazônia. O remembramento de pequenas propriedades no Sul é um dos objetivos do projeto, pois ele é todo direcionado para a tentativa de melhorar a estrutura fundiária daqui, ao mesmo



Simm: o objetivo não é serrar madeira

tempo em que pretende promover a colonização na Amazônia.

A Cotrijuí já está naquela região, onde administra uma usina de açúcar e de álcool, assim como duas serrarias, alugadas em regime do comodato (concessão de uso) do INCRA. O Simm colocou:

— Só que o objetivo da Cotrijuí não é serrar madeira na Amazônia. Ela foi para lá, buscando desenvolver seu projeto de colonização.

Simm fez uma exposição onde ressaltava a importância de derrubar alguns tabus que existem neste País:

— Devemos nos coletivizar mais, não temer uma reestruturação fundiária. O próprio papa João Paulo II disse: "sobre toda propriedade privada, pesa uma hipoteca social".

Falando em nome da Cotrijuí, ele pôs a Cooperativa à disposição de todos interessados em desenvolver um projeto de colonização, não se negando a contar todos os pontos onde existiram falhas que atrapalharam sua execução ou aspectos positivos que possibilitaram a tentativa de dar prosseguimento ao projeto. O que ele fez questão de lembrar, é que apesar de toda boa vontade que o INCRA manifesta em desenvolver a colonização em determinadas áreas do País, tem ficado bem claro que não existe uma sintonia perfeita entre o INCRA e outros órgãos governamentais que poderiam destinar recursos financeiros — o grande entrave destes programas — que possibilitassem a execução dos projetos. O melhor exemplo é a inexistência de um crédito fundiário que permita o remembramento de minifúndios no Sul, um dos objetivos do Projeto de Colonização da Cotrijuí.

A colonização, segundo Simm, deve ter a terra como um fator de produção e não como reserva de valor, prestígio ou especulação. A terra tem que ser produzida e conservada e, por esta razão, surge a necessidade de dar a terra a agricultores capazes de trabalhar eficientemente nela.

# A terra na mão de poucos

Desde que foram distribuídas as primeiras terras no Rio Grande do Sul, lá pelos anos de 1700, pouca coisa mudou na estrutura fundiária do Estado. As primeiras áreas entregues aos colonizadores, pelo chamado sistema de sesmarias, (que se constituía na dotação de terras de 13 mil hectares), estavam localizadas na região da fronteira, onde até hoje predomina a grande propriedade. A dotação de lotes coloniais, que tinham área variando de 25 a 30 hectares, dirigiu os colonizadores de origem alemã e italiana, principalmente, às regiões do vale do rio dos Sinos e da serra, onde também até hoje predomina uma estrutura de pequenas propriedades. Mais tarde, no início do século XX, foram incorporadas as áreas da região noroeste do Estado, onde também as pequenas propriedades representam a quase totalidade dos imóveis rurais.

Esta exposição, que abria a palestra sobre a estrutura fundiária do Estado, foi feita por Claro Freitas, que é funcionário do INCRA. O Claro lembrava que apesar de todo avanço tecnológico registrado na agricultura gaúcha, ainda existe o complexo minifúndio-latifúndio no Estado.

## 80% É MINIFÚNDIO

Pelos levantamentos cadastrais do INCRA, 80 por cento dos imóveis rurais do Rio Grande do Sul são minifúndios, que ocupam aproximadamente 24 por cento do território. Já os latifúndios, que representam apenas 14 por cento das propriedades, ocupam uma área de 46 por cento do território. É bom lembrar que pelos padrões do INCRA, é considerado latifúndio toda área mal explorada e maior que o módulo (25 hectares nas regiões de cultura temporária, como a soja e trigo). Já as empresas rurais, que pela definição do INCRA são as propriedades exploradas de forma conveniente e dentro de um modelo aceito de tecnologia, representam apenas 6 por cento das propriedades e ocupam 29 por cento do território.

Os imóveis rurais com menos de 25 hectares representam 70 por cento das propriedades, ocupando uma área de 17 por cento do total do Estado. Sua área média, de acordo

com os cálculos do INCRA, alcança 10 hectares. Já os imóveis com mais de 1.000 hectares ocupam a quarta parte do território, mesmo que representem unicamente 0,5 por cento dos imóveis. Deste total de propriedades com mais de 1.000 hectares, 12 por cento podem ser consideradas latifúndios por exploração.

## CONCENTRAÇÃO DA TERRA

Olhando estes números fica claríssimo o fato de que a concentração da terra é uma realidade na estrutura fundiária do Rio Grande do Sul. E este grau de concentração está aumentando. Claro explica:

— Comparando os dados cadastrais do INCRA de 1972, e que foram corrigidos para 1976, pode ser comprovado um pequeno aumento no grau de concentração da propriedade. Os dados comparativos demonstram que a área média das propriedades com menos de 25 hectares diminuiu de 11 hectares em 1972 para 10,8 em 1976. Enquanto isto, as áreas com mais de 1.000 hectares, aumentaram seu tamanho médio no mesmo período. Dos 2.028 hectares que representavam a área média em 1972, estes imóveis já passaram para 2.043 hectares em 1976.

Mesmo que exista este aumento nos imóveis maiores, a área média das propriedades rurais vem decrescendo no Estado, alcançando apenas os 45 hectares em 1976.

Pelos dados do INCRA, o tamanho médio do minifúndio era em 1976 de 13,8 hectares; o do latifúndio era de 145 hectares e o das empresas rurais de 215 hectares. O Claro conta:

— Isto demonstra que os maiores imóveis estão sendo aqueles que conseguem incorporar a melhor tecnologia.

## ÁREAS MAL APROVEITADAS

Logo após a apresentação do Claro, que ainda fez uma análise das áreas de maior potencialidade agrícola do Rio Grande do Sul, foi iniciado um debate, onde alguns participantes, especialmente os vinculados aos órgãos governamentais ali representados, destacaram o fato de que o Rio Grande do Sul tem um dos menores níveis de concentração da propriedade no Brasil. A melhor situação de distribuição das terras é a de Santa Catarina, estando o estado do Espírito Santo em segundo lugar e o Rio Grande em terceiro. Mas nem por isto, dá para louvar esta situação. O que se pode é lamentar a triste realidade de todo Brasil.

Analisando os números apresentados, os participantes do Seminário repararam um fato muito interessante: se apenas 29 por cento das propriedades (as empresas rurais) são exploradas convenientemente no Estado, quase 70 por cento dos imóveis estão sendo mal aproveitados. Mexendo, portanto, na estrutura fundiária, estas áreas produtivas poderiam efetivamente ser aproveitadas para a agricultura de uma forma mais racional.



Claro: pouca coisa mudou

# O PRODUTOR FICOU DE FORA

Rafael Guimarães \*

*O Governo decidiu que a comercialização do milho seria feita apenas nos pregões da Bolsa de Cereais de São Paulo. O resultado: inflação dos preços e uma disputa desigual pelo produto. As grandes empresas conseguiram tirar o milho da mão do criador de suínos e aves.*

Quando assumiu o Ministério da Agricultura, em março deste ano, Delfim Netto espalhou aos quatro ventos que sua administração seria voltada para a defesa do pequeno produtor. No entanto, Delfim até já mudou de Ministério mas o pequeno produtor continua abandonado e lutando com dificuldades para sobreviver às medidas contrárias a seus interesses que são freqüentemente ditadas pelo Governo.

O último episódio que ilustra a falta de apoio à pequena propriedade aconteceu há dois meses, numa reunião da qual participaram representantes das indústrias de ração, de grandes aviários, mas sem a presença das entidades de classe dos produtores. O agora ministro do Planejamento Delfim Netto anunciou que a partir dali a comercialização do milho não seria mais feita através da Comissão de Financiamento da Produção e sim nos pregões da Bolsa de Cereais de São Paulo.

A partir de então nada mais restou aos produtores de suínos e aves do que se adequarem a este novo pensamento,

ou seja, de que a comercialização seria feita de acordo com a lei da oferta e da procura e não com preços fixos.

No caso das cooperativas gaúchas, a situação não foi tão ruim. "Nossas cooperativas já estavam estruturadas para atender aos associados", diz o superintendente da OCERGS, Selvino Ahlert. "Mas acreditamos que os outros segmentos de produtores tenham sido prejudicados".

## RETIRADA DO SUBSÍDIO

Segundo Ahlert, a adoção desta nova forma de comercialização do milho objetivou a retirada do subsídio governamental à compra do produto. Com os subsídios, o produtor podia adquirir milho ao preço de até Cr\$ 150,00 por saco de 60 quilos. Na bolsa, o preço está oscilando em torno de Cr\$ 250,00 o saco. "Ainda assim, o custo é bastante inferior ao custo do frete e transporte, que elevam o preço do produto a Cr\$ 260,00 e até mesmo Cr\$ 300,00", acrescenta o superintendente da

OCERGS.

Prevendo as dificuldades que a comercialização através da bolsa de cereais traria às cooperativas, a OCERGS propôs às suas associadas centralizar as compras. Contratou dois corretores para tratar exclusivamente das compras para as cooperativas gaúchas. Mesmo assim, segundo Selvino Ahlert, "houve muitas dificuldades no início":

"As indústrias de ração passaram a atuar com o propósito de inflacionar os preços. Já que eles tinham condições de comprar, os preços ficavam incontroláveis para as cooperativas".

A situação foi agravada com o atraso na entrada de novos lotes do exterior. Mas o superintendente da OCERGS acredita que os problemas poderão ser resolvidos caso a Comissão de Financiamento da Produção cumpra as duas promessas que fez aos produtores. A primeira, de financiar 90 por cento das compras para dar às cooperativas condições iguais às indústrias de ração, "ainda estamos aguardando", afirma Ahlert.

A segunda promessa já está encaminhada. Há duas semanas, desembarcaram três navios no porto de Rio Grande, trazendo um total de 165 mil toneladas de milho importado. A mercadoria já está sendo distribuída nos postos da CFP, no interior do Estado.

## AS CRÍTICAS

No entanto, este volume de importação não é suficiente para diminuir algumas críticas tecidas à medida. O presidente da Associação Gaúcha dos Avicultores (ASGAV), Bruno Ritter, sintetiza o pensamento da classe: "esta nova forma de comercialização é uma porcaria!"

Para Ritter, a comercialização deveria continuar a ser feita através da CFP:

— "Antes nós fazíamos



Geralmente ganha na bolsa quem "grita" mais alto

uma lista de compras segundo as necessidades dos associados. Muitas vezes não conseguíamos tudo, mas sempre tínhamos o suficiente para cada um. Agora nós temos que ir à Bolsa e disputar o milho contra as grandes multinacionais, em desigualdade de condições".

Na mesma época que Delfim anunciou que o milho seria vendido nos pregões da Bolsa de Cereais, os avicultores de todo o País realizavam um congresso em Belo Horizonte. A principal resolução do encontro foi uma proposta ao representante da CFP, na qual os avicultores se dispunham a pagar até Cr\$ 240,00 por saco, para que o sistema de comercialização não mudasse. No entanto, o anúncio de Delfim sepultou as esperanças dos avicultores.

"Ninguém foi consultado. Nós tínhamos enviado um documento em conjunto com a Associação dos Criadores de Suínos do Rio Grande do Sul (ACSURS) e a OCERGS, propondo formas de aperfeiçoar a comercialização da CFP, mas a medida do Delfim nos pegou desprevenidos", afirma Bruno Ritter.

## MEDIDA IRREVERSÍVEL

As principais queixas dos avicultores são a falta de competitividade e as despesas com terceiros. A ASGAV tem cerca de 1.200 associados em todo o Estado. Em sua maioria, são pequenos produtores e muitos deles, no momento em que se inscrevem na Associação para a compra de milho, limitam preços, ou seja: só aceitam a compra até determinado preço. "Estes estão sujeitos a não ter milho nunca", diz Ritter.

Além disso, ele chama atenção para outro problema. "As compras são feitas a prazo fixo e o comprador tem que pagar a mercadoria até 10 ou 20 dias após o leilão. Como a

Associação está responsável pelas compras, logo após o negócio ela tem que corresponder-se com os associados, gastando dinheiro e correndo o risco que a correspondência atrase. Isso não é nada difícil".

O presidente da ASGAV, porém, sabe que a medida é irreversível. "O Delfim disse isso no dia da inauguração". Por isso, a Associação contratou um corretor para trabalhar exclusivamente na compra de mercadoria para seus associados. Até agora, a ASGAV já comprou 6.600 toneladas de milho, através da Bolsa de Cereais de São Paulo.

## BOLSAS E MAIS BOLSAS

Em números globais, a Bolsa de Cereais nestes dois meses de funcionamento, já comercializou cerca de 44 por cento do total de milho importado este ano. 353.868 toneladas foram comercializadas para entrega imediata, 25.704 toneladas para entrega em dezembro, 55.140 toneladas para entrega em janeiro e 3.216 toneladas para entrega em fevereiro.

O pensamento do atual ministro do Planejamento não termina por aí. Na solenidade que marcou o início da comercialização do milho no pregão da Bolsa de Cereais, Delfim Netto adiantou que, em breve, outros produtos seguirão o mesmo caminho do milho. A partir do ano que vem os suínos, o gado em pé e a soja em grão serão comercializados na Bolsa de Cereais e na Bolsa de Mercadorias de São Paulo. A exemplo da Bolsa de Chicago, que determina os preços mundiais da soja, Delfim Netto pretende criar uma superestrutura de comercialização da produção brasileira. Resta saber até quando a produção brasileira poderá suportar.

\* Rafael é repórter da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre.

**Com Monark o seu Natal começa já.**

Com Monark você já começa a viver toda a alegria do Natal. Visite o seu Revendedor Monark e conheça as bicicletas: Barra Dupla Circular, Barra Dupla Retorcida, Monark e todos os outros modelos Monark. E seja por si, presenteando, aproveitando os bons momentos da vida. É o grande Natal Monark. Aproveite!

bicicletas  
**Monark**  
★★★★★

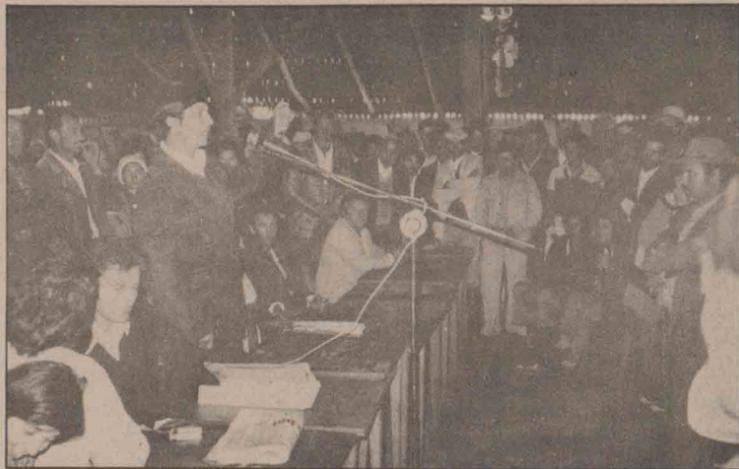
**Lojas Col. Ijuí**

# OS AGRICULTORES SE MOVIMENTAM

Por todos os cantos aparecem as reivindicações dos agricultores por um melhor atendimento às suas necessidades de saúde. Não só aqui na região mas por todo Estado os Sindicatos estão mobilizando seus associados em torno de uma reivindicação que não é nada mais do que um direito. Em Miraguaí, durante uma Assembléia, uma posição já tomada anteriormente pelos associados foi reafirmada: o convênio do Funrural para o atendimento dos trabalhadores rurais deve ser transferido para outro lugar. Não se aceita mais um convênio unicamente local.

Até em passeata acabou a Assembléia do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miraguaí, realizada num sábado à tarde, dia 10 de outubro. Não era uma passeata provocada por problemas na comercialização do trigo, como aconteceu há vários anos atrás quando os agricultores saíram às ruas para protestar contra o trigo papel. Não era também um protesto contra as decisões governamentais referentes a preço de trigo e liberação de financiamentos, como aconteceu ainda este ano no município de Santa Bárbara. E também não era uma passeata onde os agricultores tentavam mostrar sua posição frente a outro problema que eles sentem profundamente: a má distribuição da terra. Os agricultores de Miraguaí saíram às ruas para protestar contra o atendimento médico e hospitalar que eles recebem no município.

A assembléia foi movimentada. Mais de 400 agricultores foram reforçar uma posição já tomada em assembléia anterior: que o convênio de atendimento pelo Funrural que



Todo mundo queria falar

eles recebem no Hospital Nossa Senhora de Fátima seja transferido para outro município. Se as pressões da classe médica não permitirem que o Hospital de Miraguaí perca o convênio, que pelo menos eles possam ser atendidos também em outro município, de preferência em Tenente Portela, que fica a 18 quilômetros dali.

## OS CASOS

O difícil na Assembléia foi encontrar tempo para todo mundo contar alguma coisa. Uns denunciaram o desleixo do

médico em atendê-los. Outros que os remédios fornecidos pelo hospital, além de estarem com data vencida, em algumas ocasiões, às vezes são receitas indevidamente. Não faltaram os casos, comprovados inclusive com declaração escrita dos associados, de que o Hospital alterou guias de internamento. Para quem ficava dois dias no Hospital, por exemplo, acabava constando uma baixa de cinco dias ou mais.

O médico não estava presente. Mas seu irmão, que também é médico e trabalha em

Porto Alegre (e é um dos proprietários do Hospital) estava lá. Ele até se propôs a fazer um acordo com os agricultores, mas acabou não aceitando as condições propostas, como se isso fosse pedir demais.

De quem vai depender uma decisão sobre o assunto? Do Funrural, é claro. O médico argumenta que as verbas são insuficientes para prestar um atendimento mais satisfatório aos agricultores. Razão, quem sabe, ele não deixa de ter. O que os agricultores condenam é a forma como ele está conduzindo toda discussão. Em outros municípios o problema também existe e tem provocado uma movimentação dos trabalhadores na procura de uma solução. Em Miraguaí, porém, a situação se mostra muito mais grave, pelo próprio posicionamento do médico em relação ao assunto.

## ÉTICA

Situação idêntica aconteceu em Chiapetta. Tanto que os agricultores fizeram um abaixo assinado reivindicando um melhor atendimento. De-

pois de marchas e contra-marchas alguma coisa já se conseguiu: a autorização do Funrural para que os associados do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Chiapetta também tivessem atendimento no Hospital de Santo Augusto, município a 25 quilômetros de distância. A dificuldade é que o Sindicato Médico regional tem tentado impedir isto, pressionando seus associados para que não prestem atendimento aos agricultores de Chiapetta, por uma questão de chamada "ética profissional".

Agora o pessoal de Miraguaí firmou pé na sua posição: atendimento só em Miraguaí não se aceita. E vão dizer isto pessoalmente lá em Porto Alegre pró pessoal do Funrural, e até mesmo pró governador Amaral de Souza. Tanto que organizaram uma viagem, que acontece dia 22, lotando três ou quatro ônibus com os associados do Sindicato, para comprovar que esta é uma posição definitiva da classe e que conta com o apoio, não só dos agricultores, como também de toda comunidade.

## SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE IJUÍ - RS. CARTA SINDICAL Nº 154.823/64 - DE 30/11/1.965

Em cumprimento ao disposto no Decreto Lei nº 6.386 de 09.12.1976, publicamos a seguir o resumo da Previsão Orçamentária para o exercício de 1980, aprovado em Assembléia Geral Ordinária realizada em 09 de novembro de 1979.

C O N T A S	RENDA PRÓPRIA - Cr\$	RENDA SINDICAL - Cr\$	TOTAL - Cr\$
<b>RECEITA:</b>			
Renda Tributária		600.000,00	600.000,00
Renda Social	1.855.000,00		1.855.000,00
Renda Patrimonial	787.000,00		787.000,00
Renda Extraordinária	1.630.000,00	10.000,00	1.640.000,00
Mobilização de Capitais			
<b>TOTAL GERAL . . . . .</b>	<b>4.272.000,00</b>	<b>610.000,00</b>	<b>4.882.000,00</b>
<b>DESPESA:</b>			
Administração Geral	2.408.000,00		2.408.000,00
Contrs.Regulamentares		40.000,00	40.000,00
Assistência Social	1.722.000,00	570.000,00	2.292.000,00
Outros Servs. Sociais	70.000,00		70.000,00
Assistência Técnica	18.000,00		18.000,00
Desps. Extraordinária			
<b>TOTAL DO CUSTEIO . . . . .</b>	<b>4.218.000,00</b>	<b>610.000,00</b>	<b>4.828.000,00</b>
Aplicação de Capitais	54.000,00		54.000,00
<b>TOTAL GERAL . . . . .</b>	<b>4.272.000,00</b>	<b>610.000,00</b>	<b>4.882.000,00</b>

IJUÍ (RS), 09 de novembro de 1979.

Carlos Karlinski  
Presidente

Frederico Casali  
Tesoureiro

Arlindo Bauermann

Téc. em Contabilidade CRC. RS. Nº 22.688

## Com Lannate® você é quem decide quando as pragas devem morrer.



"LANNATE" atua rapidamente. Com sua ação de choque mata as lagartas da soja em poucos minutos.

Com "LANNATE" você pode esperar o momento ideal para acabar com as lagartas, isto é, quando for atingido o nível de dano econômico. Você é quem decide quando as lagartas devem morrer.

"LANNATE" controla as pragas mas permite a sobrevivência dos inimigos naturais. É biodegradável.

"LANNATE" faz o trabalho e depois desaparece.

**DU PONT**  
MARCA REGISTRADA

**AGROQUÍMICOS**

Telefones: São Paulo (011) 259-9226 -  
Ribeirão Preto (0166) 34-4346 - Recife  
(081) 221-2119 - Belo Horizonte  
(031) 222-4502 - Rio de Janeiro (021)  
242-8015 - Londrina (0432) 23-1940 -  
Porto Alegre (0512) 41-4186

Lannate é marca registrada da Du Pont.



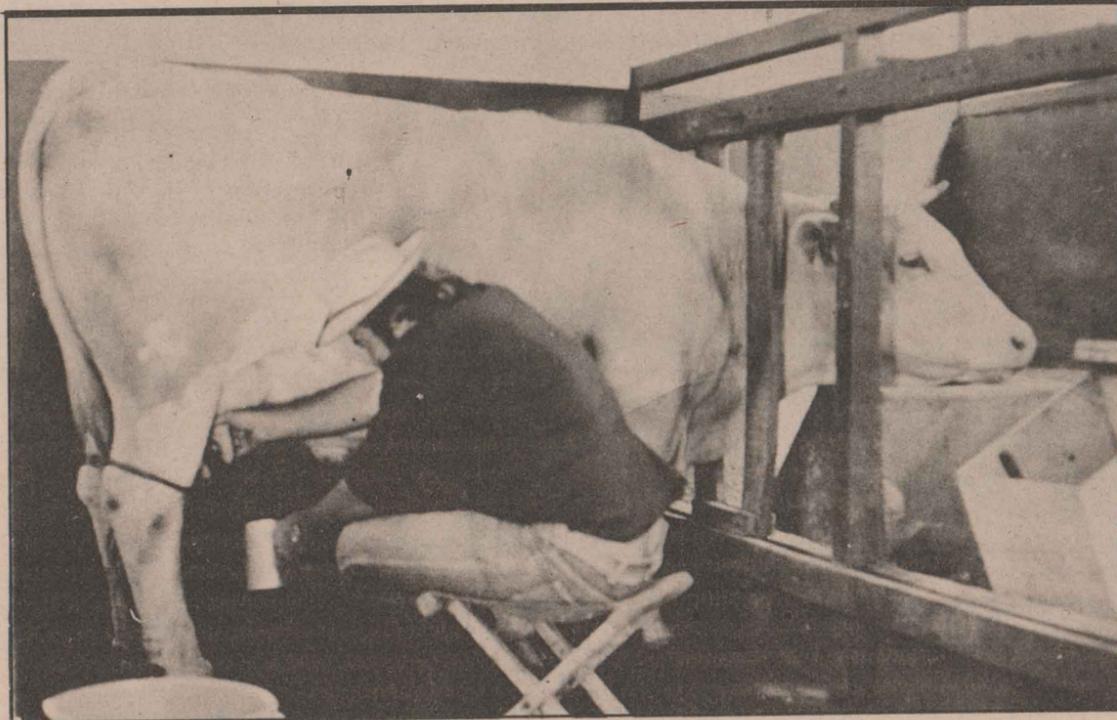
# PREJUÍZO DE TODOS

Dez da manhã. Está na hora do "pique" na Cooperativa Central Gaúcha de Leite (CCGL). Os freteiros começaram o passeio do leite bem cedo e estão chegando.

Neri Frantz fez a linha do pai, que está doente. Ele saiu às 5h30min de Augusto Pestana, passou por Esquina Gaúcha, Rincão Seco, Paraíso e São Roque, fazendo perto de 100 quilômetros. "Algum trecho de estrada é muito ruim. A gente demora. Mas aqui na descarga seguidamente tem fila. É muito leite prá uma só balança. Teve um domingo que descarregamos a uma hora da tarde. Pra nós seria ótimo se tivesse mais uma balança".

Ainda de madrugada, Arnoldo Wottrich saiu da cidade de Ijuí e fez 110 quilômetros. Sua linha começa na faixa para Cruz Alta, passa por Rincão do Tigre, Rincão dos Becker, Alto da União e Parador. "Ontem, para descarregar, tinha cinco na minha frente. Tive de esperar uma hora e meia. O problema? ... Quanto mais tempo parado, maior a acidez do leite".

O freteiro perde 40 centavos por litro de leite ácido. Só no mês de setembro, dos 8.312.257 litros de leite que a



O essencial é ter cuidado na ordenha

CCGL recebeu 62.366 litros eram ácidos. O prejuízo foi de Cr\$ 305.594,00.

Quando o leite é bom, o produtor recebe Cr\$ 7,00 por litro. No caso de acidez, ele recebe apenas Cr\$ 1,50. A diferença é de Cr\$ 5,50. Realmente, há sérios motivos para preocupação e o prejuízo é de todos: produtor, freteiro e receptor.

O técnico da Cotrijuí, Mário Fiad Padilha, responsável pelo recebimento do leite na plataforma da CCGL, afirma que a demora na descarga "ocorre apenas quando quebra alguma coisa ou falta luz".

Para Roselí Maria Henz, química e responsável técnica pela CCGL, a situação merece algumas providências:

— Acontece que todos os freteiros chegam mais ou menos no horário de 10 e 11 horas. A nossa pasteurização tem capacidade para 15 mil litros por hora. Então dá um acúmulo nesse horário. O ideal seria fazer um planejamento. As linhas mais curtas poderiam chegar um pouco mais cedo e as linhas maiores, como é o caso de Augusto Pestana, poderiam chegar mais tarde. Prá ter outra balança, seria necessário outra plataforma. Mas a solução é ter postos de recebimento descentralizados. Aí o controle também seria mais bem feito. Controlar mais de dois mil produtores numa plataforma não é fácil.

Em 1978, quando estava iniciando o funcionamento da usina de leite em Ijuí, os índices de acidez chegavam a 18 por cento. Atualmente estão em torno de 8 por cento. "Portanto, alguma coisa já se alcançou. E podemos alcançar muito mais", diz o veterinário Otaliz de Vargas Montardo, assessor da Diretoria Técnica na área de Pecuária Leiteira. Para o técnico da Cotrijuí, a contaminação, o tempo e a temperatura, são os três fatores determinantes na acidez do leite.

## POR QUE OCORRE A ACIDEZ?

Os componentes básicos do leite são: açúcar (lactose), gordura e proteínas. Em todos os lugares existem germes, que são em maior número nos lugares sujos, úmidos, mal iluminados e mal ventilados. Estes germes, no momento em que entram em contato com o leite, encontram as condições ideais para se desenvolverem. Eles utilizam o açúcar transformando-o em ácido, o que causa uma alteração no leite. Num grau máximo, essa alteração produz a coagulação — o leite coalha. Até uma hora e meia depois de tirado o leite tem propriedades naturais que dificultam a acidez, ou seja, a multiplicação das bactérias. Depois disso, em meia hora, uma geração pode se multiplicar 100 vezes.

Na opinião de Otaliz, uma das primeiras providências para evitar a acidez é procurar evitar a contaminação através de uma série de cuidados como local de ordenha, vasilhame e a própria vaca.

A contaminação do leite pode acontecer de mil maneiras diferentes. No estábulo, os germes que fazem a contaminação se desenvolvem principalmente na matéria orgânica em decomposição: urina dos animais, restos de leite, esterco, etc. . .

## LIMPAR E VENTILAR

Limpar, lavar e ventilar o local de ordenha; passar cal nas paredes e de 15 em 15 dias um pouco de creolina, quando lavar o chão — são alguns conselhos do Departamento Técnico e que ajudam a evitar a

acidez.

"Se o produtor tem apenas duas ou três vacas, é até melhor ordenhar em baixo de uma árvore, onde é arejado e mais limpo, muitas vezes, que num estábulo", diz Otaliz.

Algumas práticas observadas entre os produtores são hábitos europeus, trazidos pelos imigrantes e que ainda persistem por aqui, apesar das diferenças climáticas. Na Europa os invernos são rigorosos obrigando a recolher os animais em estábulos fechados a fim de protegê-los da neve e dos ventos gelados. Mas aqui isso não é necessário, pois o nosso clima permite perfeitamente que os animais permaneçam fora dos galpões. A melhor proteção são árvores, mesmo no inverno. E os estábulos ficam só para a ordenha, devendo ser abertos, ventilados. . .

"Deixar o gado à noite no estábulo, é um absurdo. Ele urina, defeca, deita no esterco e no outro dia vai ser ordenhado no meio disso tudo. Por isso às vezes chega na central leite com esterco. Mas além do aspecto de higiene, tem o aspecto de alimentação, porque no verão o gado pasta mais à noite que de dia" — explica o veterinário.

Em questão de estábulo, os técnicos sugerem o mais barato. É suficiente fechar apenas um lado, de preferência o que fica para o sul, de onde vem o vento mais frio. O piso deve ser de cimento para facilitar a limpeza. Geralmente é aproveitado uma parede do galpão, fazendo um puxado.

Em dezembro de 1978, Alfredo Gieseler fez um estábulo nestas condições apenas com o auxílio de um pedreiro. Gastou 20 mil cruzeiros. Pode ser usado para cinco vacas. Como sua propriedade, que tem 18 hectares, fica bem próxima ao rio Potiribu, tem água corrente. Seu Alfredo e dona Erica fazem a ordenha de 12 vacas, tirando uma média de 100 litros de leite por dia. Através de alguns cuidados, o problema da acidez diminuiu bastante.

O local de ordenha é limpo diariamente. "Temos que passar cal nas paredes. A gente não passou logo e acabou ficando sem", diz seu Alfredo. Acidez por causa do transporte, não é problema para o seu Gieseler, que mora perto da usina.

No interior de Santo Augusto, Peri Rolim Machado tem



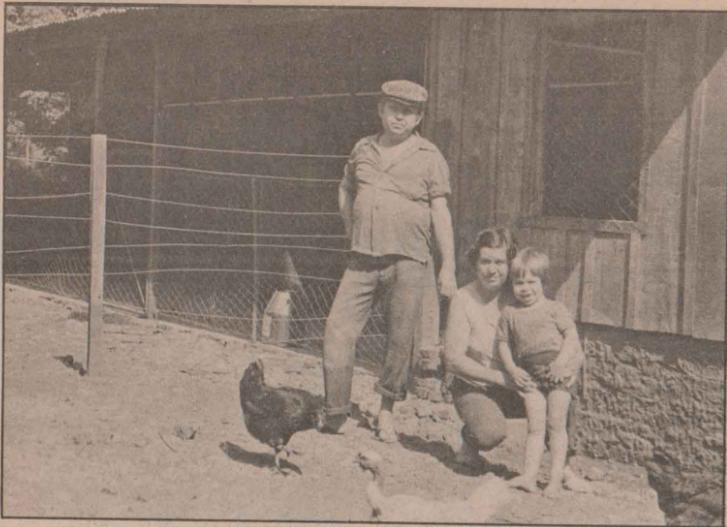
\* também chamada de papua ou capiro marmelada.

Chegou o herbicida para soja que acaba não só com a marmelada, mas também com pé-de-galinha, colchão, capim arroz, carrapicho e outras ervas daninhas de folhas estreitas e mais algumas de folhas largas.

Dual o herbicida para soja tão moderno que dispensa incorporação.

CIBA-GEIGY





Nos Gieseler o problema de acidez diminuiu bastante

16 vacas de leite e tira uma média de 130 litros de leite por dia. Reformou o estábulo, que agora é arejado, tem piso de cimento e a água é trazida com mangueira, para lavar as vacas antes da ordenha e o estábulo depois da ordenha.

Dona Nelci Maria é quem mais cuida do leite. Levanta antes das cinco horas para ordenhar, pois o freiteiro passa às 6 horas.

"Nos últimos dias deu leite ácido, uma média de 30 litros por dia. O freiteiro chega muito tarde na cidade. Quando chove muito ele não vem, por causa das estradas. Muitas vezes o caminhão estraga, e ele também não tem tolda".

## LINHAS COMPRIDAS E ESTRADAS RUINS

O freiteiro é Danilo Wilers que mora em São Valério. Faz uma das linhas mais difíceis: Coroado, São Luiz, Luminata, São Valério, Passo da Lage, Bananeiras, Vila Radin, Santo Antonio e Pedro Paiva. São 140 quilômetros de estrada de chão e segundo Danilo "estão numa situação incrível. Se vai tudo bem, eu chego em Santo Augusto até às 10h 30min. Aí não tem ácido, a não ser quando alguém mistura água. Agora, se chego depois, tem muita acidez".

A situação das estradas, no interior de Santo Augusto é bastante problemática e não há perspectivas de melhora para este ano.

Feliciano Paulo Guterres de Moura, diretor da Divisão de Administração da Prefeitura



Otaliz: o principal é a higiene

este transporte, menores serão os índices de acidez.

## RESFRIAR E AGITAR O LEITE

Além da higiene no local de ordenha, limpeza da vaca antes da ordenha, sempre com água corrente e não com o tradicional canequinho, existem também cuidados com o vasilhame do leite.

Os produtores que entregam o leite individualmente, têm tarros próprios. Aqueles que entregam coletivamente, usam muitas vezes outros recipientes, o que não é aconselhado pelos técnicos. Mas qualquer vasilha que for usada tem que ser só para o leite e precisa ser limpa. Se ficar de um dia para outro, com restos de leite ou água, juntará germes em grande quantidade que irão contaminar o leite, causando a acidez.

A geladeira tem ajudado muito a evitar a acidez. O leite resfriado evita a multiplicação das bactérias, retardando a acidez. O leite que estiver na geladeira deve ser constantemente mexido, para evitar a formação de uma crosta de nata na superfície, que evita o resfriamento do leite logo abaixo.

Muitos produtores que não tem geladeira, deixam os tarros de leite dentro da água fresca, o que também auxilia a sua conservação. Tanto é verdade que resfriar o leite ajuda a conservar, que durante o verão, quando a temperatura aumenta, o leite fica ácido muito mais rapidamente. O calor agrada aos germes.

Alguns produtores costumam misturar o leite da tarde com o leite da manhã. O da tarde as vezes está gelado e o da manhã não. O choque de temperaturas favorece a acidez. E se o leite da tarde não estiver gelado, já estará bastante contaminado, passando a contaminar o leite da manhã. Portanto, devem ser entregues separados.

## PRODUTORES E ENTREGADORES

Alguns associados da Cotrijuf estão realmente optando pela produção de leite, melhorando estábulos, plantando forrageiras, aumentando o número de vacas. São verdadeiros produtores, preocupados em diminuir os índices de acidez, para que essa atividade seja lucrativa. Eles estão investindo no leite.

Outros ainda não se definiram. Apenas entregam o leite que sobra. Quando sobra. Como nessas propriedades a pecuária leiteira não é considerada uma atividade econômica importante, o problema da acidez não é encarado com muita seriedade, o que prejudica os verdadeiros produtores. Especialmente no caso de entrega coletiva.

Junto a CCGL, o veterinário do Ministério da Agricultura, Luiz Santos da Silva, faz diariamente a análise do leite que chega. "Nós, juntamente com o Departamento Técnico, estamos fazendo uma ficha individual do produtor, para separar o mau produtor, aquele que não é cuidadoso, e classificar o melhor produtor".

No mês de setembro foram feitas 632 provas individuais do leite entregue, através de uma análise, que é chamada de lactofiltração. O resultado foi o seguinte: 52 provas de lei-

te ótimo, com limpeza total; 204 considerados boas, apresentando até duas sujidades na amostra; 222 foram regulares, com até cinco sujidades; 137 de má qualidade, com várias sujeiras; e 17 de péssima qualidade, sujeiras incontáveis, com presença de material repugnante (moscas, fezes, cabelos...). Os produtores, cujos resultados ficam entre regular e péssimo, recebem a amostra e uma correspondência, alertando para o problema.

## ENCURTAR AS LINHAS E DESCENTRALIZAR

"O produtor não deve receber esse tipo de correspondência como uma crítica, mas como uma orientação técnica, que visa ajudá-lo a melhorar a sua produção", observa Otaliz.

Também para o técnico do Ministério, "o problema da higiene é o primeiro fator. Em segundo lugar vem o transporte".

Mesmo assim, os responsáveis pela área leiteira da Cotrijuf estão estudando uma maneira de reduzir o tempo de transporte, estabelecendo linhas principais, com plataforma de coleta, de maneira que os produtores aproximem mais o leite das estradas gerais. Algumas sub-linhas serão criadas em caráter de experiência.

Santo Dezordi, assessor administrativo da Cotrijuf, na área do leite, observa:

"A nossa estrutura de recebimento deve ser melhorada. Já foi decidida a instalação de um Posto de Recebimento em Ajuricaba, que até está construído. O nosso objetivo é descentralizar o recebimento do produto. Assim que funcionar, a gente vai ver o resultado e talvez estudar a implantação em outras unidades.

**A aplicação de defensivos exige técnica e cuidados especiais. Observe as recomendações dos agrônomos e técnicos agrícolas antes de cada aplicação.**



Dona Nelci: o freiteiro chega tarde



Na plataforma a descarga deve ser rápida

Será que vale a justificativa de que o Funrural arrecada pouco para prestar ao meio rural uma assistência e previdência social um pouco mais satisfatória? Mesmo que muitos pensem que não vale, é esta mesmo a que é dada para explicar as razões das diferenças existentes entre os benefícios concedidos aos que trabalham na cidade e aos que trabalham no campo. Se uma lei, que é para ser a mais importante em todo País, — a Constituição Federal — diz que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas", como é que se pode admitir que outra lei estabeleça claramente estas diferenças? A reivindicação de que os benefícios concedidos pela previdência rural sejam equiparados aos da previdência urbana é coisa antiga. Lá pelo Ministério da Previdência e Assistência Social existe um grupo que anda trabalhando, em conjunto com funcionários de outros Ministérios, com a função de estudar uma reformulação da previdência social rural. Isto indica, pelo menos, que o pessoal está convencido de que a situação, como está, não é das melhores. O próprio ministro, o Jair Soares, anda confessando que concorda com muitas das reivindicações: existência de uma carteira de beneficiário para facilitar as coisas para o homem rural, atendimento médico e hospitalar não restrito apenas ao município onde reside ou trabalha o agricultor, etc. Enfim, ele concorda com a equiparação dos benefícios. Mas e quais são, afinal, as diferenças que existem? É uma lei justa a que está vigorando?

No meio rural aposentadoria só existe em caso de invalidez ou de velhice, e isto só depois do trabalhador ou do empregador rural completar 65 anos de idade. Na cidade a coisa é diferente. Primeiro porque a mulher se aposenta mais cedo que o homem: aos 60 anos de idade. Depois porque o trabalhador urbano, além dos casos de invalidez e velhice ainda pode se aposentar por tempo de serviço (aos 30 anos de atividade no caso das mulheres e aos 35 anos para o homem)

ou requerer uma aposentadoria especial. Este tipo de aposentadoria é concedido a quem exerça atividades perigosas, insalubres (lide com venenos, minérios, em hospitais em contato com doentes, etc) ou penosas, aos 15, 20 ou 25 anos de serviço, conforme o caso específico.

Não parece ser muito justo. Não que com isso se pense que para o trabalhador urbano tudo seja as mil maravilhas, pois isto não é verdade. Na colônia, todo mundo está cansado de

PREVIDÊNCIA URBANA	PREVIDÊNCIA RURAL
<b>I — Segurado</b> a) auxílio doença b) aposentadoria por invalidez c) aposentadoria por velhice d) aposentadoria especial e) aposentadoria por tempo de serviço f) abono de permanência em serviço g) auxílio natalidade h) salário-família l) salário-maternidade j) pecúlio	<b>I — Segurado trabalhador rural</b> a) aposentadoria por velhice b) aposentadoria por invalidez c) auxílio-doença e aposentadoria por invalidez no caso de acidente do trabalho.
	<b>II — Dependentes do trabalhador rural</b> a) pensão b) auxílio-funeral c) pensão em caso de acidente do trabalho.
	<b>III — Segurado empregador rural</b> a) aposentadoria por velhice b) aposentadoria por invalidez
<b>II — DEPENDENTES</b> a) pensão b) auxílio-reclusão c) auxílio-funeral d) pecúlio	<b>IV — Dependentes do empregador rural</b> a) auxílio-funeral b) pensão



## FUNRURAL, PRIM

saber, a fazenda começa a trabalhar bem cedo. Divide o tempo dos temas da escola com a lida da lavoura, ajudando o pai no preparo da terra, na carpida, no trato dos animais e assim vai. Quando chega aos 65 anos de idade já trabalhou no mínimo uns 50 anos. E a atividade da lavoura também pode ser insalubre, que é como se chama o trabalho onde se usa por exemplo, compostos químicos, como é o caso dos defensivos agrícolas.

### O VALOR É MENOR

O trabalhador rural é prejudicado, mais uma vez, na hora de receber o valor de sua aposentadoria. Ele tem direito apenas a 50 por cento do maior salário mínimo do país, ou exatamente Cr\$ 1.467,00 a partir de 1º de novembro, quando o salário foi reajustado para Cr\$ 2.982,80.

Já para o empregador rural o cálculo é um pouco diferente: ele ganha 90 por cento de 1/12 da média das três últimas contribuições anuais recolhidas ao Funrural. Assim, se ele pagou através do carnê, Cr\$ 46 mil em 1975, Cr\$ 56 mil em 1976 e Cr\$ 42 mil em 1977, por exemplo, o valor de sua aposentadoria seria definido assim: somando as três últimas contribuições (o que dá Cr\$ 144 mil) e dividindo este valor por 3, o

que resulta em Cr\$ 48 mil. Estes Cr\$ 48 mil são divididos por 12, pois o ano tem 12 meses, o que dá então uma aposentadoria de Cr\$ 4 mil por mês. O valor a receber jamais pode ser inferior a 90 por cento do maior salário mínimo do País (ou Cr\$ 2.640,00) quase o dobro que recebe o trabalhador rural.

Na cidade é mais uma vez diferente. No caso de aposentadoria por invalidez, velhice ou especial, o trabalhador urbano tem como direito o recebimento mensal de um valor igual a 70 por cento do salário de benefício, que é calculado sobre as últimas contribuições recolhidas. A aposentadoria é acrescida ainda do valor de 1 por cento ao ano até atingir um percentual máximo e nunca superior a 95 por cento no caso da aposentadoria por velhice ou especial. Se pode atingir até 100 por cento do salário de benefício quando o caso for de aposentadoria por invalidez. Já se a aposentadoria for por tempo de serviço o cálculo já é outro. Como a mulher pode se aposentar aos 30 de atividade, ela tem direito a receber 95 por cento do salário calculado sobre suas últimas contribuições. Se o homem quiser se aposentar depois de trabalhar por 30 anos só tem direito a receber 80 por cento do salário



## POBRE DO INPS

Agora, se continuar trabalhando têm direito a receber mais 3 por cento para cada novo ano completo de atividade, até o máximo de 95 por cento, quando completar 35 anos de serviço.

### SÓ UM SONHO NO CAMPO

O segurado do INPS tem ainda outros benefícios com os quais o pessoal do campo só sonha ou nem imagina que existam. É o caso do abono de permanência em serviço, por exemplo. Ele é concedido a quem mesmo depois de ter direito a aposentadoria por tempo de serviço prefere continuar trabalhando. Assim, além do salário normal, que é pago naturalmente pela firma onde está empregado, o trabalhador ainda tem direito a este abono. O seu valor corresponde a 20 por cento do salário de benefício para quem já completou 30 anos de serviço e de 25 por cento para quem já tem 35 anos ou mais de serviço.

Há ainda outros benefícios exclusivos da previdência urbana: o auxílio natalidade (importância paga de uma única vez à gestante, quando trabalhadora, ou ao seu marido ou companheiro, no caso de nascimento de filhos); o salário família (um valor pago mensalmente ao trabalhador segurado que sustenta filho menor de

14 anos ou inválido); salário-maternidade (que assegura à mulher, quando trabalhadora, o recebimento normal de seu salário, no período de quatro semanas antes do parto e oito semanas após, quando fica dispensada do trabalho) e ainda o pecúlio (valor pago em uma única parcela ao segurado que se afasta definitivamente do serviço após 60 anos de idade, aposentado que volta a trabalhar e se afasta mais uma vez, só que definitivamente, ou ainda aos dependentes do segurado no caso de sua morte).

### AGRICULTOR NÃO PODE FICAR DOENTE

E tem mais coisa ainda. Quem trabalha no meio rural e fica doente — por qualquer motivo que não acidente de trabalho — não é amparado pela previdência. Podem se ir as colheitas, morrerem os animais de fome, que tanto o trabalhador como o empregador não recebem nenhum auxílio. Esta ajuda só vem em casos de acidentes do trabalho para o trabalhador rural. O empregador não tem qualquer direito. Já na cidade as coisas mudam de figura. Quem fica doente é só apresentar um atestado médico para a firma, que recebe os dias que não trabalhou. Se a doença persistir por mais de 15 dias aí o INPS começa a pagar os dias em que

o trabalhador estiver afastado do serviço por motivo de saúde.

O trabalhador vinculado ao Funrural só tem direito a auxílio quando se acidenta. Se a incapacitação para o trabalho é temporária, a lei prevê o pagamento mensal de um valor de 75 por cento do maior salário mínimo do País. Este é o mesmo valor (Cr\$ 2.200,00) pago no caso de aposentadoria por invalidez provocada por acidente de trabalho.

Na cidade o auxílio-doença tem o valor de 70 por cento do salário de benefício. Já se este auxílio é concedido em casos provocados por acidente de trabalho o valor é calculado sobre o salário que o trabalhador recebia no dia em que se acidentou.

### O QUE É ACIDENTE?

Falando em acidente de trabalho, a situação é completamente diferente na cidade daquela que existe no campo. No meio rural só é considerado acidente de trabalho aquele que acontece durante o serviço, provocando lesão corporal, perturbação funcional ou doença que cause a morte, a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. A previdência também considera acidente do trabalho aquele que, ligado ao trabalho, embora não tenha sido a causa única, contribui diretamente para a morte, perda ou redução da capacidade do trabalho, como por exemplo.

A doença profissional que é inerente à atividade rural também é acidente do trabalho (intoxicação durante a aplicação de defensivos).

Acidente de trabalho urbano nem precisa ter acontecido no horário ou local de trabalho para ser considerado como tal. É o caso por exemplo de acidentes que acontecem quando o trabalhador está se deslocando de casa para o serviço, tanto no início do expediente como final, ou ainda durante o intervalo para as refeições. Já o trabalhador rural, mesmo quando está se deslocando de uma lavoura para a outra, o que é muito comum em épocas de safra, e sofre um acidente, que obviamente seria um acidente do trabalho, não recebe qualquer amparo da previdência e nem ao menos atendimento médico e hospitalar como acidente do trabalho.

### O AMPARO AOS DEPENDENTES

Os dependentes de trabalhadores e empregador rurais também contam com menos amparo do que os dependentes dos segurados da previdência urbana. Em primeiro lugar não têm direito a pecúlio, que é aquele valor pago em uma parcela a quem se afasta do trabalho ao completar 60 anos ou que mesmo depois de aposentado volta ao trabalho, afastando-se mais tarde e definitivamente. Se morre o segurado seus dependentes têm direito a receber este

pecúlio. Há ainda outro benefício que é pago aos dependentes no caso do pai, mãe ou mesmo filho que sustenta a família ser preso ou cometer algum crime. É o chamado auxílio-reclusão.

Apenas o que é comum entre os dependentes, tanto os do meio rural como do meio urbano, é a pensão e o auxílio funeral. Só que os valores também são diferentes. A pensão, que é paga aos dependentes no caso da morte do segurado urbano, tem o valor de 50 por cento da aposentadoria ou da aposentadoria por invalidez a que o segurado teria direito, acrescida de parcelas de 10 por cento do valor da aposentadoria, de acordo com o número de dependentes, até o máximo de 5 parcelas. Assim, se o trabalhador tinha mulher e três filhos, por exemplo, a pensão paga à sua família é de 50 por cento mais 40 por cento (ou 90 por cento) sobre a aposentadoria a que teria direito.

Já os dependentes do empregador rural têm direito a uma pensão no valor de 70 por cento da aposentadoria a qual o segurado do Funrural teria direito. Só um detalhe: este valor não pode jamais ser inferior a 63 por cento do maior salário mínimo do País (ou Cr\$ 1.848,00). Os dependentes do trabalhador rural são os que menos recebem: 50 por cento do maior salário mínimo (ou Cr\$ 1.467,00). Além disso só têm direito à pensão os dependentes do trabalhador rural falecido depois de 31 de dezembro de 1971. Por causa disto, muitas viúvas e dependentes de agricultores estão completamente desamparadas: a lei que entrou em vigor em 1º de janeiro de 1972, limitou o prazo para o requerimento desta pensão e muita gente ficou sem saber até mesmo da existência deste benefício antes daquela data.

No auxílio-funeral tanto os dependentes do segurado da previdência urbana como os do empregador rural recebem o mesmo valor: duas vezes o valor de referência da localidade (ou Cr\$ 3.650,00 no Rio Grande do Sul). Os dependentes do trabalhador rural recebem menos: um salário mínimo, ou Cr\$ 2.932,80).

Estes ainda têm direito a uma pensão em caso de acidente do trabalho. Explicando melhor é o seguinte: não tem nada a haver com o acidente sofrido pelo dependente, pois a lei não considera o trabalho da mulher e dos filhos do trabalhador rural. Esta pensão só é paga aos dependentes no caso da morte do trabalhador em caso de acidente do trabalho. E por isto, a pensão é maior do que aquela ocorrida em caso de morte natural ou por doença: o valor é de 75 por cento sobre o maior salário mínimo do País (ou Cr\$ 2.200,00). Os dependentes do empregador rural não têm direito à pensão em caso de acidente do trabalho.



#### ASSISTÊNCIA É ISTO?

Como se não fosse suficiente a diferença existente entre os benefícios da previdência urbana em relação à rural, na hora do atendimento médico e hospitalar o homem do campo também encontra um sistema muito mais deficiente do que aquele colocado à disposição de quem vive e trabalha na cidade.

Se nos meios urbanos a coisa já não é boa, cheia de burocracias, filas que a previdência promete que devem acabar, mas que não acabam, atendimentos falhos e assim por diante, no meio rural a coisa é pior ainda. Primeiro porque para o trabalhador urbano não existem convênios entre a previdência e os médicos e hospitais que limitam as verbas para o atendimento dos doentes, como acontece na previdência rural. Os médicos e hospitais recebem por serviço prestado a pacientes atendidos pelo INPS. Desta forma existe até mesmo uma motivação maior para atendê-los, mesmo

que os médicos e hospitais reclamem do baixo valor pago por estes serviços (ele é calculado tomando por base as chamadas US, Unidades de Saúde, que variam de acordo com o atendimento realizado).

Outra coisa: o trabalhador urbano não paga absolutamente nada pelo atendimento, enquanto o trabalhador rural, de acordo com a renda que ele obtém durante o ano, participa com uma porcentagem sobre as despesas hospitalares, pagando a chamada taxa de complementação de custos pela prestação da assistência.

#### O VALOR DA CARTEIRA

Além disso a assistência aos contribuintes do INPS é dada em qualquer parte do País, bastando apresentar a carteirinha de beneficiário da previdência. O agricultor e seus dependentes, só podem ser atendidos no hospital do município onde residem, pois existem os convênios médico-hospitalares, que

têm seu valor calculado de acordo com o número de habitantes do meio rural daquele município. Somente em casos que não podem ser resolvidos com os recursos técnicos existentes na localidade é que a previdência admite o internamento do paciente em hospital de outro município.

O agricultor também paga pelos exames de laboratório que precisa fazer. Eles só são gratuitos quando a pessoa faz os exames durante o período de internamento hospitalar. Na cidade, os exames são sempre isentos de pagamento por parte do trabalhador urbano, inclusive as radiografias pedidas pelos médicos.

O atendimento em ambulatório médico e também as consultas dentárias só são prestadas ao trabalhador rural porque os Sindicatos realizaram convênios com o Funrural para que seus associados tivessem alguma assistência. Na cidade é o próprio INPS quem organiza e mantém os consultórios médicos e gabinetes dentários. Alguns sindicatos urbanos também assumem esta parte, pois o funcionamento mesmo do INPS não pode ser considerado satisfatório. Mas não é uma regra geral como acontece no meio rural, onde os sindicatos são praticamente vistos pelos associados meramente como prestadores de assistência médica e dentária.

#### UM PROBLEMA COMPLEXO

A Contag, que é Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, enviou ao grupo interministerial que estuda a reformulação da previdência social urbana, as reivindicações mais expressivas dos trabalhadores rurais brasileiros. Na parte dos serviços assistenciais, é dito o seguinte:

"Dos serviços previdenciários, avulta de importância no Brasil — País ainda em vias de desenvolvimento, para utilizar a linguagem em moda — o complexo problema da assistência médico-hospitalar, especialmente em se tratando de previdência e assistência social para o meio rural, onde vivem milhões de brasileiros em condições de subalimentação e de subnutrição e onde as doenças, de toda sorte, são uma constante na vida do trabalhador e

sua família.

Por isto mesmo, o surgimento da assistência médico-hospitalar do PRORURAL veio trazer ao homem do campo uma nova esperança, uma nova perspectiva de vida, na medida em que foram credenciadas milhares de casas de saúde nos mais longínquos rincões do Brasil.

No entanto, as limitações assistenciais no campo de saúde em geral (assistência médica, hospitalar e odontológica) são ainda muito grandes, seja no que diz respeito à legislação seja quanto à prática do dia-a-dia. Com efeito, o trabalhador rural não tem condições de arcar com o ônus de uma assistência à saúde, mesmo que se trate, como ocorre atualmente em alguns estados, em que é paga uma taxa de complementação de custos pela prestação da assistência. Reconhecemos que se trata de um problema de que envolve matéria legal, pois a Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, dispõe que a assistência será prestada em regime de gratuidade total ou parcial e que será prestada na medida e proporção em que permitirem os recursos orçamentários. Reconhecemos, ainda, que os serviços médicos, por envolverem a classe médica, uma das mais bem organizadas do País e mais cômicas de seus direitos, demanda uma complexa problemática que têm desafiado, ao longo do tempo, autoridades governamentais com responsabilidade na área.

Argumenta-se, também, que assistência médica e hospitalar não é problema afeto à previdência social e que esta ao arcar com a responsabilidade de sua prestação, se desgasta e se desvia de seus reais objetivos, especialmente de prestação de benefícios.

Seja como for, a verdade é que a assistência médico-hospitalar está definitivamente inserida no âmbito previdenciário e, pensamos, que será muito difícil seu desvinculamento.

Por isto mesmo, os trabalhadores rurais reivindicam uma reestruturação nos serviços de assistência médica, hospitalar e ambulatorial, em que possam fazer jus a um tratamento igualitário com os segurados da previdência urbana".

# Bayleton é Bayer.

Se é Bayer é bom.

Dia e noite, seu trigo é perseguido pelo fantasma da ferrugem e do oídio. Mas Bayleton não tem medo de assombração: ele é um fungicida sistêmico com Triadimefon, muito eficiente no controle do oídio e das ferrugens. Bayleton tem excelente ação preventiva, curativa e erradicativa, e seu efeito residual é de

causar inveja: ele é recomendado pela Comissão Norte Brasileira de Pesquisa de Trigo como preferencial para certas variedades, e o único produto citado como eficiente no controle da ferrugem do colmo. É também recomendado para ser usado nas 3 épocas de aplicação.

Recomendado pelas Comissões Norte e Sul Brasileira de Pesquisa de Trigo.

Bayer

# A CERTEZA DE COLHER MELHOR

*Uma alternativa de colheita mais segura para os produtores*

Renato Borges de Medeiros \*

A formação de pastagens de azevém anual já é uma tradição nas propriedades agropecuárias do Rio Grande do Sul. A cada ano esta forrageira assume maior importância na atividade pecuária. Embora tenha um crescimento mais primaveril do que de inverno, quando o problema da falta de pasto é mais intenso, a sua presença é quase obrigatória, seja nas fazendas de gado de corte, seja nos pequenos estabelecimentos leiteiros. Provavelmente mais de 100 mil hectares são semeados anualmente no Rio Grande do Sul, com a estimativa de que perto de 5 mil hectares são semeados, em cada outono, só na região de atuação da Cotrijuí no Planalto.

A preferência dos produtores pelo azevém deve-se basicamente ao seu fácil estabelecimento e resistência às doenças. Também o produtor reconhece que esta forrageira apresenta alta qualidade, permitindo excelentes ganhos de peso e produção de leite por hectare. O azevém ainda apresenta outras vantagens bem conhecidas pelos produtores: alta produção de massa verde durante o período que se estende de agosto a novembro; consorciação com quase todas as espécies de leguminosas forrageiras de inverno e formação de boa mistura quando semeado junto com cereais de inverno. Se for semeado com aveia, que apresenta um crescimento mais precoce, o pastejo pode se estender de junho a novembro. Ainda apresenta

a possibilidade de ressemeadura natural, quando o produtor retira o gado e permite que sementes viáveis (maduras) se formem e caiam no solo.

## INCERTEZA NO MERCADO

Embora o azevém seja uma forrageira reconhecidamente importante para a pecuária gaúcha, todos os anos os produtores vivem a incerteza da disponibilidade de sementes no mercado. Na maioria dos anos a quantidade de semente produzida no Estado não é suficiente para atender as necessidades dos pecuaristas. Como consequência natural, os distribuidores importam as sementes que estiverem disponíveis nos países vizinhos, especialmente no Uruguai. Em certos anos, até sementes dos Estados Unidos foram semeadas nos campos gaúchos. Como não poderia ser diferente, os preços se elevam a valores que o pecuarista não pode pagar. Por outro lado, nos anos favoráveis, a disponibilidade é alta e o produtor de semente é mal remunerado.

Provavelmente a razão fundamental desta instabilidade seja a ausência de produtores de semente de azevém que tenham nesta atividade uma das principais fontes de renda. Nas condições do Rio Grande do Sul, geralmente, a semente de azevém é colhida em áreas que foram superutilizadas com gado. Assim, se o gado estiver gordo e o campo nativo começar a crescer, em fins de setembro o produtor



A semente de azevém é sempre uma incerteza.

suspende o pastejo nas áreas de azevém e arrisca uma provável colheita de sementes. De um modo geral, o produtor não maneja áreas específicas para semente porque na maioria dos anos o vento e chuva "colhem" as sementes antes que elas estejam completamente maduras. A perda de lavouras para semente não é um problema particular do Rio Grande do Sul, mas um fato muito comum em todas as regiões onde o azevém é cultivado.

## SEGURANÇA NA COLHEITA

O objetivo principal deste comentário é propor uma alternativa de colheita mais segura para os produtores. Atualmente os países europeus, os Estados Unidos, a Nova Zelândia, a Austrália e até mesmo o vizinho Uruguai, desenvolveram técnicas especiais para colher o azevém. A colheita direta com automotriz, quando as plantas estão secas, foi praticamente abandonada nestes países. O sistema de colher azevém em prática é de ceifa-enleiramento-trilha. No estado do Oregon, nos Estados Unidos, quase todas as sementes de gramíneas forrageiras produzidas são colhidas neste sistema, que exige dois equipamentos: a ceifadeira, que corta e enleira a planta ao mesmo tempo, e a automotriz comum, com o detalhe de que deve ser adaptada uma estrutura especial (Pick-up) para o recolhimento das leiras, em substituição ao molinete.

As vantagens destes métodos são várias, sendo que a mais importante talvez seja a maior produção por hectare, uma vez que o método reduz consideravelmente as perdas por desgrana. Outras vantagens que podem ser relacionadas são: eliminação de secagem artificial e melhora na qualidade da semente. Como se isto não bastasse, este método talvez seja o único que evite as perdas ocasionadas por ventos e chuvas, fato muito comum durante o período de amadurecimento das lavouras de azevém no Rio Grande do Sul (novembro a dezembro).

## A INFLUÊNCIA DO CLIMA

Após o enleiramento, se o tempo for favorável (sol e baixa umidade do ar) as sementes secam rapidamente. Nas condições do estado de Oregon a colheita ocorre, geralmente, uma semana após o enleiramento. Entretanto, quando as condições climáticas são desfavoráveis (chuvas frequentes e alta umidade do ar) a secagem se prolonga por mais dias, podendo ocorrer alguma perda e afetar a qualidade das sementes. Mesmo assim, as perdas são pequenas quando comparadas com aquelas que ocorrem quando a colheita é realizada pelo sistema tradicional ainda em uso no Estado (colheita direta com auto-

motriz quando as plantas já estão completamente secas).

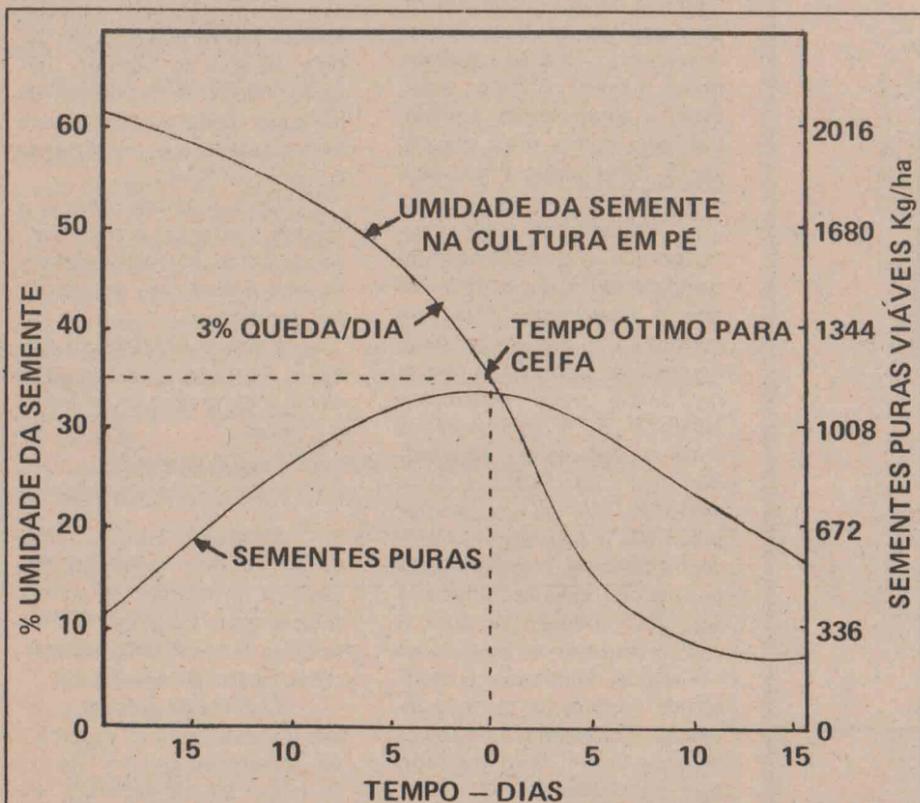
O fator crítico na colheita pelo sistema de ceifa-enleiramento-trilha é a identificação do ponto ótimo de ceifar. O momento ideal de realizar o corte é aquele que possibilita o máximo de sementes viáveis por hectare (sementes com o máximo de poder germinativo). No Estado de Oregon, dois pesquisadores obtiveram uma alternativa bastante prática, baseada na relação entre o teor de umidade da semente e a produção por hectare. Assim sendo, para cada uma das principais espécies de forrageiras cultivadas em Oregon, os pesquisadores desenharam uma curva especial. Hoje, os produtores de Oregon se orientam através de figuras para iniciarem a ceifa da maioria das espécies de forrageiras cultivadas para semente. A figura aqui apresentada (veja o gráfico) foi desenhada para o azevém perene e tem se mostrado confiável para esta espécie, nas condições do Oregon. A figura mostra que a produção máxima por hectare é obtida quando a ceifa-enleiramento-trilha é realizada com as sementes apresentando 35 por cento de umidade. Contudo, se a ceifa for praticada quando as sementes ainda estiverem com 50 por cento de umidade, a produção de sementes viáveis por hectare diminui consideravelmente. Situação semelhante ocorre se a lavoura for ceifada quando as sementes apresentarem apenas 15 por cento de umidade.

## UMA REFERÊNCIA

Como esta figura refere-se ao azevém perene e foi obtida em condições climáticas diferentes, ela não pode ser generalizada para as nossas condições, pois durante o período de colheita do azevém perene o clima é bastante seco no estado de Oregon. Entretanto, enquanto esta mesma figura não for desenhada para as nossas condições, o produtor pode utilizá-la como referência em colheitas experimentais.

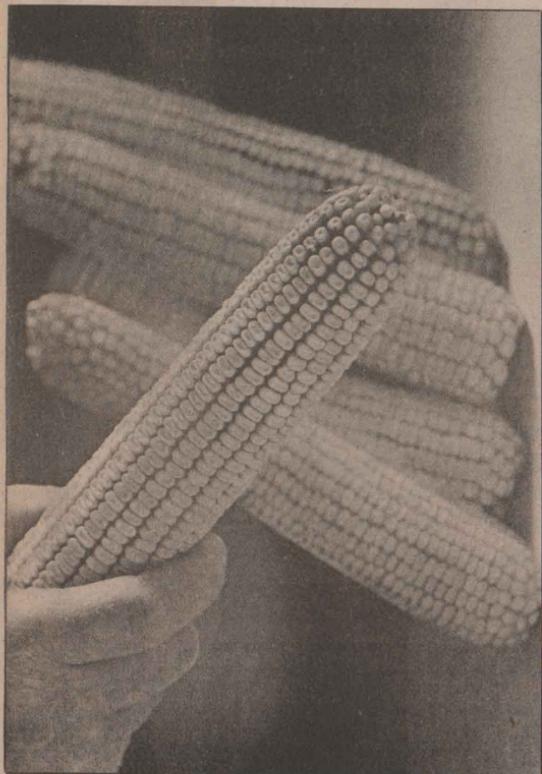
A nossa meta é buscar a estabilização da produção de sementes de forrageiras no Rio Grande do Sul. Para isto, o produtor precisa investir e acreditar que esta atividade também pode ser viável economicamente. Só assim o Estado terá uma produção de sementes à altura de sua pecuária. A Cotrijuí, ciente da importância desta atividade para a agropecuária do Rio Grande do Sul está investindo em equipamentos e treinamento técnico para assegurar ao seu quadro social a alternativa de produzir sementes de forrageiras em termos econômicos.

\* Renato é agrônomo da Cotrijuí. Ele está na Austrália desde o início do ano, onde realiza um curso de pós-graduação em forrageiras.

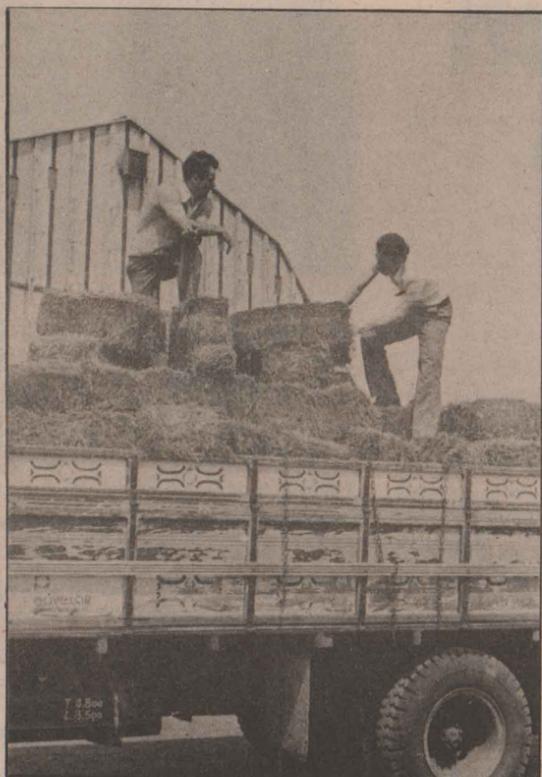


Determinação da época da ceifa de Azevém perene, para máxima produção de sementes baseado no teor de umidade das sementes na cultura em pé (média dos anos 1966-67-68). Klein & Harmond, 1971.

# PLANTAR, COLHER... ... E DEPOIS ?



Milho: o mercado interno não exige classificação



Feno de alfafa: adiantamento de Cr\$ 4,00 o quilo

*Na hora de comercializar a safra é que o agricultor se dá conta que existe uma série de normas para o recebimento dos produtos. E a coisa muda de um produto para outro. Os preços também se alteram, muitas vezes, em função da qualidade.*

O agricultor prepara a terra, planta e fica torcendo para que chova enquanto a semente está germinando. Que não chova demais e nem muito pouco. Na hora de colher, é rezar para que faça tempo bom.

Mas quando a colheita está nas mãos do agricultor, nem sempre a novela termina. Na maioria das vezes começa aí um outro capítulo, talvez o mais angustiante: a comercialização do seu produto.

Preço médio, preço do dia, sobe a cebola, sobe o feijão... Quanto vão pagar pelo alho? O milho está na Bolsa...

Na hora de optar por modalidade de comercialização, é mais um dilema para o agricultor. Ele sempre pretende receber o máximo pela sua produção e nem sempre acerta, porque a coisa é incerta mesmo. E existem ainda uma série de exigências do mercado na hora da comercialização (e que mudam de produto para produto) que acabam influenciando nos preços recebidos pelo produtor.

#### NO ALHO, A QUALIDADE

Os associados que este ano plantaram alho, já estão entregando a sua produção na Cooperativa. Um dos aspectos mais importantes na comercialização do alho, é a qualidade. Existe um critério para o recebimento do alho, a nível de mercado nacional, que classifica o produto em 5 qualidades diferentes. Quanto melhor, maior o preço. Além da qualidade, a apresentação dos bulbos pesa muito nessa classificação. Alho bonito é mais fácil de vender.

Mercado para o alho existe, porque o Brasil ainda importa perto de 50 por cento do que é consumido. Mas esse mercado tem que ser procurado antes da safra. É um mercado difícil, onde geralmente atuam 5 ou 6 intermediários entre o produtor e o consumidor. Em razão disso, é recomendado que os plantadores procurem a Cooperativa antes de iniciarem a lavoura. Assim os técnicos poderão conhecer a área de produção durante o ano, orientando os produtores no sentido de obterem o máximo de rendimento nas suas lavouras. É também uma maneira de garantir um bom mercado com antecedência.

Se os produtores procurarem a cooperativa apenas na época de vender a produção, estarão correndo um risco, por-

que poderão faltar caixas e rótulos para a comercialização do produto.

Inicialmente, os produtores receberão Cr\$ 22,00 de adiantamento por quilo de alho. O retorno será feito em função da classificação e do mercado.

#### PROGRAMANDO A PRODUÇÃO

No caso dos hortigranjeiros, também há uma grande necessidade da Cooperativa saber o que existe e orientar os produtores quanto aos produtos de maior aceitação e procura nesse mercado. Antes do produtor plantar ele deve buscar um "sinal verde", garantindo a comercialização dos seus produtos, que são perecíveis e precisam ser vendidos imediatamente após a colheita.

Também nos hortigranjeiros, a qualidade é o mais importante.

Nesse ano houve uma saturação de repolho, exatamente porque faltou uma programação de plantio. Os associados que estão cadastrados no Setor de Hortigranjeiros têm maiores garantias para a colocação da sua produção.

Os produtos mais procurados são principalmente a cebola, tomate, batata, repolho e cenoura.

No recebimento da cebola não há classificação. Basta que tenha um bom aspecto. Poucos são os que plantam cebola na área da Cotrijuí, portanto não terá problema de mercado. Toda a produção será bem recebida e provavelmente o preço será bom.

Com a batata ocorre o mesmo. Existe um grande plantio de batata na Região Pioneira, mas é mais para um consumo doméstico.

Entre as unidades da Cotrijuí, Ajuricaba é a que mais se destaca na produção de hortigranjeiros.

#### MILHO É COM TENENTE PORTELA

Enquanto isso, a unidade de Tenente Portela se destaca na produção de milho. Grande parte do milho colhido fica nas próprias propriedades, como ração para os animais.

O forte da safra é o milho do cedo, que já começa a ser comercializado em janeiro. O milho do tarde entra em março e abril.

O milho não é classificado, porque não se destina à exportação. Atualmente, fica to-

# Basagran ama a soja.

A soja nasce frágil e junto nasce o mato para atrapalhar a sua vida, e tirar o lucro do agricultor.

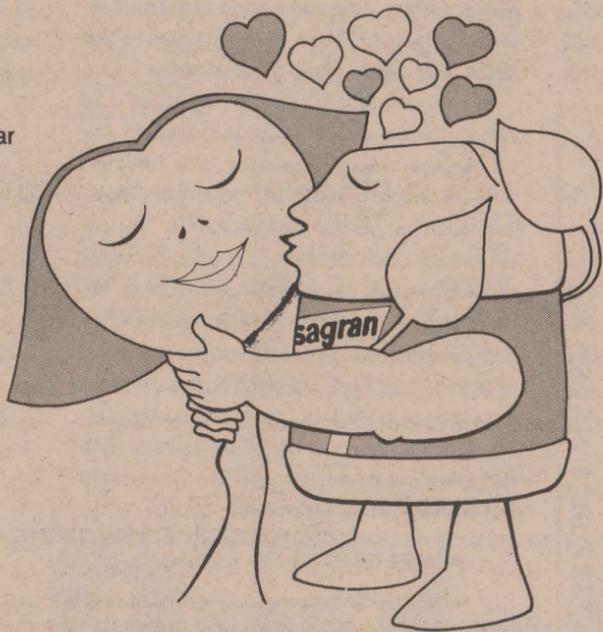
Mas você tem **Basagran**.

**Basagran:**

Acaba com as invasoras. Não afeta a germinação. Não afeta culturas subseqüentes.

**Basagran na soja:**

É a única história de amor que dá lucro para o agricultor.



**Basagran**



Tecnologia BASF  
Impulso na produção agrícola

**BASF**

do na própria região de produção da Cotrijuf, sendo repassado para o associado ou industrializado como ração. No milho é descontada a umidade, quebra técnica e impureza. Tem tabela específica, assim como o trigo ou a soja. Geralmente ele é recebido a granel, mas nada impede que venha ensacado.

A Cooperativa receberá o milho a preço médio e preço do dia, na mesma modalidade da soja, porque o preço é regulado pelo mercado interno (veja matéria sobre o milho na página 8).

Sem dúvida o milho é melhor que o sorgo que pode ser uma alternativa para as regiões onde a produção de milho é limitada. Dom Pedrito é a grande área produtora de sorgo, que também é comercializada nos moldes da soja.

A Cooperativa recebe todo o sorgo, que tem bom mercado. O sorgo granífero pode ser um substitutivo para o milho, como forragem. Entretanto, na área da Cotrijuf, a sua produção é mínima.

#### O FEIJÃO QUE É POUCO

Existe uma classificação do Ministério da Agricultura para o feijão, mas aqui ele é tão pouco que essa tabela não é aplicada. Todo o feijão que entra é comercializado nos próprios mercados da Cotrijuf e não chega a atingir 10 por cento do total vendido. A unidade que mais produz continua sendo Tenente Portela.

O feijão é um dos produtos amparados pela política de preços mínimos do governo e na Cotrijuf ele é comercializado nas modalidades de preço médio e preço do dia.

Sem dúvida, é um produto que deverá ter a sua área de plantio aumentada na próxima safra em função de uma necessidade de diversificação e também pelo próprio mercado que está se apresentando bom.

#### LINHAÇA: BOM NEGÓCIO

A produção de linhaça, na área da Cotrijuf, também é muito pequena, mas os preços são excelentes. Existe um mercado em potencial. Para se ter uma idéia do quanto é bom o negócio de linhaça, basta dizer que ela está valendo 150 por cento acima do preço da soja e 200 por cento acima do preço

do trigo. Para este produto só vale o preço médio e o adiantamento é de Cr\$ 7,00 por quilo.

A Cooperativa não está industrializando a linhaça, apenas comercializando. O produto deve ser entregue ensacado.

#### SEMENTE FISCALIZADA É MELHOR

Os associados da cooperativa estão produzindo 11 espécies de forrageiras com 17 variedades. O plantio de forrageiras para semente está sendo muito incentivado.

A classificação da semente é feita pelo Ministério da Agricultura, através da SESA (Subcomissão Estadual de Sementes de Forrageiras no Rio Grande do Sul), que divide apenas em dois tipos: semente identificada e semente fiscalizada. A semente identificada é aquela forrageira que foi plantada para pastagem, mas depois sobrou e o agricultor resolveu deixar para semente. Leva uma amostra para ser analisada e depois entrega o produto ensacado, devidamente identificado.

A Cotrijuf trabalha quase só com semente fiscalizada. Para isso os produtores de forrageiras devem estar enquadrados num programa junto ao Departamento Técnico, quando são autorizados a produzir forrageiras para semente. O plantio é acompanhado e fiscalizado pelos técnicos até o momento da colheita. Isso dá uma garantia muito grande às sementes que são repassadas pela Cooperativa.

As sementes de forrageiras somente são recebidas ensacadas e a modalidade de comercialização é preço médio (veja tabela de adiantamento). Esse produto sofre todo um processo de beneficiamento, antes de ser colocado no mercado.

A aveia branca e o centeio, além da semente, podem ser comercializadas como forragem. A médio prazo, pode ser uma alternativa para o agricultor, como cultura de inverno. O processo de comercialização nesse caso, é o mesmo da semente e o adiantamento está sendo de Cr\$ 3,50 o quilo, um pouco superior ao preço mínimo que é de Cr\$ 3,32.

A produção de alfafa (semente e feno) está sendo bastante incentivada porque as perspectivas de mercado são il-

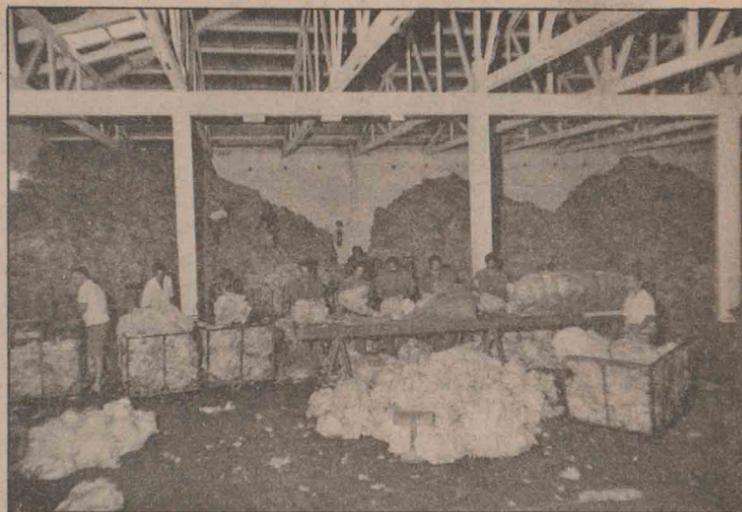
mitadas. A comercialização também é na modalidade de preço médio e o feno de alfafa está com adiantamento de Cr\$ 4,00 por quilo.

#### EM DOM PEDRITO, A LÃ

A unidade de Dom Pedrito já está recebendo muita lã. Inicialmente, o produto é classificado apenas em cinco grandes grupos, de acordo com os quais é feito o seguinte adiantamento (preço por quilo): lã Velo - Cr\$ 64,00; lã Borrego - Cr\$ 44,00; lã Pata - Cr\$ 23,00; lã Barriga - Cr\$ 32,00; e lã Garra - Cr\$ 28,00.

O restante do pagamento, o associado receberá de junho a julho, de acordo com o mercado e com as outras 54 classificações mais específicas. Existe uma cotação internacional para a lã, mas geralmente o mercado interno oferece um preço maior.

A Cotrijuf participa da Cooperativa Valuruguai (Uruguaiana), que industrializa a lã, com uma cota anual de 300 mil quilos. A produção estimada para este ano é de 1.300 mil quilos. A lã, para ser entregue, precisa de uma sacaria especial, que não é devolvida e nem é paga pela Cooperativa. Essa mesma sacaria é utilizada para fazer os fardos necessários à comercialização.



Lã: a primeira classificação é feita em cinco grupos.



Sorgo: comercialização igual à soja

# A Montedison entra em campo com a sua linha de ataque.

## Rogor

Inseticida fosforado sistêmico de baixa toxicidade

## Cidial

Inseticida fosforado de contato e ingestão de baixa toxicidade.

## Rogodial / Rogofene

Inseticidas co-formulados destinados ao combate de insetos sugadores e mastigadores.

Em defesa do agricultor brasileiro, a Montedison apresenta a sua linha de ataque: Rogor, Cidial, Rogodial e Rogofene. Quatro eficientes inseticidas que acabam com os adversários do campo, em dois tempos. Desenvolvidos por quem é técnico no assunto, alcançam excelentes resultados para as suas plantações. E o resultado final é aquela renda após cada colheita.

Para maiores esclarecimentos, consulte a Montedison ou o Departamento Técnico da sua Cooperativa.

**MONTEDISON DO BRASIL LTOA**

Montedison Divisão Agrícola  
Av. República do Líbano, 1.921 - São Paulo - SP  
Fones: 70-4016, 549-9333, Telex 011-22731  
Av. Vereador José Diniz, 3.465 - Fone: 240-6411

#### ADIANTAMENTO PARA SEMENTES DE FORRAGEIRAS DE ESTAÇÃO FRIA - SAFRA 79/80

ESPÉCIE	ADIANTAMENTO (Cr\$/kg)
Aveia Amarela .....	4,00
Aveia Branca .....	4,00
Aveia Preta .....	5,00
Azevém Anual .....	7,00
Centeio .....	4,00
Cornichão SG .....	50,00
Ervilhaca .....	10,50
Festuca .....	40,00
Tremoço .....	4,00
Trevo Vesiculoso .....	65,00
Trevo Branco .....	75,00

# ANTES DO MEL, A ABELHA

É comum a gente ouvir dizer por aí que a abelha européia foi trazida pelos padres jesuítas. Como, na verdade, muitas práticas agrícolas européias foram introduzidas por eles, é bem provável que a criação de abelhas para a produção de mel seja mais uma delas.

Mas muita coisa da história da apicultura pode ser contada pelos próprios apicultores mais antigos, que já se dedicavam a essa atividade quando as terras ainda não tinham sido tomadas pelas lavouras de trigo e soja.

"Naquela época, eram muitos os que tinham abelhas. Quase todo o agricultor cuidava sempre de algumas caixas e a família tinha mel na mesa durante todo o ano. Uma ou duas latas que sobravam, ele vendia para o comércio", diz seu Rudolfo Wilibaldo Wolf, que há mais de 50 anos é apicultor.

Segundo seu Wolf, "antigamente as condições para a criação de abelha eram mais favoráveis: mais florada, menos veneno, mais arvoredo e a água limpa. A abelha geralmente não vai na água suja, assim como não vai uma segunda vez numa flor com inseticida".

## CONCORRÊNCIA DESLEAL

Para muitos apicultores, o uso indiscriminado de inseticidas num momento de expansão das lavouras mecanizadas, foi um dos fatores que mais contribuiu para o desestímulo dos produtores. Muitos dei-

xaram de ter suas colméias quando sentiram que o veneno fazia uma concorrência desleal com as abelhas.

E o inseticida continua prejudicando, como explica o seu Arthur Eugênio Geiss, de Alto da União:

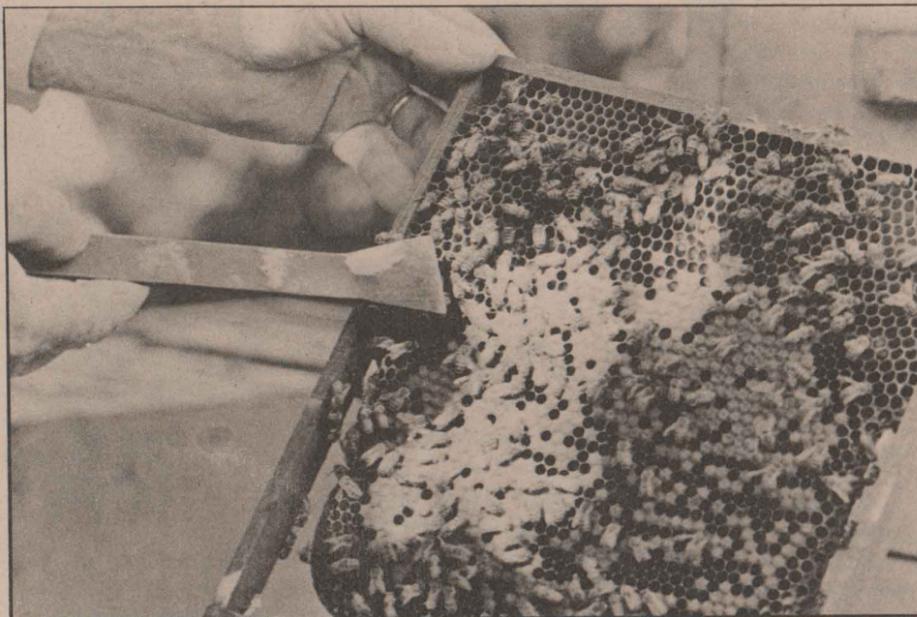
— Um vizinho tinha soja e bem quando acontecia a florescência, ele botou veneno na lavoura. O que morreu de abelhas . . . E as que não morrem quando estão trabalhando, trazem o veneno para a colméia.

Em alguns países, o lavoureiro é obrigado a avisar com antecedência os apicultores das redondezas quando vai usar inseticida. E se não avisar, será responsabilizado pelos danos, tais como a morte das abelhas e frustração na safra de mel.

Seu Mietieslau Czepielewski gostaria que essa lei existisse também aqui, porque assim os produtores poderiam fechar as colméias, impedindo as abelhas de trabalharem na coleta de néctar e do pólen para a fabricação do mel, da cera e da geléia real.

Uma abelha operária tem um sentido de orientação extraordinário. Normalmente, ela se afasta uns dois quilômetros, mas pode voar de 15 a 20 quilômetros longe de sua colméia em busca de alimento. Portanto, o cuidado com os venenos deve ser em toda essa área de ação.

Para seu Mietieslau, além do veneno



Nos caixilhos o início da produção

## O herbicida que respeita a soja e a terra.

Afirmamos isso com a convicção que representam 800.000 ha sem reclamações. Deixe a soja germinar, e somente quando aparecerem as invasoras aplique **Basagran**.

**Basagran:**  
Acaba com as invasoras.  
Não afeta a germinação.  
Não afeta culturas subseqüentes



**Basagran**



Tecnologia BASF  
Impulso na produção agrícola

**BASF**

## Faltam incentivos

Perto de 200 apicultores vindos de muitos municípios do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e ainda outros estados, estiveram participando do 1º Seminário Regional de Apicultura, realizado nos dias 16, 17 e 18 de novembro, na sede da FIDENE (Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado), na cidade de Ijuí.

O encontro foi coordenado pela Associação dos Apicultores de Ijuí, que atualmente tem 134 associados, e contou ainda com a participação de diversas entidades.

Os venenos, a falta de uma pastagem floral e reflorestamento foram os assuntos que mereceram maior atenção durante o seminário, que, segundo a opinião do vice-presidente da Associação Gaúcha de Apicultores, Pedro José Thiesen e sua esposa, dona Thelma, "esteve um pouco melhor do que se esperava".

Helmuth Wiese, presidente da Confederação Brasileira de Apicultura, comentando o encontro, observou que era uma grande oportunidade para se obter maiores subsídios, "pois as informações devem vir de baixo para cima, do produtor. Ele é que sabe onde o calo aperta".

Na opinião do presidente, os grandes problemas da apicultura, à nível nacional, são: treinamento de pessoal, equipamentos adequados e assistência técnica e ainda a comercialização do produto, "porque existe muito mel falsificado e isso prejudica".

Quanto a questão da desaficanização, ele se posiciona:

— Cada um cria o que quiser. É uma questão livre e não devemos impor nada. Nós devemos é qualificar o pessoal para que ele saiba trabalhar.

Uma das grandes metas da CBA é a busca de incentivo do governo para os produtores de rainhas. Wiese salientou que a "criação de rainhas é uma indústria. Sou contra importar rainhas. Nós devemos importar matrizes, mas a reprodução deve ser feita aqui. Nós temos que ver a nossa realidade econômica, a crise econômica brasileira. Acho que devemos evitar às importações".

Atualmente parece que a criação de abelhas está crescendo em importância. Muita gente está interessada na apicultura e o presidente acha que isso acontece principalmente porque o preço do mel está bom.

— Em qualquer atividade, o aspecto econômico é importante. Além disso, a gente está observando que há um interesse do homem pelas coisas naturais, pelo assunto ecologia. E as abelhas se integram de maneira especial à natureza. Para qualquer animal se pode comprar alimento, ração. No caso da abelha, o alimento tem que ser natural.

"o agricultor se desiluiu com a agressividade da abelha africana. Quando agitada, ela ataca em massa. Uma colméia forte, tem de 30 a 40 mil abelhas. E se uma ataca, as outras também vão".

#### AS PILHADEIRAS

As africanas foram introduzidas no Brasil por volta de 1956, vindas de Angola (África), principalmente para substituir as européias que estavam em extinção, "por causa do DDT. Os paulistas trouxeram a africana, se descuidaram e ela proliferou em grande quantidade. Hoje já estão cruzadas, em sua maioria, e são ainda muito agressivas", explica seu Wolf.

A africana é uma abelha agitada, que trabalha muito. Apesar disso, também seu Mietieslau não tem grandes simpatias por ela:

— Apesar de trabalhadeira, ela enxameia muito, por isso não produz mais que a européia. Ela própria consome grande parte do mel que produz. Enquanto a européia enxameia umas três ou quatro vezes ao ano, a africana enxameia umas três vezes por mês, dependendo da época. E o enxame que sai é formado por abelhas operárias. Ficam na colméia as abelhas novas que levam uns dez dias para produzir. As que se vão, carregam junto uma quantidade de mel para garantir o alimento durante a viagem e enquanto procuram um novo lugar. No caso das africanas, se termina o alimento e ainda não se localizaram, elas ficam irritadas e atacam. É muito comum fazerem a pilhagem. Elas sentem o cheiro do mel (a abelha tem um olfato muito desenvolvido) de outras colméias e tentam invadir, não importando se as proprietárias forem abelhas mansas ou outras africanas. Aí acontece uma ver-



Mietieslau: é preciso muita persistência

dadeira guerra, onde vencem as mais fortes.

Seu Geiss só cria abelhas africanas. Tem 50 caixas e mais da metade estão bem próximas de casa. "Elas são difíceis de lidar. Veja como está crescendo o mato e não dá para limpar, a não ser levando as caixas para outro lugar". E a família sabe que é bom não passar na frente do colmeial e nem deixar animais amarrados por perto.

#### AFRICANA OU EUROPÉIA?

Entre os apicultores existem duas correntes bem distintas: uma defendendo a abelha africana e a outra partidária da desfrancização.

A primeira afirma que elas não são tão perigosas como tem sido dito por alguns. Bastam certos cuidados, como usar fumegadores que fazem bastante fumaça,

trabalhar com rapidez e bem protegido, evitar fazer barulho e com o mínimo de gente possível por perto. Seu Geiss até chegou a adaptar um fumegador que facilita o seu trabalho. Inclusive o asseio do apicultor é importante, porque as abelhas não gostam do cheiro de suor.

Tanto para trabalhar com a africana como com a européia, é preferível escolher dias bonitos, sem vento e com muito sol. Num horário entre nove e dez da manhã até às quatro horas da tarde, a maioria das abelhas está trabalhando na coleta de alimento, longe da colméia. Portanto, é a hora mais aconselhável para mexer nas caixas.

Os apicultores que já estão "desfrancizando", além da agressividade, apontam outra causa a favor das européias, como explica seu Mietieslau:

— A africana é mais desleixada na produção. Tem que ter uma florada muito boa para que o mel seja realmente bom. Parece que a européia tem um instinto mais apurado e além disso, de março em diante ela diminui a postura e se preocupa em armazenar mel. Acho que isso acontece porque ela vem de uma região onde o inverno é rigoroso e então precisa guardar o alimento. Aqui ela conservou a tradição milenar, apesar de termos florada o ano todo. A africana vem de um clima quente e a sua preocupação maior sempre é a produção.

#### A DESFRANCIZAÇÃO

Seu Wolf nasceu em Cachoeira do Sul (Estiva) e está com 75 anos. Quando era guri ganhou dos vizinhos um enxame e nunca mais deixou de trabalhar com abelhas. Atualmente ele está mais ligado à reprodução, fazendo núcleos novos, que são vendidos. Ele enxerta um favo com ovos novos (menos de 3 dias) e coloca numa família órfã, que não tem rainha. "Há muitas maneiras de fazer núcleos, mas esta é a mais simples", observa seu Wolf.

Fazem mais de 30 anos que este apicultor trabalha com enxertos, "e a gente vai lidando, trabalhando e aprendendo. Nunca tem fim de aprender".

Ele já fez experiência com africana e européia e "com a abelha cruzada com a européia tive menos trabalho e colhi mais mel". Em teoria, "desfrancizar" uma colméia, é bastante fácil: "A gente sacrifica uma rainha imprestável e coloca uma rainha mansa". Trocar a rainha africana por uma rainha européia ou já cruzada é a técnica mais comum de desfrancização.

Mas na prática, isso é um processo que exige muito conhecimento das abelhas, muita técnica, paciência e cuidado.

Seu Geiss tentou mudar algumas rainhas entre as suas africanas. O resultado foi nulo, porque em seguida as africanas tomaram conta novamente. No entender do seu Mietieslau, que é entendido na criação de rainhas, "é preciso muita persistência. Continuar trocando e evitar que haja muita reprodução de zangões, o que é possível, apesar de trabalhoso".

Uma rainha importada, da Itália ou dos Estados Unidos, está custando uma média de 600 cruzeiros. Quando produzida aqui e sendo virgem, uma rainha vale mais ou menos 80 cruzeiros. Fecundada vale mais.

#### FALTA VEGETAÇÃO

Se o tempo for bom, sem secas, sem muitas chuvas e houver bastante flores, pode haver duas colheitas por ano. Nos dois últimos anos houve frustrações, principalmente "porque a nossa região é muito pobre para a abelha, falta vegetação florada, boa", diz seu Wolf.

Uma caixa pode dar de 30 a 40 quilos de mel. As vezes dá apenas 10. Uma colméia enxertada se reproduz muito ligeiro, isto se for ajudada. O apicultor geralmente alimenta as abelhas novas, fazendo uma mistura de açúcar, água e mel e colocando num coquinho dentro da caixa. Mas seu Geiss não consegue alimentar suas africanas:

— Antes, quando eu tinha as mansas, fazia isso para ajudá-las enquanto eram fracas. Com as africanas não dá. Elas não deixam a gente mexer.

Além da agressividade das africanas e dos venenos, a falta de árvores é um grande problema para a apicultura.

A derrubada das matas acabou com a floresta nativa que fornecia bom alimento para as colméias. Algumas culturas também ajudam, como é o caso da colza, que por ter sua floração no inverno, está sendo bem recebida pelos apicultores.

A grande esperança dos produtores de mel é que a questão do reflorestamento seja realmente assumida por todos, sendo que já está mais do que sabido o quanto isso é importante.



Geiss: fumegador contra a africana



Wolf: a européia é mais mansa

# Se é Sencor é bom.

Quando planejar o plantio da soja, faça uma coisa muito séria: pense em Sencor.  
Depois você vai rir, e rir bem melhor:  
Sencor é um herbicida que pode ser incorporado, ou aplicado em pré-emergência.

Ele controla ervas daninhas de folhas largas e estreitas, se decompõe rapidamente, e não prejudica a cultura do trigo.  
Com Sencor, você descansa enquanto a soja cresce.

Bayer 

# A EXPERIÊNCIA EM OUTRAS COOPERATIVAS

Nos dias 10 e 11 de outubro, um grupo de produtores de leite de Augusto Pestana, associados da Cotrijuí, realizou uma excursão à região de pecuária leiteira da Cooperativa Regional Agropecuária Languirú Ltda. (Estrela), Cooperativa Santa Clara Ltda. (Carlos Barbosa) e Cooperativa Agropecuária Petrópolis Ltda. (Nova Petrópolis). O objetivo era conhecer sistemas de produção e coleta do leite. Foram visitados alguns associados daquelas cooperativas, proprietários de áreas pequenas, entre 9 e 40 hectares.

Na semana seguinte, os excursionistas realizaram uma mesa redonda, em Augusto Pestana, a fim de discutir e avaliar as observações feitas durante a viagem. Noemi Huth, do Departamento de Comunicação e Educação, coordenou o debate, que teve ainda a participação do agrônomo Clóvis Rorato, dos técnicos agrícolas Gentil Garzela e Nelson Fiegenbaum, e de João Frantz, do Departamento de Comunicação e Educação da Cotrijuí em Augusto Pestana.



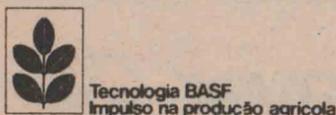
Na volta da viagem, aconteceu esta reunião onde foi comentado tudo o que pode ser observado.

## Basagran age sobre a invasora. Não sobre a terra.

Basagran age por contato diretamente sobre a invasora, sem depender do tipo de solo, e com segurança total para a soja, feijão, trigo, arroz e amendoim. E mais, você somente coloca semente, adubo e graminicida na terra.

Somente quando aparecerem as invasoras. Você aplica Basagran. Como? Muito simples.

1,5 l/ha ou 3,6 l/alq. bico 80.03, 250 l/ha ou 600 l/alq de água da emergência das invasoras até 6 folhas.



BASF

**Noemi Huth** — Nesta reunião cada um colocará aquilo que observou durante a excursão. As dúvidas que sentiram devem ser colocadas, enfim, vamos tentar fazer um comparativo entre o que temos aqui e o que vimos lá.

**Aldair Alberto Goettems** — O que eu achei importante lá na Cooperativa de Languirú, e que nós não temos aqui, é uma entrega de leite individual. Isso ajuda muito no problema do leite ácido, principalmente no verão. Outra coisa é a coleta de gordura, que é feita na indústria só de quem entrega em tarros individuais. Eles colocaram que a concentração de gordura no leite é bem maior no inverno que no verão. Por exemplo, na cooperativa de Santa Clara, salientaram que nos meses de inverno a média de gordura era de 3,7 por cento e já no início do verão caiu para 3,4 por cento. Na indústria, a produção de nata, que era de 420 quilos por dia, baixou para 140 quilos.

**Noemi** — Quanto a entrega individual do leite, o senhor observou com que média de produção é feita? Nós temos condições de fazer isso aqui?

**Aldair** — É claro que aqui são pequenos produtores e assim fica mais difícil. Seria bom se fosse introduzido aqui o tarro de 20 litros. Aqui só temos de 30 litros.

**Afonso João Harter** — Lá os trajetos são mais curtos. Aqui só com caminhões grandes para transportar tantos tarros.

**Silca Wathier** — Mas eles falaram que havia um trajeto com 100 quilômetros de distância.

**Noemi** — Era a linha mais distante e estava organizada com sub-linhas.

**Selvino Drews** — Um grande problema que temos aqui são as estradas em dia de chuva. Como vamos fazer a coleta com caminhão grande nos dias de chuva?

**Silca** — Já se falou em levar o leite até a estrada principal, mas por conta de cada um. Quem sabe se a Cooperativa achava um jeito do produtor fazer isso.

**Álvaro Antonio Wathier** — O transporte poderia ser feito com carro pequeno e quem não tivesse, poderia fazer com carroça.

**Ilga Schunemann** — O leiteiro tem o direito de deixar de lado o leite ácido e não colocar junto com o leite bom, nem que o colono perca com isso.

**Noemi** — Deu para vocês

observarem a coleta em Languirú. E nas outras cooperativas, onde tem coleta coletiva, o que acontece com o leite ácido? Qual o sistema usado?

**Silca** — O leite vai de volta para o produtor.

**Helvin Gustavo Zolinger** — Eles podem pagar um pouco mais pelo leite ácido, porque lá o queijo é mais caro. Nós recém estamos entrando no mercado do queijo, enquanto que a marca deles já garante o mercado. Conosco isso não acontece. O queijo produzido de leite ácido é de pior qualidade que o produzido com leite bom. A diferença já existe no próprio fato de terem menos leite ácido. Antigamente, o leite voltava para o produtor. Agora, não. A fábrica fica com ele e o agricultor não paga o frete.

**Noemi** — Mas o agricultor paga o frete igual.

**Helvin** — Paga o frete igual, só que é descontado no leite ácido. O preço do leite ácido lá é de Cr\$ 1,10.

### O PROBLEMA DO FRETE

**Noemi** — Nós vimos em três cooperativas, três sistemas diferentes de coleta de leite. O nosso sistema também é diferente. Portanto, são quatro sistemas diferentes de frete. Qual seria a melhor maneira de coletar o leite, para nós?

**Helvin** — A cooperativa deveria introduzir o mesmo sistema de coleta de Carlos Barbosa, onde o produtor também paga frete, mas num sistema diferente. A própria cooperativa contrata caminhoneiros que passam a ser freteiros e são pagos diretamente pela cooperativa. O produtor, mais tarde, também paga o seu frete. Não lembro bem, mas parece que é descontado 20 centavos por litro.

**Noemi** — Não sei se observaram que em Carlos Barbosa o produtor tem um estímulo para produzir mais leite. Quem produz até 600 litros por mês, recebe Cr\$ 5,20, deduzido do Funrural.

**Helvin** — Acima de 600 litros recebe cinco centavos a mais por litro. Acima de mil litros, mais cinco centavos por litro e assim por diante. É um estímulo. Então, existe uma diferença. Houve gente que não gostou porque os outros receberam um pouco mais. Receber um pouco mais, está bem, mas isto em vista de já pagar menos frete por estar entregando mais leite.

**Silca** — Eu acho justo para aquele que se interessa mais, que produz um pouco mais.



O grupo aproveitou para posar junto ao ônibus, na saída de Carlos Barbosa.

Agora, que o frete seja parelho, senão não é cooperativa.

**Nelson Fiegenbaum** — Na Cooperativa de Nova Petrópolis pagam Cr\$ 3,60 por quilômetro rodado em estrada asfaltada. Estrada de chão é Cr\$ . . . 7,60. A tabela do preço do leite é diferente para quem produz mais e quem produz menos. Quem produz 15 litros de leite por dia ou 450 por mês, recebe Cr\$ 5,15. De 20 litros por dia ou 600 por mês, é Cr\$ . 5,20. Produzimos 33,3 litros por dia ou mil por mês, é Cr\$ 5,25. Quando a produção ultrapassar isso, pagam Cr\$ 5,30 por litro. O frete é rateado depois pela quantidade produzida.

**MAIOR LINHA: 15 KM**

**Noemi** — Qual a média de quilometragem das linhas?

**Helvin** — Deu para notar que a maioria das linhas são menores que as nossas. Em Carlos Barbosa, a maior tem 15 quilômetros.

**Noemi** — Onde a entrega é individual, o produtor tem que lavar seu próprio tarro e é responsável por ele. Isso foi muito salientado — a higiene do leite.

**Helvin** — Naquela visita que fizemos à indústria, vimos o quanto é perigoso o leite contaminado. Devemos cuidar mais esse leite que as crianças vão tomar. A gente vê a sujeira que vem nos tarros, como pedaços de cana, feijão-miúdo. . .

**Carlos Woigt** — Agora aqui já há resfriadores. Eu falei com um produtor de Ijuí, o seu Guilherme Commandeur, que tinha um resfriador, mas para grande quantidade de leite, o que já não seria possível para o pequeno produtor. Os vizinhos poderiam se reunir e comprar um resfriador em conjunto.

**Clóvis Rorato** — É aconselhável usar esse tipo de resfriador, mas devem ser tomados certos cuidados. O leite não pode ser congelado, porque daí a membrana do glóbulo que envolve os ácidos graxos (gordura) se endurece. Quando o leite é descongelado, essa membrana arrebenta e deixa os ácidos graxos livres no leite. Isso vai deixar o leite rançoso.

**Noemi** — Seria quase formar uma mini-cooperativa de produtores, visando baratear os custos de produção e ter menos leite ácido.

**Helvin** — Nós aqui trabalhamos menos e com maiores facilidades do que aqueles que

nós visitamos. Eles precisam trabalhar muito mais.

**Noemi** — Esta é uma colocação muito importante. Nós visitamos aqueles produtores que se interessam mais, que produzem bastante. Não sei se a gente poderia comparar a área e produção. Talvez se pudesse considerar uma grande propriedade aquela que produz acima de 100 litros diários de leite, não importando a área.

**Silca** — Num lugar que visitamos, a média das propriedades era de 9,2 hectares e produziam mais de 130 litros diários.

**Selvino** — Visitamos outro produtor com 9,6 hectares. Ele produzia 200 litros de leite por dia e ainda tinha criação de porco junto.

**João Frantz** — Temos que ver o tipo de pastagem que existe lá. Eles tem pastagem no meio do jardim, ao redor das casas. É tudo verde.

**Salete Menegol** — E tem mais. O que aqui nós investimos em máquinas e outras coisas, lá eles investem em estábulos, em função da produção leiteira. Talvez porque é a principal fonte de renda deles.

**VENDEDORES DA SOBRA**

**Helvin** — E nós aqui, a maioria, somos vendedores de sobra de leite. E não produtores de verdade. Nós temos que partir para a diversificação. Não adianta a gente querer plantar só trigo e soja porque estamos perdidos. Eles lá, quando resolveram mudar a sua situação de vida, começaram com o leite.

**Haroldo Frantz** — Eu achei tudo bom. Eu tenho todo o meu maquinário e agora vou comprar vaca cara e deixar meu maquinário no galpão, pra começar a tirar leite?

**Carlos** — Quem tem terra e quer começar a criar bastante vaca de leite, o negócio não é comprar, mas ir devagarinho melhorando o plantel de vacas, através de uma boa inseminação artificial.

**Flávio** — Foi o que aconteceu lá. Os que têm vaca de leite é porque começaram a criar.

**REFUGAM NOSSAS VACAS**

**Silca** — Uma outra propriedade que visitamos, faz vinte anos que o dono trabalha com gado. E não tinha nenhuma vaca comprada. A vaca mais bonita que eu vi foi lá. Eles dizem que as vacas que nós com-

pramos eles refugam.

**Aldair** — Temos que ver ainda como vamos fazer com as linhas de distribuição, tendo em vista a crise do petróleo. Nosso problema aqui é a coleta, leite ácido, etc. . . O problema de linhas e sub-linhas. A gente tinha que fazer isso com juntas de cavalos e juntas de burros.

**Bruno Schneider** — Talvez fosse necessário construir dois ou três resfriadores nas unidades da cooperativa e transportar dali com caminhões tanques, para economizar combustível.

**Clóvis** — Uma instalação semelhante à de Santo Augusto (Posto de Resfriamento) custou para a cooperativa em torno de doze milhões de cruzeiros. Essa instalação requer um mínimo de 20 funcionários e com uma produção pequena não seria recomendável esse tipo de investimento. Me parece que a mecanização que entrou em nossa região nos deixou muito acomodados. A nossa geração, se tiver que pegar uma enxada ou uma junta de bois, não quer mais trabalhar. Acostumou-se mal.

**Helvin** — Estamos num ponto em que devemos trabalhar mais e gastar menos. Ama-

nhã ou depois não teremos mais com o que viver.

**Noemi** — Só para completar a idéia do Clóvis: a gente tem notado que estamos um pouco viciados. Todo mundo quer as coisas mais fáceis. Temos que começar a diminuir os custos de transporte, porque daqui a dois meses sobe o frete de novo. Qual seria a solução?

**Bruno** — Acho que cada um deverá ceder um pouquinho de si e levar o leite na estrada.

**Noemi** — Alguém disse que se todos vão produzir leite, então teremos superprodução. Olha gente, nós estamos importando leite em pó.

**Salete** — Lá em casa temos que levantar às quatro horas da manhã para tirar o leite, e caminhar 300 metros pra levar o leite. Assim também não dá prá aguentar.

**Helvin** — Como existem luz elétrica em alguns lugares, talvez uma solução fosse manter o leite no congelador.

**Silda Schneider** — Como o freteiro começa em Ijuí para carregar o leite, ele poderia começar ao inverso, isto é, dos fundos para cá.

**Salete** — Isso já foi comentado e não poderia ser fei-

to de outra maneira por causa da numeração que o freteiro tem. Ele disse que se atrapalharia se fosse fazer o frete ao inverso.

**Noemi** — Como poderíamos encaminhar, a nível de conselho, alguma coisa sobre transporte, já que um dos objetivos da viagem foi verificar experiências de outras cooperativas na área da coleta de leite?

**Helvin** — Temos que estudar bem o problema das linhas de coleta e começar a mexer nisso. Temos que reunir o Conselho dos Produtores de Leite de Augusto Pestana pra discutir isso.

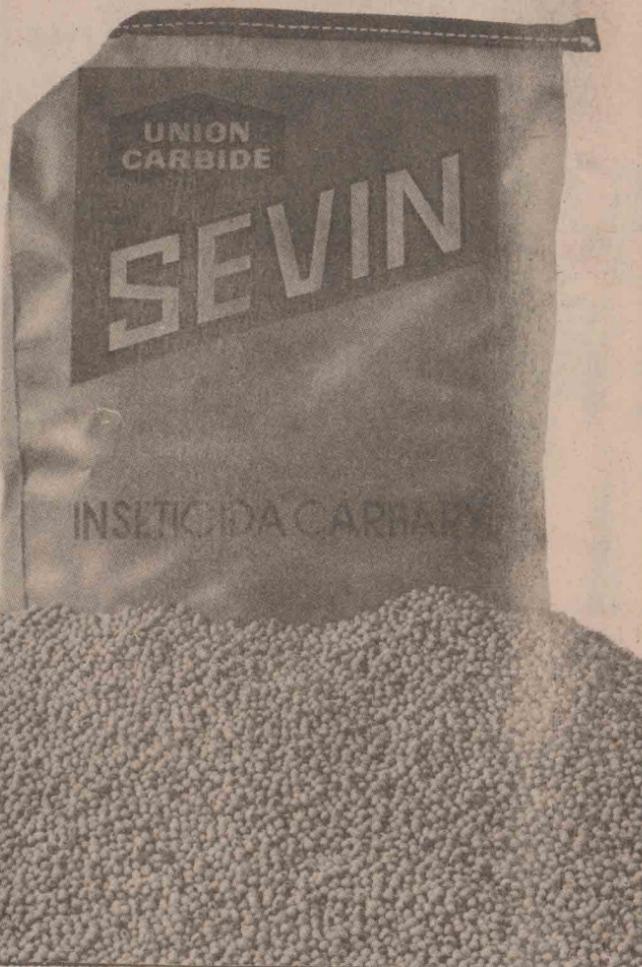
**João Frantz** — Então, o Departamento de Comunicação e Educação de Augusto Pestana fica encarregado de convocar uma reunião para se discutir esses assuntos.

**Noemi** — Seria interessante também que se convocasse para essa reunião o Conselho Central de Produtores de Leite.

**Participaram ainda da excursão e da mesa redonda: Marisa Goettems, Theobaldo Meno Voigt, Erna Voigt, Ivo Losch, Lino Losch, Laurindo Menegol, Loni Drews, Osvino A. Schunemann, Ilga Schunemann, Edvina J. Frantz e Erni Urbano Kern.**

# SEVIN-MANEIRA INTELIGENTE DE CONTROLAR AS PRAGAS DA SOJA.

No controle das pragas da soja SEVIN é a melhor opção. SEVIN protege a lavoura, aumenta a produção e garante a colheita. Combate as pragas e preserva os inimigos naturais. É econômico. É fácil e seguro de aplicar. É a escolha certa para o Controle Integrado ou para o Controle Convencional. SEVIN dá ao lavrador a opção de formulação mais adequada às suas necessidades: pó seco, pó molhável, e líquido. Pode ser aplicado por polvilhadeiras e pulverizadores manuais ou motorizados, aviões e helicópteros. A alto e baixo volume. SEVIN é a maneira inteligente de controlar as pragas da soja. SEVIN é biodegradável. Não poluente. É um produto da Union Carbide.



Divisão de Produtos Agropecuários

UNION CARBIDE DO BRASIL LTDA.  
Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, 153 - CEP 04543  
Tel.: 531-0977 - Caixa Postal 30.362 - São Paulo - SP.

SEVIN® é marca registrada da UNION CARBIDE CORPORATION, USA, para o Brasil.

# A FESTA NO FIM DO CURSO

Depois de seis vezes adiado por causa das chuvas, aconteceu na tarde de sexta-feira, 19 de outubro, o encerramento do curso de corte e costura desenvolvido com o núcleo de senhoras e filhas de associados da comunidade de São João da Bela Vista. O núcleo organizou uma bela festa de confraternização para assinalar a formatura. Sorte que desta vez o tempo ajudou.

Este núcleo foi formado em 20 de maio de 1977, a pedido dos associados da localidade. O trabalho que vem sendo desenvolvido há dois anos visa promover, valorizar e integrar as famílias junto à comunidade, num trabalho cooperativo.

No encerramento estavam presentes, além das formandas, seus familiares e representantes da Cooperativa. Depois da entrega dos certificados de conclusão do curso, foi servido um gostoso chá e realiza-



As participantes do curso

das muitas brincadeiras. Mais de 200 peças, confeccionadas pelas participantes do curso, foram expostas no local.

O curso foi de 80 horas aulas e aconteceu nos meses de julho e agosto deste ano. As aulas foram dadas pela professora Maria Varasquini e as participantes, em número de 19, foram as seguintes: Janete Lúcia Tissot, Iraci Josefina Secchi, Maria Strada, On-

dina Selle de Lima, Marinéz Fátima Lima, Elsa Debiasi Goularte, Evani Menegazzi, Sandra Maria Secco, Anita Andreatta Dambros, Rosane Lúcia Secco, Antoninha Padilha, Nilsa Leni Lima, Sueli Andreatta Secchi, Sidone Selle de Lima, René Secchi Andreatta, Marlene do Carmo Andreatta, Rosane Copetti Agertt, Maria Helena de Lima e Amélia Secco de Lima.

## Conselho de Consumidoras

### Região de Vila Jóia

Como aconteceu em Ijuí e Augusto Pestana, em Vila Jóia também as representantes dos núcleos de senhoras e filhas de associados se reuniram para debater e analisar os problemas relacionados com a Seção de Consumo daquela unidade da Cotrijuí.

Elas integram o Conselho Regional de Consumidoras, que tem por finalidade uma maior participação da família do associado no que diz respeito à área de consumo, onde muitas vezes o maior consumidor é o próprio produtor.

O grupo, reunido no Clube Harmonia de Vila Jóia, analisou os problemas sentidos principalmente na Seção de Consumo da Unidade e do Posto de São Pedro. Entre as questões levantadas estava o racionamento da farinha e outros tipos de produtos. Este é um fato que não pode ser resolvido isoladamente pela Cotrijuí já que é uma ocorrência nacional. Como aspecto local, foi citado a distância como sendo um fator a influir no volume de compras que o associado faz. O incentivo ao consumo, através da

propaganda, fazendo muitas vezes o consumidor comprar aquilo que não precisa, foi outro ítem analisado no encontro.

O Conselho também questionou bastante a qualidade e a durabilidade dos produtos.

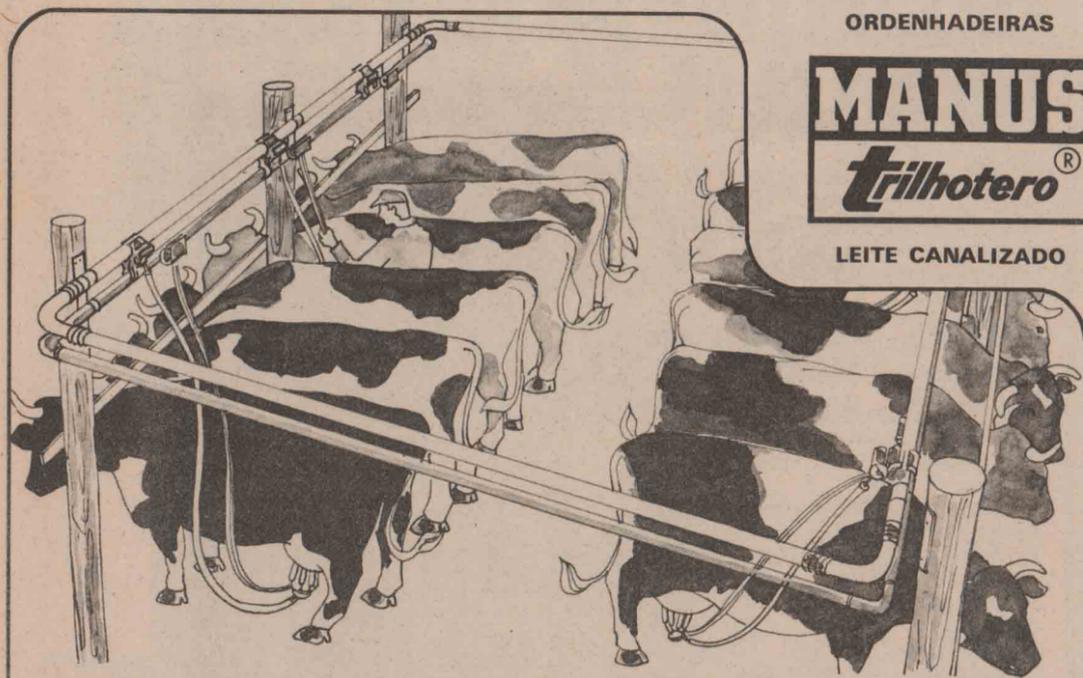
No final da reunião, ficou acertado que o assunto seria discutido mais amplamente, envolvendo mais pessoas neste debate. Quem sabe com isso se possa chegar a algumas conclusões que sejam comuns aos associados envolvidos e tragam realmente as melhorias consideradas necessárias para que a Seção de Consumo seja um serviço eficiente para o quadro social.

Estiveram representando os núcleos as seguintes consumidoras: Neusa Santos e Maria Antonia Brittes, de Coronel Lima; Vanderlei Buschorner e Lúcia Conceição, de Esquina Santo Antônio; Maria Dolores Furlan e Janete Tamiozzo, de Cará; Amélia Secco de Lima e Sandra Secco, de São João da Bela Vista; Cleci Menegassi e Cirlei Ghisleni, de São Roque; e Maria Odete Corrêa e Alaides de Lima Corrêa, de Potreirinhos.

## Escolher o que comprar

As intoxicações e infecções provocadas pelo consumo de alimentos de má qualidade, estragados ou que contenham muitos aditivos químicos (produtos que têm a função de dar uma melhor cor, uma aparência bonita, conservar o gosto, sempre artificialmente), podem ser evitados. Quando comprar, o consumidor deve observar bem alguns detalhes, como:

1. A data de fabricação, que deve estar impressa no rótulo. Caso não seja recente, o alimento pode estar estragado.
2. A quantidade (peso e volume) deve estar impressa. É bom comparar entre produtos iguais, só de marca diferente, a quantidade, a qualidade e o preço. As vezes estas informações estão escritas em letras pequenas e disfarçadas.
3. Os componentes do produto (ingredientes). Estes também devem estar no rótulo e é bom observar se há especificação dos produtos artificiais.
4. Os alimentos de origem animal devem ter o carimbo do SIF (Serviço de Inspeção Federal), como garantia de que passaram pelo exame médico-sanitário.
5. Ao comprar carne bovina, deve-se considerar o cheiro, a textura, que deve ser firme, e a coloração. Se a carne estiver mole e escura, pode ser sinal de má conservação ou início de decomposição. Se a gordura for muito amarelada, geralmente indica que o animal era velho e, em consequência, a carne é dura.
6. Não compre carne de boi ou de porco que tenha uma bolha do tamanho de uma pimenta ou de um grão de arroz, ligeiramente transparente. Pode indicar a existência de uma futura solitária.
7. Quanto aos enlatados, além de se observar a embalagem, deve-se verificar, ao abrir, se o verniz interno está intacto. Se estiver corroído, pode soltar venenos como chumbo e arsênio, que fazem parte do metal ou a solda da lata. A embalagem não pode ter defeitos: estufada, enferrujada, amassada, são sinais de que o seu prazo de conservação está vencido ou, então, que houve falha no fechamento da embalagem na fábrica, ou ainda que a conservação não funcionou.
8. Com os salgadinhos, também a gente deve ter cuidado. Amendoim ou castanhas amolecidas ou mofadas, podem conter substâncias tóxicas muito perigosas para a saúde.
9. Cuidado com os biscoitos e doces vendidos em saquinhos plásticos. Quando derretidos, grudados, quebrados ou empoeirados, podem causar perturbações no aparelho digestivo.



VOCÊ SABIA QUE UMA INSTALAÇÃO DE "LEITE CANALIZADO" MANUS/TRILHOTERO CUSTA BEM MENOS DO QUE VOCÊ PENSA?

Veja porque:

- Você dimensiona a instalação de acordo com o número de vacas a serem ordenhadas e o sistema a ser utilizado.
- Em uma pequena sala de ordenha você pode ordenhar um grande número de animais em pouco tempo.
- O leite é transportado do úbere até os tarros ou tanque resfriador através da tubulação de vidro pìrex, eliminando os problemas de contaminação.
- O equipamento é extremamente simples de ser operado e a higienização final é totalmente automatizada.

POR TUDO ISSO É QUE SE DIZ QUE A MANUS/TRILHOTERO É A ORDENHADEIRA QUE LHE PROPORCIONA MAIS LEITE E MAIS LUCROS.



**TRILHOTERO**

TRILHOTERO INDÚSTRIA DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA.

Rua Dona Teodora, 1461 - Caixa Postal, 1125  
90000 - PORTO ALEGRE - RS - BRASIL  
Telefone: (0512) 42-3366  
Telex: 051-1035 OTER BR  
End. Telegráfico: TRILHOTERO

Consulte-nos hoje mesmo sem compromisso:

- Fornecemos plantas de estábulos.
- Assessoramos na construção.
- Garantimos assistência técnica realmente permanente.

# MUDANÇAS NA SEDE

Quem ficou tempo sem vir na sede da Cooperativa vai estranhar muita coisa. Logo de início não vai achar tudo no mesmo lugar onde estava antes. Setores mudaram de local como resultado da nova estrutura que se deu à Cooperativa depois da criação de uma diretoria para a Região Pioneira. Hoje a sede, em Ijuí, está dividida em duas grandes áreas: uma funcionando como unidade de Ijuí, a exemplo do que acontece nos demais municípios, e a outra como área de um chamado "staff", que tem a responsabilidade de atender a Cotrijuí como um todo.

As pontas do prédio foram destinadas aos setores que atuam em toda Cotrijuí, seja em Tenente Portela, Ijuí, Mato Grosso, Dom Pedrito ou qualquer outra área onde a Cooperativa está instalada. Num extremo ficaram os diretores, tanto os executivos como de comercialização, financeiro, administrativo, regional e ainda o Departamento de Comunicação e Educação. Na outra ponta ficaram duas diretorias: a Técnica e a de Comunicação e Recursos Humanos, junto com o pessoal

que atende, nestas áreas, todas as unidades, inclusive alguns técnicos. As gerências financeira, auditoria, departamentos jurídicos, fiscal, de insumos, de planejamento, etc., também ficaram neste extremo.

No miolo do prédio ficou a Unidade de Ijuí, que tem inclusive agora um gerente, a exemplo das outras unidades, um cargo que não existia antes (o gerente é o Luiz Machado). As áreas de repasse, crédito, assistência técnica e outras, que tem um atendimento exclusivo aos associados do município, também ficaram nesta área.

Com essa mudança se tentará liberar o pessoal de "staff" para atender mais convenientemente toda Cooperativa, sem se envolver no dia-a-dia da Unidade de Ijuí, o que normalmente ocorria antes. Os associados também encontrarão um atendimento diferente no balcão, como vinha sendo reivindicado há tempos. É um atendimento mais reservado, sem ter um mundo de gente debruçado ao seu lado na hora, por exemplo, de liquidar a safra.

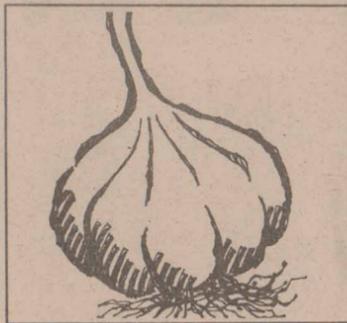
# LAVOURA NO MÊS

## HORTALIÇAS DIVERSAS

Neste período estão sendo cultivadas: a alface, rabanete, cenoura, beterraba, repolho e outras. Quem iniciar agora, deve escolher variedades que se adaptem ao calor. Nas espécies citadas, existem variedades específicas para o verão.

Outro aspecto que merece especial atenção é a irrigação. Em sementeiras não nascidas ou no início da germinação, a rega deve ser pela tardinha. Onde as plantas já estão em crescimento, pode ser pela tardinha ou pela manhã.

Se ocorrerem chuvas fortes o solo deve ser escarificado (afogar a terra) para permitir um melhor arejamento e desenvolvimento das plantas.



ALHO

O alho está agora totalmente colhido, estando em pe-

ríodo muito importante para o sucesso na produção, que é a cura e limpeza do produto. Os bulbos que estiverem bem formados, com a capa externa e sem brotação, podem ser entregues na cooperativa para comercialização, a fim de ser imediatamente transferido para os mercados consumidores.

O alho que teve a capa externa prejudicada pelo excesso de chuvas pode ser usado para semente ou entregue na cooperativa com esta finalidade.

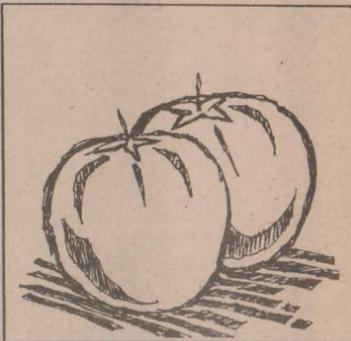
Todo o produto deve vir classificado pois a comercialização ocorre somente com estas condições.

## TOMATE

O cultivo do tomate está em diversos estágios. Nas lavouras que estão em início de produção, os cuidados devem ser no sentido de manter esta produção livre de moléstias, porém sem prejudicar o produto. Para isso, são recomendados, quando necessário, produtos de baixa toxidez e curto período residual.

As lavouras em implantação devem ser observadas e tratadas preventivamente, pois esta é a época em que a queima e requeima das folhas é comum.

Para a prevenção são usados produtos à base de Cobre e diiocarbamatos.



## BATATA

Está próximo o período de colheita da batata, devendo-se, portanto, evitar o uso de inseticidas que tenham longo período residual para controlar a "vaquinha" ou outros insetos que eventualmente possam atacar a lavoura.

As condições climáticas têm sido favoráveis ao surgimento de moléstias fúngicas que se caracterizam por manchas e secamento das folhas. A prevenção destas moléstias pode ser feita com produtos à base de Cobre (Cupruson e Cupravit), Brema, Brasnebon e Dithane.

## Recados

O departamento Técnico lembra aos associados que desejam coletar sementes de árvores nativas, que esta é a época de maior produção. Ainda em novembro, é possível coletar sementes de cerejeiras, jaboticaba, guabiroba, ipê roxo, ipê amarelo e guajuvira. Nos meses de novembro e dezembro, as espécies são: uvaia, guabijú, sete-capotes, ingá, cangerana, camboatá e erva-mate.

As sementes devem ser entregues no Departamento Técnico das unidades da Cotrijuí, que está se encarregando da produção de mudas.

O alho que tiver bom aspecto, com bulbo bem formado, pode ser entregue na Cooperativa para comercialização. Os produtores deverão entrar em contato com o Departamento Técnico de suas unidades e, no caso de Ijuí, no Entrepósito Hortigranjeiro. É importante lembrar que quanto mais cedo o produto for comercializado, melhores serão os resultados.

A comercialização do leite, a partir deste mês de novembro já está sendo feita através do sistema de cota determinado pela SUNAB (Superintendência Nacional do Abastecimento). Os produtores deverão comparecer nas suas unidades a fim de tomarem conhecimento das respectivas cotas.

Outra de leite. O preço aumentou a partir do dia 16. O produtor ganha agora por litro de leite bom Cr\$ 7,00; o leite ácido vale Cr\$ 1,50 e o leite excesso Cr\$ 4,30. Os descontos são os seguintes: 2,5% de Funrural (ou Cr\$ 0,17); 1,5% de capitalização (ou Cr\$ 0,10) e mais 1,5% de custeio (ou Cr\$ 0,10). No final das contas o produtor recebe líquido Cr\$ 5,82. O consumidor vai pagar por este mesmo litro de leite, depois de pasteurizado Cr\$ 10,20. Para o consumidor o aumento foi grande, mas para o produtor ainda não é muito satisfatório.

A Cotrijuí está vendendo carne de novilho precoce nos mercados de Ijuí, Santo Augusto e Tenente Portela. Novilho precoce é aquele que tem no máximo 30 meses de idade e uma carcaça de no mínimo 200 quilos. Quem faz essa classificação é o Ministério da Agricultura, através da Inspeção Federal e a nível de frigorífico, na hora do abate.

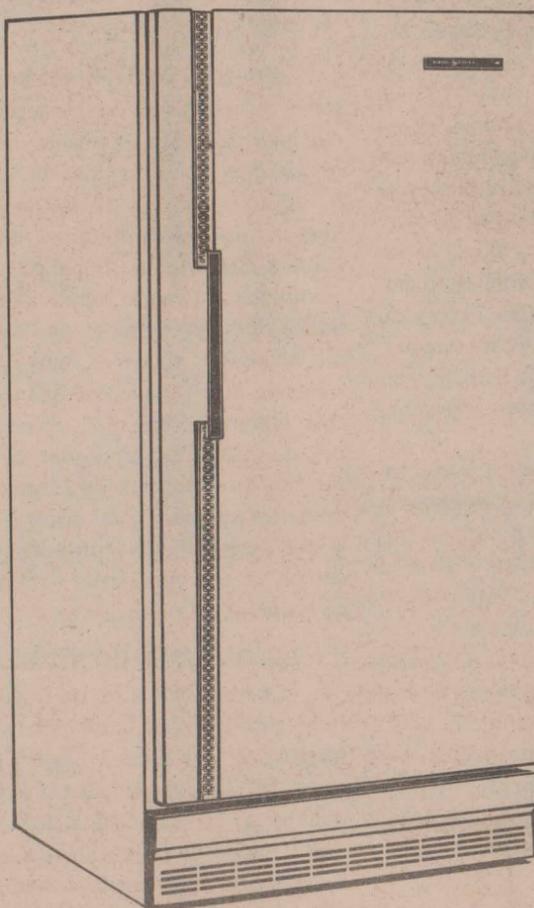
Dois diretorias de Sindicatos da área de atuação da Cotrijuí tomaram posse em outubro. Dia 5 foi a vez do Sindicato Patronal de Ijuí, liderado pelo associado Reinholdo Luiz Kommers. Dia 24 tomou posse a diretoria do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santo Augusto. O novo presidente é Valcir Gonzatto.

Todo produtor que declarou perdas na lavoura de trigo, deve levar até a Emater ou à agência do Banco do Brasil em seu município as notas de entrega do produto. Quem não encaminhar todas as notas, corre o risco de não receber a indenização do Proagro.

Os associados que ainda não retiraram a semente de soja das unidades das Cotrijuí, deverão fazer essa retirada com a maior brevidade possível.

GENERAL  ELECTRIC

Quando você encontra esta marca, é sinal de garantia.



**Representantes:**

# EM COMPASSO DE ESPERA



Onde estão os representantes? era o que perguntava o Cotrijornal do mês de agosto deste ano. De fato, até lá, pouca coisa os representantes eleitos no início de maio, alguns dias antes da Assembléia Geral que escolheu a nova diretoria da Cooperativa, tinham feito de mais concreto. Salvo algumas excessões, nem reuniões entre si eles tinham realizado.

Por que será que aconteceu isto? Principalmente porque a própria função dos representantes eleitos pelo quadro social não estava bem definida. Eles participaram da formação da chapa que foi submetida à votação dos associados na Assembléia e depois praticamente pararam. Sua função será ouvir queixas dos associados e levá-las à direção e ao Conselho? Ou será levar decisões do Conselho para os associados? Ou ainda discutir os problemas da cooperativa e buscar sugestões e decisões nos próprios núcleos? Será escolher a diretoria?

De acordo com os seminários da estrutura do poder, os representantes teriam inicialmente duas funções: organizar chapa, ou chapas, para as eleições do Conselho de Administração ou Fiscal, e especialmente, estudar, aprofundar, dialogar com o corpo associativo e encaminhar, se assim for, as proposições que permitam o estabelecimento da Estrutura do Poder, incluindo até mesmo a reforma estatutária.

A primeira foi cumprida, mas a segunda, passados já sete meses da escolha dos representantes, mal está arrancando. Razões para isto não faltam. Talvez a principal seja porque recém estão sendo dados os primeiros passos para o aprimoramento do sistema decisório da Cooperativa. A figura dos representantes é uma coisa muito nova e até mesmo não compreendida pela totalidade do quadro social. E será que deu tempo de discutir, com profundidade, esta alteração que partiu de uma reivindicação dos próprios núcleos?

## OS ALINHAVOS

Pois num encontro que reuniu os representantes eleitos da Região Pioneira,

isto no dia 13 de novembro, as coisas começaram a ficar melhor alinhavadas. O pessoal definiu que falta um maior aprofundamento das discussões nos próprios núcleos. A experiência que se teve nesta primeira eleição de representantes servirá como subsídio para este trabalho que eles se propõem a levar às bases.

O objetivo principal da reunião era avaliar uma viagem que fizeram a Encantado, onde na Cosuel (Cooperativa de Sui-nocultores de Encantado) foram observar na prática o funcionamento de uma estrutura, existente há anos, que consiste na figura de delegados que representam um grupo de associados na Cooperativa. O pessoal voltou meio frustrado da excursão. Faltou tempo para conversar mais detalhadamente com os delegados e manter contatos com associados.

Em todo caso, alguma coisa do sistema de delegados adotado pela Cosuel deu para ser visto. A análise, que seria o importante, ficou prejudicada. Lá para cada 20 associados existe um delegado que atua como uma ponte entre o corpo social e a diretoria da Cooperativa. Eles são escolhidos por região, tendo a responsabilidade de fazer reuniões nas bases, onde são analisados todos os itens de uma assembléia ou as inovações que a Cooperativa pretenda implantar. É também papel do delegado apresentar o novo associado que somente será aceito na Cooperativa se o delegado avaliar sua integridade pessoal e o corpo técnico concordar com a viabilidade de incluir este novo sócio na Cosuel.

## A QUESTÃO DO NÚMERO

Os representantes da Cotrijuf acharam, num primeiro momento, um ponto negativo em relação à função dos delegados da Cosuel: eles atuam quase como que fiscais dos associados, cuidando para que o desvio da produção seja evitado. E o associado que desvia é multado com 10 por cento sobre o valor do produto que deixou de ser entregue, especialmente no porco, pois a Cosuel tem uma progra-

mação de abate e conta com os animais e produtos de seus associados.

Outro ponto lembrado: como definir um núcleo onde o número de associados não permita a divisão par de 20 para um, no caso de Encantado, ou mesmo numa proporção maior? Quem é que fica de fora e vai ter como seu delegado um morador de outro núcleo? Mas uma das vantagens apontadas para este pequeno número de associados por delegado é que os elementos eleitos podem efetivamente manter um contato mais próximo com os seus eleitores e defender, desta forma, seus interesses. Já outros se perguntavam se realmente é preciso identificar quem votou em determinado representante.

Na Cosuel este sistema de representação já é coisa antiga. Começou em 1958 (a Cooperativa foi fundada em 1947) e foi sofrendo aperfeiçoamento com o passar do tempo. Primeiro os delegados eram nomeados pela direção da Cooperativa, mas mais tarde os próprios associados passaram a escolhê-los. Hoje, a Cosuel tem mais de 5.000 associados e exatamente 217 delegados.

Aqui na Cotrijuf os associados são 18 mil e os representantes apenas 59, pois nesta primeira eleição, se adotou como norma a escolha de um representante para cada grupo de 300 associados, independentemente de regiões ou unidades. Para votar e ser votado, bastava ter entregue a produção na última safra.

Pois os representantes voltaram de Encantado sem conseguir definir, com clareza, quais os critérios a adotar, seja quanto a número de representantes, sua função, o período de seu mandato etc. Primeiro porque a situação da Cosuel é uma: um menor número de associados, que se dedicam quase que uniformemente a uma atividade diversificada, vivendo uma situação tanto fundiária como econômica muito semelhante. Na Cotrijuf não é bem assim: tem Região Pioneira, Dom Pedrito, Mato Grosso, onde as realidades são diferentes.

## CONSULTA AOS ASSOCIADOS

Foi partindo deste princípio que os representantes acharam mais conveniente conversar com as bases para chegar a esta série de definições. E isso sem contar que uma reforma dos estatutos que permita a criação da figura do representante dentro dos moldes aprovados pelos seminários da estrutura do poder, exigirá uma alteração das próprias leis que regulam o cooperativismo. Existe até mesmo um projeto de lei que, se aprovado pelo Congresso Nacional, permitirá que isto aconteça. Até agora, e talvez por isto o cumprimento de um suposto papel dos representantes tenha sido entravado, este sistema de participação é meramente experimental. Tanto que a última eleição da cooperativa aconteceu nos mesmos moldes das anteriores. A diferença, talvez, foi de que o voto não foi decidido apenas na Assembléia. Os associados ao elegerem seus representantes que tiveram como função a escolha da chapa para a diretoria, participaram, mesmo sem estar presente na Assembléia, a esta eleição.

Os representantes se comprometeram a consultar os núcleos, numa conversa franca com os associados, buscando saber realmente o que eles estão entendendo a estas alturas, pelo chamado sistema de estrutura do poder. O que o associado pretende que faça o representante? Deve ser mantido o mesmo esquema da eleição anterior em permitir que independentemente de unidade, alguém de Ijuí possa votar em alguém do Mato Grosso ou de Coronel Bicaco? Ou será mais conveniente restringir a escolha de representantes através dos núcleos ou regiões bem definidas? E para quantos associados existirá um representante? Para 20, 50, 100, 150, 300 ou ainda mais? E durante quanto tempo dura o mandato dos representantes eleitos? Será suficiente um ano? Dois anos seriam melhor? Ou quem sabe três? A decisão de alterar os mecanismos de participação da base social já foi tomada pelos associados. Agora será a vez de efetivamente botar em prática estes mecanismos.



SUPLEMENTO INFANTIL

ELABORADO NA ESCOLA DE 1º GRAU FRANCISCO DE ASSIS - FIDENE IJUI

COMPLETE ESTES VERSOS COM AS PALAVRAS QUE FALTAM. OS DESENHOS PODEM AJUDÁ-LO

Cai chuva desde manhã,

Quem está contente é a.....

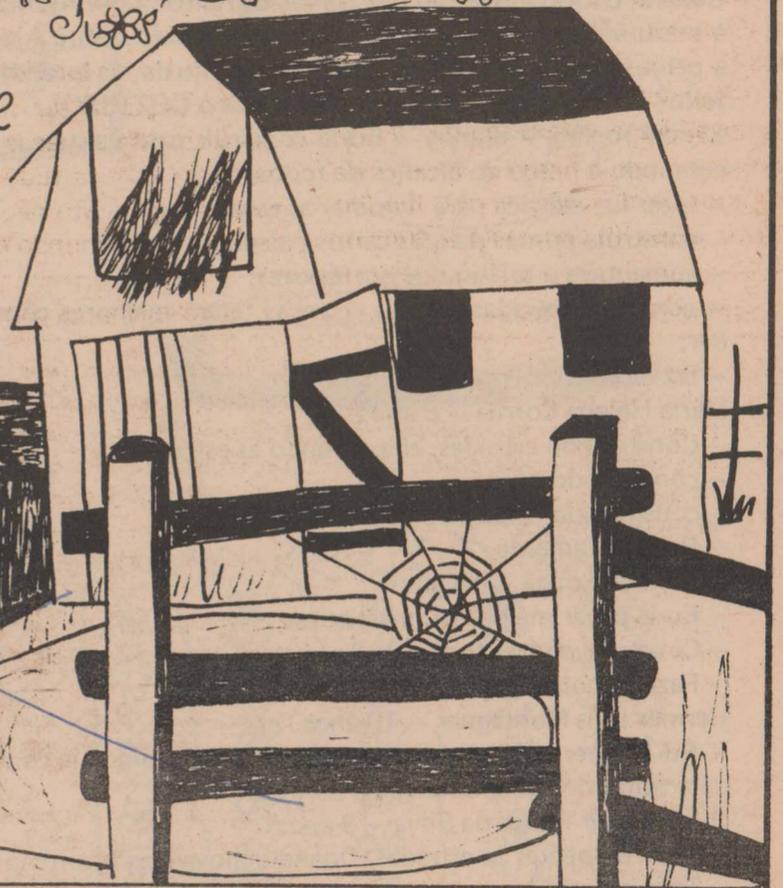
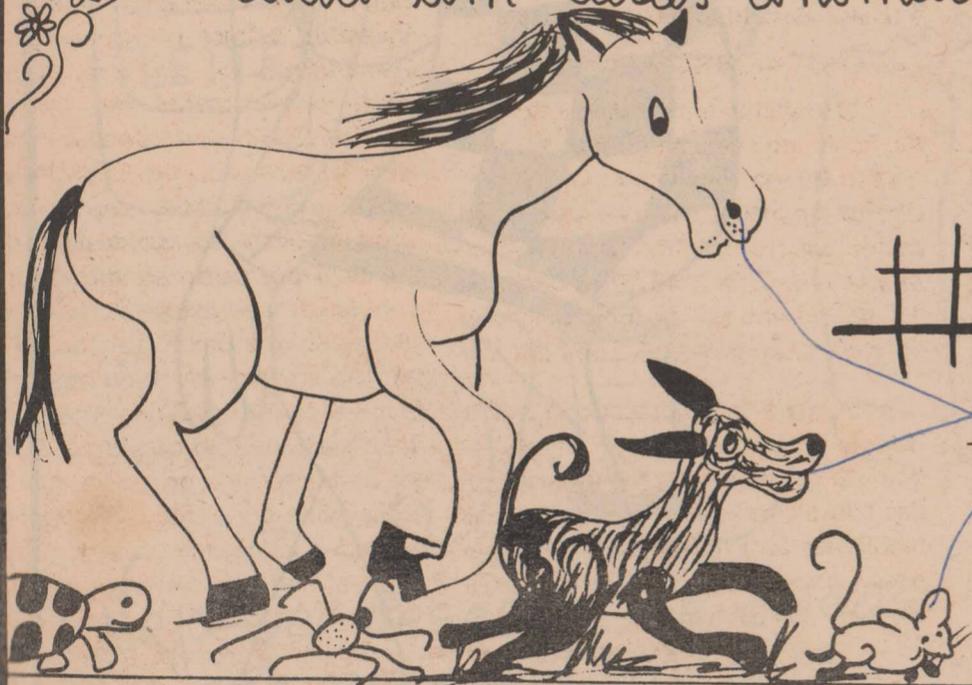
Oh, que grande espalhafato!

Dois cães roendo um.....

Três gatos em burburinho

Para apanhar um.....

Descubra o lugar onde vive cada um destes animais



RESPOSTAS DO NÚMERO ANTERIOR:

ORDEM CERTA DOS QUADRADINHOS - 4-1-2-3

CÓDIGO: "Papai e mamãe, eu preciso de <sup>si brigas</sup> vocês dois."

AS PALAVRAS QUE APARECEM EM TODOS QUADROS:

fazer - útil - oportunidade - virtude - consciência

ADIVINHAÇÕES: caixão de defunto estrado

Você aceita...

Na chácara do Chico Bolacha

O que se procura  
nunca se acha!

Quando chove muito,

O Chico brinca de barco

porque a chácara vira charco.

Quando não chove nada,

Chico trabalha com a enxada

e logo se machuca

e fica de mão inchada.

Por isso, com o Bolacha

o que se procura, nunca se acha.

Dizem que a chácara

Só tem mesmo chuchu

e um cachorro

coxo, que se chama

Caxambu.

Outra coisa,

ninguém

procure

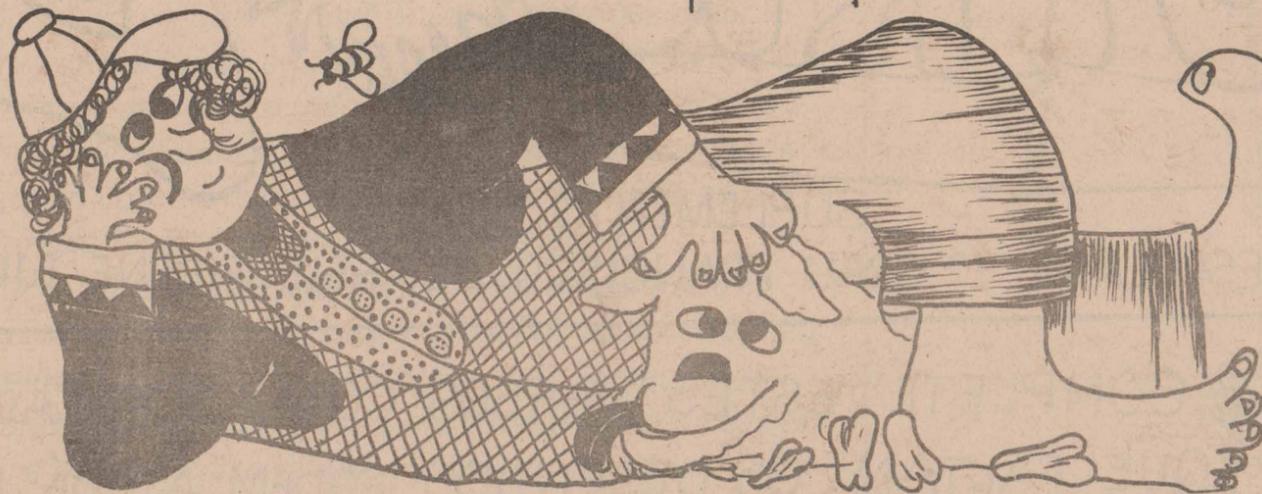
porque não

acha.

COITADO DO

CHICO BOLACHA

(Cecília Meireles)



## Se eu fosse Prefeito

Crianças de Ramada – Ajuricaba participam:

As crianças, apesar de muitos adultos não se darem conta, têm opiniões sobre a realidade em que vivem. A professora da 2a. série da Escola General Osório – Rincão dos Dalsasso, Ramada (de Ajuricaba), acreditou e criou um espaço para seus alunos conversarem sobre Ajuricaba. Lançou a pergunta: **O que faria para o melhoramento da sua localidade se fosse prefeito?** E as respostas foram enviadas para o COTRISOL:

Elaine Bochm – 8 anos – Eu ia construir casa para os pobres; ia alugar cobrando o preço do alcance de todos;

- fazer luz elétrica para iluminar as casas;
- construía pontes para os carros passar;
- aumentava o salário dos professores;
- construía estradas para as crianças terem melhores condições de estudar;
- fazia reflorestamento e túneis.

Maria Helena Corrêa – 8 anos

- Construindo estradas, empedrando as estradas;
- construindo pontes;
- construindo casas para os pobres morar;
- Reflorestamento.

Marleti de Souza – 10 anos

- Eu ia pagar melhor os professores;
- Construir pontes fortes para os carros passar;
- Fazer escola.

Hermes Luis Montagner – 10 anos

- Eu ia fazer tudo o que os outros disseram e ainda ia construir hospitais para tratar dos doentes e igreja para rezar.

Dilamar Jair Prates da Silva – 8 anos

- Eu ia empedrar as estradas. Quando chove elas ficam muito ruim.
- Túneis, também é bom construir alguns.

Edemar Montagner – 10 anos

- Eu daria melhores condições de estudos para os alunos.
- Eu melhoraria os salários para os professores.
- Tudo o que os colegas disseram é preciso ser feito.

HABITAÇÃO, SALÁRIO, SAÚDE, ESTRADAS, REFLORESTAMENTO são as principais preocupações destas crianças. E as suas?



# Rincão dos Corrêa e sua história

O Major Salvador Corrêa da Silva, filho de Salvador Corrêa da Silva, bandeirante paulista, tomando a direção do Sul, veio estabelecer-se na então província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Nasceu em Alegrete no dia 27 de abril de 1859, vindo a residir no lugar denominado Boa Vista, atual 2º distrito de Santo Ângelo, com a tenra idade de 2 anos. Ainda adolescente, foi para o lugar denominado Monte Alvão onde residiu durante sua juventude em companhia de sua mãe.

Contraíu matrimônio com Constância Inácio Cortes e tiveram a felicidade de criarem 12 filhos. Em Monte Alvão residiu desde 1885 até sua morte no dia 28 de fevereiro de 1949, com a idade de 90 anos.

Serviu em toda a revolução de 1893, comandando o 1º Esquadrão do 1º Corpo da 5ª Brigada da Divisão Norte, no posto de capitão. Sob seu comando a célebre divisão Norte atravessou os sertões do Rio Grande e Santa Catarina até Itajaí. Ali a divisão passou os maiores feitos heróicos em campo de combate, desalojando o inimigo em emboscadas e escaramuças. Figura no combate de Carovi quando um esquadrão, sob seu comando, defendeu o transporte da brigada já em debandada por um arrojado avanço das tropas de Gomercindo Saraiva, general das forças revolucionárias, sustentando o combate até a reorganização da Brigada. Finda a revolução em 1895, recolheu-se a vida privada. Nun-

ca aceitou cargos públicos a não ser o de juiz distrital, que exerceu durante 12 anos. Mesmo assim em seu encargo funcional, foi um conselheiro sensato em toda sua vida para quantos o procuravam ou onde se fizessem necessários seus conselhos. Viveu relativamente pobre, ajudando a todos os que lhe procuravam, com as suas escassas economias, sem distinção de cor e posição social.

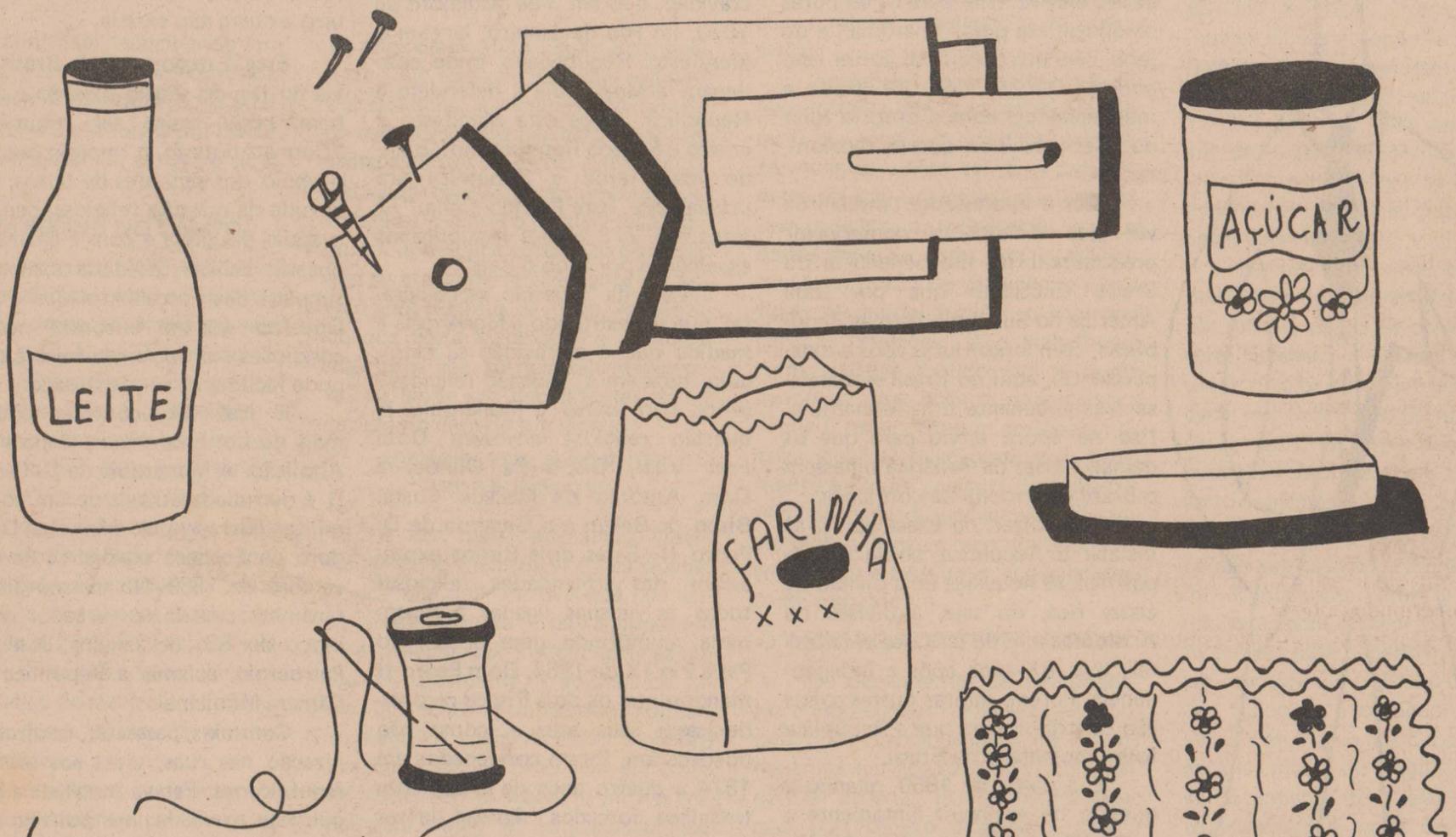
Durante a 1ª e a 2ª década de 1900, o segundo distrito de Santo Ângelo e circunvizinhanças, já tinham no Major Corrêa um cidadão de grandes méritos, por serviços prestados à coletividade. Como político, influente e precavido, sempre seguia a orientação do General Pinheiro Machado, até a morte do Senador Gaúcho.

Quando em 1923 novamente a revolução se alastrava pelo solo Rio-grandense, em sangrentas lutas, o governo situacionista chefiado pelo então presidente Dr. Borges Medeiros, recorreu ao velho Major de Guerra de 1839. Sua idade avançada e seu precário estado de saúde não permitiram que ele assumisse o comando do 26º Corpo Provisório, na defesa dos interesses do partido republicano.

O Major Corrêa em companhia dos filhos comprou terra de acordo com sua possibilidade (12 quadras era a propriedade do major), onde os filhos fundaram uma capela que tem como padroeira Puríssimo Coração de Maria, em terreno doado por Conceição, filha mais velha do Major. E também um prédio escolar Rural construído pelo estado, em terreno doado pelas filhas Teresa e Lina. Essa escola tem como patrono Major Corrêa da Silva. E foi assim que esse local passou a denominar-se Rincão dos Corrêa por seus feitos heróicos citados na história. É um local pequeno mas bom de se viver porque é uma comunidade unida. Seus primeiros moradores foram os 12 filhos do Major. O Rincão dos Corrêa atual consta de 10 moradores que se dedicam a cultura de trigo e soja.

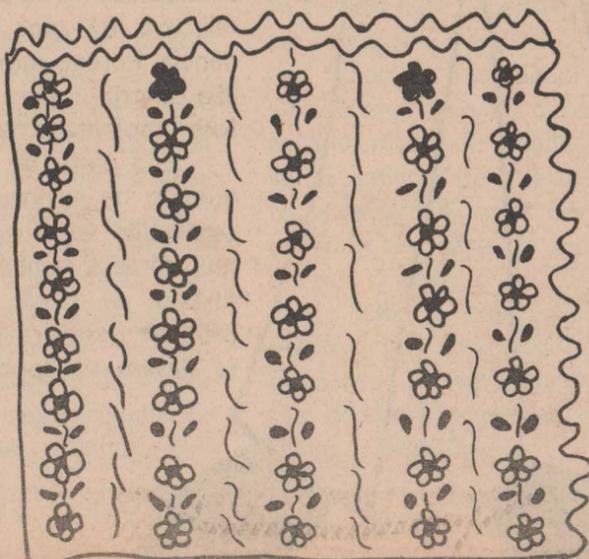
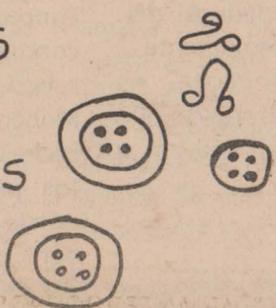
Eu, como bisneta do Major Corrêa, me sinto feliz por ter esta oportunidade de ver sua história publicada nas folhas de um jornal.

Beloni Prates — Rincão dos Corrêa



Veja se descobre as coisas que são necessárias para:

- construir uma casa para os passarinhos;
- fazer bolo;
- fazer vestido para a boneca



# A instalação da República no Brasil

A idéia de instalar a República no Brasil, como regime Político, é muito antiga. Muitos brasileiros derramaram seu sangue tendo o ideal republicano na cabeça. E isso mesmo antes da independência do Brasil. Naquela época, no fim do século XVIII, quem afirmasse "que os reis não são mais necessários" ou "que os homens são livres e podem em todo tempo reclamar da liberdade", era ferozmente perseguido, preso e muitas vezes morto. A República como regime político, era uma idéia subversiva naquela época.



Mas em muitos movimentos de rebeldia ocorridos no Brasil a idéia da República estava presente. Na Inconfidência Mineira de 1789, quando Tiradentes deu sua vida; na Conjuração Baiana de 1798; na Revolução Pernambucana de 1817; na Confederação do Equador de 1824; na Revolução Farroupilha de 1835; na Cabanagem que se estendeu de 1834 a 1840; na Sabinada de 1837; e na Revolução Praieira de 1848, a República era um denominador comum. Todos estes são movimentos de rebeldia contra a Monarquia instalada, primeiro em Portugal e depois no Brasil.

Outra coisa interessante e esquisita ao mesmo tempo, é a Independência do Brasil. A aristocracia, os ricos da época, senhores de terras e de escravos conseguiram fazer uma independência muito original. Pegaram o próprio filho (D. Pedro I) do Rei D. João VI e emplacaram uma independência que garantisse, sem nenhum perigo, a continuação dos privilégios daqueles senhores. Desta maneira evitaram, de todas as formas, que a independência fosse conquistada através de longas lutas populares onde o povo teria uma participação efetiva. Isto, para os senhores da época, era pura "anarquia" e de jeito nenhum deveria se correr esse perigo. Daí a idéia de fazer a independência com o próprio filho do Rei que nos queria recolonizar.

Mas é interessante também de ver que o espírito conservador predominou na Independência do Brasil. Enquanto que por toda América do Sul explodiam as Repúblicas, com longas lutas após a independência, aqui no Brasil se instalava tranquilamente uma Monarquia. Isso na época serviu para que os demais países da América olhassem o Brasil com muita desconfiança.

Quer dizer: no Brasil só iria se instalar a República, como regime político, se houvesse uma divisão da classe rica, ou seja, a divisão da Aristocracia. E de fato isso vai ocorrer, mas 67 anos após a Independência. Porém, muitas outras coisas vão contribuir para que a República fosse implantada no Brasil.

É a partir de 1850, quando a questão de extinguir lentamente a escravidão entra na ordem do dia, que começa também lentamente a divisão da classe dominante. As próprias transformações sociais que se davam na época começavam a

destruir o escravismo como regime de trabalho. De um lado, no Sul, em São Paulo, onde a lavoura cafeeira se expandia e progredia bastante, os fazendeiros viam com bons olhos o fim do trabalho escravo e passavam a pagar salários aos seus trabalhadores. De outro lado, no Nordeste, onde se produzia o açúcar, o trabalho escravo era também minado pois não havia mercado onde colocar o produto. Desta forma, o trabalho escravo era minado a partir de duas pontas, ou seja, o Sul e o Nordeste. Junta-se a isso as pressões da Inglaterra que já vinham desde 1827 para que o Brasil extinguisse a escravidão.

E à medida que a questão escravocrata avançava, com leis que não beneficiavam os escravos, mas que aos poucos iam abolindo a escravidão, a divisão da Aristocracia aumentava. Uns defendiam o trabalho assalariado e outros, os conservadores, se aferravam ao trabalho escravo.

No meio de todas estas transformações pelas quais passava o Brasil, a idéia da República ganhava força e deixava de ser uma palavra subversiva. São os mesmos Fazendeiros, que eram contra a escravidão, que em 3 de dezembro de 1870, no Rio de Janeiro, lançam o Manifesto Republicano onde condenam a Monarquia e defendem a República. Após este Manifesto é criado o Partido Republicano. Quando mais tarde a República era proclamada, este Partido tinha "77 jornais e 273 clubes republicanos espalhados por todo o país".

Além da "questão escravocrata" que ia destruindo a Monarquia à medida que a escravidão se extinguía, também a "questão religiosa" serviu para minar a Monarquia. A questão religiosa envolveu Dom Frei Vital, Bispo de Olinda, e Dom Antônio de Macedo Costa, Bispo de Belém e o Governo de D. Pedro II. Estes dois Bispos expulsaram das irmandades religiosas todas as pessoas ligadas à maçonaria, cumprindo uma ordem do Papa Pio IX de 1864. Dom Pedro II mandou que os dois Bispos reconsiderassem seus atos e, como não obedeceram, foram condenados em 1874 a quatro anos de prisão com trabalhos forçados. Apesar de ser concedida anistia aos Bispos, a condenação serviu para abalar as relações entre a Igreja e o governo Monárquico de D. Pedro II. Os padres começaram a usar os púlpitos para fazerem sermões condenando a Monarquia. E a República, como previa a separação entre Governo e Igreja, ganhava progressivamente a simpatia dos religiosos.

A questão militar é outra coisa que vai abalar profundamente o Império de D. Pedro II. Desde a Guerra do Paraguai o exército ganhara importância e passava a ser uma força que pesava. A questão militar surge quando a Monarquia proíbe que os militares discutam publicamente assuntos políticos e militares. A briga entre Monarquia e militares evolui à medida em que as punições não são aceitas. E a crise toma contornos insuperáveis. No final a Monarquia é obrigada a recuar suspendendo as punições aos militares. De toda esta crise quem sai fortalecido é o exército e quem sai enfraquecido é a Monarquia.

O fato que vai pôr em cheque mesmo o regime Monárquico é a Lei da Abolição da Escravatura. Ela foi assinada em 13 de maio de 1888 pela Princesa Isabel, quando 700 mil escravos são "libertados". É com razão o que o velho e experiente político monarquista, Barão de Cotegipe disse: "A Princesa Isabel ganhava a Abolição, mas perdera o trono". Com a Lei da Abolição, a Monarquia perdia o apoio até dos Fazendeiros conservadores. E é bom que se diga que escravidão e Monarquia eram uma só coisa. Sem uma a outra não existia.

Este é quadro que o Brasil vivia no fim do século passado e que bem pode assim ser resumido: "Com a Abolição, o Império perdeu o apoio dos senhores de terras; em virtude da questão religiosa, perdeu o apoio da Igreja e com a chamada questão militar, perderia a mesma simpatia das Forças Armadas". Um Governo que se encontra nestas condições é um governo fraco e que pode facilmente ser derrubado.

E isso vai acontecer pouco mais de um ano e meio depois da Abolição. A Monarquia de D. Pedro II é derrubada através de um golpe militar liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca no dia 15 de novembro de 1889. No mesmo dia, à tardinha, caberia ao vereador mais moço do Rio de Janeiro, José do Patrocínio, aclamar a República na Câmara Municipal.

Comícios, passeatas, confraternização nas ruas, vivas aos líderes republicanos. Estava instalada a República, como regime político no Brasil.

A constituição Republicana de 24 de fevereiro de 1891 dizia em seu artigo 1º: "A nação adota como forma de governo, sob o regime representativo a República Federativa proclamando a 15 de novembro de 1889 e constitui-se por união permanente e indissolúvel das antigas províncias em Estados Unidos do Brasil".